



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

MARIA JOSÉ DOS SANTOS PIMENTEL

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E EMPODERAMENTO FEMININO NA
COMUNIDADE INDÍGENA CATU DOS ELEOTÉRIOS

NATAL/RN

2024

MARIA JOSÉ DOS SANTOS PIMENTEL

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E EMPODERAMENTO FEMININO NA
COMUNIDADE INDÍGENA CATU DOS ELEOTÉRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Todesco

Natal/RN

2024



Esta obra está licenciada com uma licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional. Link dessa licença: creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
SISTEMA DE BIBLIOTECAS - SISBI
CATALOGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA FONTE. UFRN - BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS -
CCSA

PIMENTEL, MARIA JOSÉ DOS SANTOS.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E EMPODERAMENTO FEMININO NA COMUNIDADE INDÍGENA CATU DOS
ELEOTÉRIOS / MARIA JOSÉ DOS SANTOS PIMENTEL. - NATAL, 2024.

138f.: il.

DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM TURISMO) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, CENTRO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. NATAL, RN, 2024.

ORIENTAÇÃO: PROFA. DRA. CAROLINA TODESCO.

1. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - DISSERTAÇÃO. 2. EMPODERAMENTO FEMININO - DISSERTAÇÃO.
3. COMUNIDADE INDÍGENA - DISSERTAÇÃO. 4. CATU DOS ELEOTÉRIOS - CANGUARETAMA/GOIANINHA - RN
- DISSERTAÇÃO. I. TODESCO, CAROLINA. II. TÍTULO.

RN/UF/BIBLIOTECA CCSA

CDU 338.485 (=1-82)

MARIA JOSÉ DOS SANTOS PIMENTEL

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIO E EMPODERAMENTO FEMININO NA
COMUNIDADE INDÍGENA CATU DOS ELEOTÉRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Todesco

Aprovada em: 29 de fevereiro de 2024.

Profa. Dra. Carolina Todesco
Presidente da Banca e Orientadora
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Prof. Dr. Ricardo Lanza-rini Gomes Silva
Membro interno
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Profa. Dra. Cassiana Panissa Gabrielli
Membro externo
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Com carinho e gratidão, dedico este trabalho à minha amada família, alicerce da minha jornada. Aos meus pais, Maria Nilda e José Pimentel, que sempre foram minha fonte de inspiração e sabedoria. Aos meus amados irmãos, Rosenilda, Sebastião, Aparecida e Railson, agradeço por estarem sempre ao meu lado, apoiando-me em todas as minhas decisões. Ao meu companheiro Geyson Fernandes, pelo apoio e carinho ao longo da minha formação profissional e pessoal.

Além disso, dedico este trabalho a todas as mulheres indígenas que, com coragem e determinação, antecederam a luta pelo reconhecimento indígena. Que suas histórias sirvam de inspiração para que possamos construir um futuro mais inclusivo e respeitoso com as diversas culturas que enriquecem nossa sociedade.

Que esta dedicatória seja uma singela expressão da minha profunda gratidão a todos que contribuíram para minha jornada, moldando a pessoa que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

Com profunda gratidão, inicio este texto expressando minha sincera reverência a Deus, fonte de sabedoria e guia em minha jornada. Agradeço por cada oportunidade, desafio superado e conquista alcançada ao longo do meu percurso acadêmico e profissional.

À minha amada família, aos meus pais Maria Nilda e José Pimentel, aos meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado, meu eterno agradecimento. Vocês foram meu porto seguro, minha fonte de amor e apoio incondicional. Cada membro da família contribuiu para a pessoa que sou hoje, e por isso, agradeço de coração.

Ao meu companheiro Geyson Fernandes, expresso minha profunda gratidão. Seu apoio constante e carinho foram essenciais nos momentos desafiadores. Com você ao meu lado, a jornada tornou-se mais leve e significativa.

Ao IFRN, instituição que despertou meu interesse em seguir a vida acadêmica, agradeço pela sólida base educacional e pelo estímulo ao desenvolvimento intelectual. Ao professor Márcio Marreiro, meu especial agradecimento por sempre me incentivar, mesmo nos momentos de desânimo. Sua amizade foi crucial para o meu crescimento acadêmico.

Ao PPGTUR-UFRN, expresso minha gratidão pelas inúmeras oportunidades acadêmicas e profissionais proporcionadas. A Capes, pela liberação de recursos que viabilizaram minha participação em eventos acadêmicos e pela bolsa que foi um suporte fundamental durante esta fase de formação. Aos Coordenadores Ricardo Lanzarini e Guilherme Bridi, meu reconhecimento pela liderança inspiradora. Ao corpo docente, agradeço pela dedicação na construção do conhecimento, moldando mentes e inspirando trajetórias. Em especial, minha orientadora Carolina Todesco, que merece uma gratidão especial pela paciência, confiança e orientação durante o processo desafiador de construção da dissertação. Gratidão ao professores que participaram da minha qualificação e defesa, professora Cassiana e ao professor Ricardo pelas contribuições valorosas que fizeram ao meu trabalho nesse processo de amadurecimento e construção da dissertação.

Não posso deixar de mencionar meus colegas e amigos que enriqueceram minha jornada acadêmica. A Ana Nery Justino, Darlyne Virgínio, Karoliny Diniz, Antônio Rafael, Aline, Islayne, entre outros, a vocês, meu muito obrigado.

Compartilhar esta jornada com vocês foi uma dádiva, e cada experiência vivida juntos será eternamente valorizada.

Gratidão aqueles que de alguma forma contribuíram para a construção deste estudo, aos moradores que me receberam em suas casas e tiraram um tempinho para conversarem comigo e não mediram esforços para ter acesso às informações necessárias para este estudo.

Durante minha trajetória no mestrado enfrentei alguns desafios pessoais que me fizeram desanimar, em meio às exigências acadêmicas, vivenciei o adoecimento e falecimento de meu avô, uma pessoa querida e muito especial em minha vida. Lidar com a doença e a perda enquanto perseguia metas acadêmicas exigiu uma resiliência que, muitas vezes, parecia além das minhas forças. No entanto, pude compartilhar esse momento doloroso com familiares e pessoas que me ajudaram a continuar a minha caminhada. Essa experiência, embora dolorosa, tornou-se um catalisador para o crescimento pessoal e uma lembrança constante da importância da resiliência diante das circunstâncias mais desafiadoras.

Que este agradecimento seja mais do que palavras escritas, mas um reflexo do profundo apreço que guardo por cada pessoa e instituição mencionada. Juntos, construímos uma trajetória repleta de aprendizado, superações e conquistas.

As vozes das mulheres indígenas
não serão silenciadas!

Sonia Guajajara

RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma forma de gestão do turismo desenvolvida, geralmente, em território de povos indígenas e comunidades tradicionais sob os princípios da autogestão, equidade social, solidariedade, cooperação e interculturalidade. A participação majoritária de mulheres em iniciativas de TBC é amplamente reconhecida pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). A atuação de mulheres em iniciativas de TBC, no entanto, não enseja um processo automático de empoderamento feminino e igualdade de gênero. Nesse sentido, o estudo tem por objetivo analisar a atuação das mulheres no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária na comunidade indígena Catu dos Eleotérios, situada no estado do Rio Grande do Norte, e seus possíveis efeitos no empoderamento feminino e na dinâmica social indígena, a partir de 2018, quando o TBC se inicia na comunidade. Como objetivos específicos, o trabalho direciona-se a: revelar a posição da mulher na dinâmica social indígena da comunidade Catu dos Eleotérios; identificar os resultados gerados pelo Turismo de Base Comunitária e os desafios para o seu desenvolvimento, na perspectiva das mulheres catuzeiras; e verificar se o Turismo de Base Comunitária desencadeou processos de empoderamento feminino e alteração da posição social da mulher na comunidade indígena. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, inspirado no método etnográfico, com a aplicação de técnicas de observação participante, diário de campo e análise de entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram explorar as perspectivas, as experiências e os significados atribuídos pelas mulheres ao seu envolvimento no TBC. Como resultado, verifica-se um processo inicial de empoderamento feminino das mulheres catuzeiras nas dimensões psicológica, social, econômica e política. Na dimensão psicológica, é notável o aumento da autoestima, da participação ativa, da autoconfiança e de maior autonomia das mulheres indígenas. Na dimensão social, verifica-se o posicionamento das mulheres de forma mais independente, conquistando visibilidade, poder de fala e de tomada de decisão, fortalecendo a posição social das mulheres no interior da comunidade. Na dimensão econômica, as mulheres passaram a ter uma fonte de renda alternativa com o turismo, conferindo maior autonomia financeira e influência nas dinâmicas familiares, com papéis de destaque como empreendedoras e artesãs. Já no que se refere ao empoderamento político, as mulheres passaram a participar mais das decisões da comunidade e a representar a comunidade em organizações externas, no entanto, ainda não exercem papéis de liderança. Apesar dos avanços, alguns desafios persistem no que se refere a desigualdade de gênero, tais como a sobrecarga das mulheres nas atividades domésticas e o machismo baseado nas estruturas patriarcais, obstáculos enraizados na estrutura social da comunidade, que ainda precisam ser superados.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Empoderamento Feminino. Comunidade Indígena. Catu dos Eleotérios, Canguaretama/Goianinha - RN.

ABSTRACT

Community-Based Tourism (TBC) is a form of tourism management generally developed in the territory of indigenous peoples and traditional communities under the principles of self-management, social equity, solidarity, cooperation and interculturality. The majority participation of women in TBC initiatives is widely recognized by the World Tourism Organization (WTO) and the United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women). The role of women in TBC initiatives, however, does not lead to an automatic process of female empowerment and gender equality. In this sense, the study aims to analyze the role of women in the development of Community-Based Tourism in the Catu dos Eleotérios indigenous community, located in the state of Rio Grande do Norte, and its possible effects on female empowerment and indigenous social dynamics, from 2018, when TBC starts in the community. As specific objectives, the work aims to: reveal the indigenous social dynamics and the sexual division of labor in the Catu dos Eleotérios community; identify the results generated by Community-Based Tourism and the challenges for its development, from the perspective of catuzeira women; and verify whether Community-Based Tourism triggered processes of female empowerment and changes in the social position of women in the indigenous community. The research is characterized as a case study, inspired by the ethnographic method, with the application of participant observation techniques, field diary and analysis of semi-structured interviews, which made it possible to explore the perspectives, experiences and meanings attributed by women to their involvement in TBC. As a result, there is an initial process of female empowerment of catuzeira women in the psychological, social, economic and political dimensions. In the psychological dimension, the increase in self-esteem, active participation, self-confidence and greater autonomy of indigenous women is notable. In the social dimension, women are positioned more independently, gaining visibility, speaking and decision-making power, strengthening the social position of women within the community. In the economic dimension, women now have an alternative source of income through tourism, providing greater financial autonomy and influence in family dynamics, with prominent roles as entrepreneurs and artisans. With regard to political empowerment, women began to participate more in community decisions and represent the community in external organizations, however, they still do not exercise leadership roles. Despite advances, some challenges persist regarding gender inequality, such as the overload of women in domestic activities and machismo based on patriarchal structures, obstacles rooted in the social structure of the community, which still need to be overcome.

Keywords: Community Based Tourism. Female Empowerment. Indigenous Community. Catu dos Eleotérios, Canguaretama/Goianinha - RN.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios	31
Figura 2. Imagem aérea da Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios	33
Figura 3. Ilustração das faixas de terra da comunidade Catu dos Eleotérios	34
Figura 4. Artesanato elaborado pelas mulheres do Catu dos Eleotérios	40
Figura 5. Trilhas na Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios	50
Figura 6. Café da manhã na casa de mulheres do Catu dos Eleotérios	52
Figura 7. Visitação ao Jardim da Cura	54
Figura 8. Recepção dos Visitantes por um casal de agricultores da Comunidade	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Entrevistas semiestruturadas na comunidade	23
Quadro 2. Princípios do Turismo de Base Comunitária	44
Quadro 3. Instituições indígenas que possuem departamento de mulheres	65
Quadro 4. Organização de mulheres indígenas no Brasil	65

LISTA DE SIGLAS

ACMVC	Associação Comunitária dos Moradores do Vale do Catu
AMARN	Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
AMITRUT	Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí, Rio Uapés e Tiquié
APAPU	Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una
APOINME	Departamento de Mulheres da Articulação dos povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ATIX	Coordenação de mulheres do Xingu
ATL	Acampamento Terra Livre
CIR	Secretaria de Mulheres Indígenas do Conselho Indígena de Roraima
CITA	Departamento de Mulheres Indígenas do Baixo Tapajós do Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
FIARTE	Feira Internacional de Artesanato
FOIRN	Departamento de Mulheres da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Instituto Socioambiental
MEC	Ministério da Educação
MMI	Marcha das Mulheres Indígenas
NEGDS	Núcleo de Estudos de Gênero, Diversidade e Sexualidade
NTBL	Encontro Nacional de Turismo de Base Comunitária
ODS	Objetivos de desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PNPM	Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres

TBC	Turismo de Base Comunitária
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UC	Unidade de Conservação
UMIAB	União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira
UNWOMWN	United Nations Entity For Gender Quality And The Empowerment Of Women
UNWTO	United Nations World Tourism Organizations
WTTC	World Travel & Tourism Council

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS	18
1.2 METODOLOGIA	19
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	24
2 POVOS INDÍGENAS E A COMUNIDADE CATU DOS ELEOTÉRIOS	26
2.1 CATU DOS ELEOTÉRIOS E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA, POLÍTICA E TERRITORIAL	30
3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PRÁTICAS	42
3.1 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DO CATU DOS ELEOTÉRIOS	49
4 ESTUDOS DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO: REFLEXÕES TEÓRICAS	55
4.1 OS ESTUDOS DE GÊNERO	55
4.2 A DISCUSSÃO DE GÊNERO EM COMUNIDADES INDÍGENAS	60
4.3 EMPODERAMENTO FEMININO	73
5 A POSIÇÃO DA MULHER NA COMUNIDADE CATU DO ELEOTÉRIOS E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DO TBC	78
6 O EMPODERAMENTO DAS MULHERES CATUZEIRAS ATRAVÉS DO TBC: PSICOLÓGICO, SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO	83
6.1 EMPODERAMENTO PSICOLÓGICO	83
6.2 EMPODERAMENTO SOCIAL	88
6.3 EMPODERAMENTO ECONÔMICO	91
6.4 EMPODERAMENTO POLÍTICO	94
6.5 RESULTADOS E DESAFIOS DO TBC NA PERSPECTIVA DAS MULHERES CATUZEIRAS	98
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA	128
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	136
APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE	138

1 INTRODUÇÃO

O turismo é visto como um setor importante, principalmente em relação aos seus impactos econômicos. Dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) (2023) apontam que, no ano de 2022, o turismo correspondeu a 7,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e foi responsável pelo aumento expressivo de 2,2 milhões de novos empregos no cenário mundial.

O mercado de trabalho do turismo, diferente de outros setores econômicos, apresenta uma participação expressiva de mulheres e, nesse sentido, a Organização Mundial do Turismo (OMT, em inglês World Tourism Organization, UNWTO) considera que o turismo tem o potencial de ser um veículo para o empoderamento das mulheres nas regiões em desenvolvimento (UNWTO, 2019).

No entanto, é importante reconhecer que, historicamente, as mulheres enfrentam barreiras significativas no acesso às oportunidades em diferentes setores econômicos, inclusive no turismo. Embora haja avanços nas condições das mulheres, ainda existem diversas barreiras a serem superadas para o alcance da equidade de gênero (Gabrielli, Ferro & Rodrigues, 2021). Pesquisas demonstram a presença desigual das mulheres em diferentes esferas das atividades produtivas, bem como as discrepâncias de poder entre homens e mulheres (Charles, 2011; Chistofides, Polycarpou & Vrachimiset, 2013; Herrera, 2013; Minasi *et al.*, 2022).

As discussões sobre equidade de gênero têm gerado um debate mundial que transpassa as vertentes social, econômica, cultural, ambiental e política. A luta pela equidade de gênero e as conquistas feministas nas últimas décadas evidenciam novas reflexões acerca da participação da mulher nos diversos campos sociais.

No Brasil, os estudos de gênero no turismo tiveram início na década de 1980, e ganharam maiores proporções após os anos 2000, abordando temas como turismo sexual, consumo e lazer feminino (Piscitelli, 2006; Carvalho, Baptista & Costa, 2015) e mercado de trabalho (Silva, Oliveira & Spolle, 2020; Gabrielli, 2022). Com o passar do tempo surgiram novos enfoques, como mulheres viajantes (Leite, 2000), empreendedorismo feminino (Ferreira & Nogueira, 2013; Teixeira & Bonfim, 2016; Silva, 2021), entre outros.

Os estudos ressaltam que no setor de turismo se reproduzem estereótipos machistas que afetam a realidade das mulheres no mercado de trabalho, as quais

geralmente ocupam cargos subalternos com baixos salários e são minoria em posição de liderança (Richter, 2005; Minasi, Mayer & Santos, 2022). Esses estereótipos estão vinculados às atividades consideradas tipicamente femininas, normalmente relativas à limpeza, organização e ao cuidado com a casa e a família, assim, desempenham cargos de camareira, guia de turismo, agente de viagem, comissária de bordo, além de outras funções que são essenciais para o setor, mas em regra, não são devidamente valorizadas (Alves & Moreira, 2016; Moreno & Cañada, 2018) .

Por outro lado, as possibilidades do turismo ser uma atividade capaz de mitigar as desigualdades de gênero também estão em pauta. O Relatório Global sobre Mulheres no Turismo, elaborado pela OMT em parceria com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), destaca a importância das mulheres no turismo e seu papel fundamental no desenvolvimento sustentável das comunidades e na consecução da Agenda 2030¹ (UNWTO, 2019). Como um plano de ação global vigente desde 2015, a Agenda 2030 é composta por dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre eles o ODS número 5: "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". Destarte, com o estabelecimento da Agenda 2030 são cada vez mais comuns as abordagens sobre como o turismo pode promover a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Dentre essas abordagens, o Relatório Global sobre Mulheres no Turismo evidencia o papel que o Turismo de Base Comunitária (TBC) vem desempenhando nos processos de empoderamento feminino e igualdade de gênero, em várias partes do mundo, especialmente na América Latina e Caribe.

A participação das mulheres no turismo de base comunitária é particularmente importante para a compreensão das questões de gênero, uma vez que – assim como na indústria do alojamento – é, em todo o mundo, a forma de turismo em que há maior participação de mulheres. O turismo de base comunitária – que por vezes é amplamente referido como ecoturismo, turismo responsável ou turismo sustentável – tem a sua própria dinâmica de gênero [...]. É importante notar que não existe uma ligação automática entre estas formas alternativas de turismo e o aumento da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres nos destinos turísticos. Embora muitas

¹ Chefes de Estado e de Governo e altos representantes, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York de 25 a 27 de setembro de 2015, estabeleceram a Agenda 2030, com objetivos e metas a serem atingidas até o ano de 2030, no que se refere ao desenvolvimento sustentável em todo planeta.

iniciativas de turismo de base comunitária possam não ter sido criadas para empoderar as mulheres e possam exigir apoio externo a longo prazo para evitar a perpetuação das desigualdades de gênero, é importante reconhecer que várias iniciativas têm sido fundamentais para empoderar as mulheres, ao redor do mundo. (UNWTO, 2019, p. 141, tradução nossa)

Por suas características e princípios, o TBC tem ganhado destaque nas últimas duas décadas como uma forma de turismo que se contrapõe ao modelo do turismo de massa, sendo concebido como um turismo alternativo, não simplesmente como um novo segmento de mercado, mas como um novo paradigma, uma forma mais responsável de planejar e executar a experiência turística em áreas menos privilegiadas do ponto de vista dos indicadores sociais e econômicos e em territórios de povos e comunidades tradicionais (Machado, 2007; Irving, 2009; Fabrino, 2013).

Baseado em uma concepção de sociedade mais justa e igualitária, com foco no desenvolvimento local, o TBC visa contribuir para a valorização da identidade cultural de um determinado grupo social. Desta forma, o turismo não é visto apenas como uma atividade econômica, mas sim, como um conjunto de serviços, práticas e experiências que podem beneficiar diversos sujeitos sociais envolvidos, direta e indiretamente, na atividade turística, promovendo a inclusão e a equidade social (Machado, 2007; Chicico, 2012; Ferreira, 2014). Assim, na contramão de um modelo de turismo excludente e segregador, o TBC é revestido por um ideário de turismo capaz de empoderar os sujeitos locais, dando-lhes autonomia e colocando-os em papel de liderança no desenvolvimento do seu território (Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009; Araújo, 2011; Bessa, 2011; Braga & Selva, 2016).

No Brasil, o TBC está em crescimento, sendo possível identificar iniciativas em diferentes regiões do país (Brasil, 2022). Por estarem fundamentadas em princípios como autogestão, equidade social, cooperação, solidariedade, sustentabilidade e interculturalidade (Brasil, 2023), acredita-se que as iniciativas de TBC possam gerar o envolvimento dos comunitários de forma mais igualitária, ampliando a participação feminina nos processos de planejamento e gestão da atividade turística.

Nesse contexto, estudos recentes abordam o empoderamento das mulheres por meio do TBC, com foco em seu papel enquanto empreendedoras (Vieira *et al.*, 2022). No entanto, em sua obra sobre igualdade de gênero e turismo, Cole (2018, p. 2) alerta para o fato de que a compreensão de empoderamento feminino,

geralmente, "lida apenas com aspectos produtivos e trabalho não reprodutivo e falha em abordar as desigualdades estruturais que estão na base de sociedades construídas sobre códigos simbólicos e normativos patriarcais". Nesse sentido, Reis (2019, p. 8) em seu estudo sobre oportunidades e desafios do TBC para a equidade de gênero, conclui: "os desafios da perpetuação da desigualdade de gênero e da tradicional divisão sexual do trabalho continuam presentes no turismo comunitário, ainda que este se baseie numa perspectiva econômica apoiada em práticas solidárias, que prezam pela sustentabilidade".

Partindo dessas inquietações referentes ao empoderamento feminino por meio do Turismo de Base Comunitária, é que direciono o lócus dessa pesquisa para a comunidade indígena Catu dos Eleotérios, localizada entre os municípios de Goianinha e Canguaretama, no estado do Rio Grande do Norte. A comunidade possui cerca de 900 habitantes, sendo eu, uma das mulheres indígenas integrantes.

Sou da etnia Potiguara, nasci e sempre morei no Catu dos Eleotérios, faço parte do grupo da Juventude Indígena do Rio Grande do Norte, recentemente entrei para o grupo da Coordenação de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Norte e sou graduada em Gestão de Turismo. Desde que iniciei minha jornada na vida acadêmica, busquei participar de projetos ligados a minha comunidade e ao movimento indígena e nesse percurso me dediquei a desenvolver trabalhos na área do turismo comunitário e agora no mestrado, busco refletir sobre a participação feminina no Turismo de Base Comunitária e seus desdobramentos.

A comunidade Catu dos Eleotérios, desde o início dos anos 2000, vem passando por um processo de etnogênese, interpretado como um "despertar étnico" dos povos indígenas, que por muito tempo, foram silenciadas por narrativas históricas sobre o desaparecimento dos grupos étnicos no estado do Rio Grande do Norte (Cavinagnac, 2003). Os indígenas da comunidade vivenciam uma constante luta de (re)afirmação de sua cultura acerca do "ser indígena", que por muitas vezes sofrem comparações do estereótipo do "parecer indígena".

Nesse contexto, o turismo na comunidade Catu surge a partir de 2013, como mais uma forma de valorizar e dar visibilidade à cultura indígena, além de gerar renda para a comunidade. Já, o Turismo de Base Comunitária passou a ser desenvolvido de forma mais organizada a partir de 2018, envolvendo os segmentos de ecoturismo, turismo rural e turismo pedagógico (Oliveira, 2020; Pimentel, 2021). O TBC na comunidade depende expressivamente da atuação das mulheres

catuzeiras, visto que o TBC demanda de atividades predominantemente domésticas voltadas ao ato de receber, acolher, hospedar e se alimentar na comunidade, que pelo machismo estrutural, são atividades majoritariamente delegadas às mulheres.

Além disso, as mulheres indígenas do Catu dos Eleotérios atuam como detentoras do saber ancestral e na transmissão geracional de conhecimentos culturais, da culinária tradicional local, do cuidado com a terra, das plantas e bebidas medicinais e do artesanato, sendo essas atividades ligadas ao cotidiano da cultura indígena e apropriadas pelo turismo local.

1.1 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

A atuação das mulheres indígenas no desenvolvimento do turismo na comunidade Catu dos Eleotérios, sob o paradigma do Turismo de Base Comunitária, faz surgir as seguintes indagações:

- a) Qual o papel desempenhado pelas mulheres no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no Catu dos Eleotérios?
- b) Quais os efeitos da atuação das mulheres no Turismo de Base Comunitária na dinâmica social indígena, a partir da perspectiva dos integrantes da comunidade?
- c) Quais os resultados gerados pelo Turismo de Base Comunitária e as dificuldades ainda existentes, na perspectiva das mulheres catuzeiras?

Esses questionamentos Além disso, as mulheres indígenas do Catu dos Eleotérios atuam como detentoras do saber ancestral e na transmissão geracional de conhecimentos culturais, da culinária tradicional local, do cuidado com a terra, das plantas e bebidas medicinais e do artesanato, sendo essas atividades ligadas ao cotidiano da cultura indígena e apropriadas pelo turismo local.

Em pesquisa bibliográfica, foi possível identificar alguns estudos sobre a comunidade Catu dos Eleotérios que abordam sobre: a experiência da etnicidade (Silva, 2007); a emergência étnica e a territorialização (Silva, 2016); o artesanato potiguara (Bezerra, 2018), a educação escolar indígena (Cardoso, 2019; Costa, Silva & Costa, 2020); os saberes indígenas (Medeiros, 2019), o potencial do turismo étno-criativo (Pimentel, 2021); o diagnóstico participativo (Silva & Silva, 2020); e a recepção de visitantes como prática social discursiva (Justino, Nóbrega, Ferreira & Araújo, 2022). Há também um estudo sobre a questão da mulher indígena na

comunidade, o qual versa sobre autorreconhecimento indígena e experiência de vida (Santos, Oliveira & Dantas, 2023), porém não faz relação com o turismo local.

Uma busca, em 2023, por publicações sobre gênero e Turismo de Base Comunitária, na plataforma "Publicações de Turismo" do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de São Paulo (PPGTUR-USP), resultou em apenas 4 (quatro) artigos: 1. "Turismo de base comunitária com foco em gênero: estudo de caso na Comunidade Morro Santo Antônio, Município de Itabira-MG" (Araújo, 2016); 2. "El Turismo Cultural y sus Construcciones Sociales como Contribución a la Gestión Sostenible de los Destinos Turísticos" (Dzul, Damian & Ramirez, 2020); 3. "Memórias Alimentares no Turismo de Base Comunitária da Acolhida na Colônia, Santa Catarina, Brasil" (Walkowski, Pires, Lopes & Assing, 2021); e, 4. "O 'bem acolher' na prestação dos serviços turísticos de base comunitária do movimento de mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), Belém-PA" (Nascimento, Gomes & França, 2012). Nota-se, portanto, que pesquisas sobre Turismo de Base Comunitária com foco em gênero são muito escassas, apesar da alta relevância da participação feminina nesse modelo de turismo, e mais raros ainda, são os estudos que se voltam para o universo da mulher indígena.

Assim, o **objetivo geral** da pesquisa é analisar a atuação das mulheres no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária na comunidade indígena Catu dos Eleotérios e seus possíveis efeitos no empoderamento feminino e na dinâmica social indígena, a partir de 2018. Já, os **objetivos específicos** são:

- a. Revelar a posição da mulher na dinâmica social indígena da comunidade Catu dos Eleotérios;
- b. Identificar os resultados gerados pelo Turismo de Base Comunitária e os desafios para o seu desenvolvimento, na perspectiva das mulheres catuzeiras;
- c. Verificar se o Turismo de Base Comunitária desencadeou processos de empoderamento feminino e alteração da posição social da mulher na comunidade indígena.

1.2 METODOLOGIA

As indagações levantadas nessa dissertação envolvem uma análise da atuação da mulher indígena no desenvolvimento da atividade turística, como também explora as implicações sociais, econômicas e culturais na comunidade em

estudo, articulando temas como igualdade de gênero, empoderamento feminino, Turismo de Base Comunitária e comunidade indígena, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e interseccional.

No âmbito desse estudo, foi essencial lançar mão da interseccionalidade, na medida em que ele abrange alguns marcadores sociais, tais como raça/etnia e gênero. A interseccionalidade orienta a análise para o ponto de interseção entre diversas identidades sociais, destacando especialmente aquelas pertencentes a minorias e os sistemas ou estruturas de dominação e discriminação (Medeiros, 2019). Isso se mostra particularmente relevante ao analisar a participação das mulheres indígenas no Turismo de Base Comunitária, já que essa perspectiva busca uma compreensão mais profunda das interações sociais e identidades culturais e dos sistemas de dominação.

A discussão de gênero em comunidades indígenas é um tema complexo que demanda uma abordagem sensível e inclusiva. Tradicionalmente, essas comunidades são caracterizadas por estruturas sociais específicas, influenciadas por suas próprias tradições e crenças. Portanto, é essencial reconhecer que a discussão de gênero não pode ser dissociada de outras dimensões da identidade e da etnia.

Assim, as mulheres indígenas enfrentam não apenas uma forma de discriminação e de desafios, mas sim uma sobreposição complexa que emana da interseção de diferentes marcadores sociais, ligadas a identidade étnica e ao gênero.

Ao abordar a participação das mulheres em diferentes esferas, como no Turismo de Base Comunitária, a interseccionalidade revela nuances importantes. Ela não apenas examina as desigualdades fundamentais, mas também analisa como ações e políticas específicas podem perpetuar ou desafiar essas opressões. Para Crenshaw (2002, p. 177) a interseccionalidade,

Trata especificamente da forma pela qual racismo, patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Dessa forma, a interseccionalidade oferece uma compreensão mais completa e sensível das dinâmicas que moldam as experiências das mulheres na comunidade, contribuindo para estratégias mais eficazes de empoderamento e enfrentamento das injustiças sistêmicas.

Em relação a metodologia, a pesquisa é um estudo de caso, com instrumentos de coleta de dados inspirados no método etnográfico, o qual possibilitou explorar as perspectivas, as experiências e os significados atribuídos pelas mulheres catuzeiras ao seu envolvimento no TBC e a realizar uma imersão mais profunda na realidade dessas mulheres e na dinâmica social da comunidade.

A pesquisa etnográfica consiste “no processo de observar, participar e entrevistar o nativo em suas condições reais de existência, tentando entender e mapear a completude de sua vida” (Barbosa, 2003, p. 100). Desta forma, me inspirei nesse método para auxiliar na compreensão da dinâmica social indígena, das suas práticas culturais, valores e tradições que influenciam a participação da mulher na comunidade e no Turismo de Base Comunitária.

Vale ressaltar, que nessa pesquisa ao mesmo tempo que sou a pesquisadora também me enquadro como objeto de estudo, pelo fato de ser membro da comunidade. Como mulher integrante da comunidade indígena e participante ativa no Turismo de Base Comunitária local, reconheci que não poderia assumir uma posição neutra. Nesse sentido, a inspiração etnográfica me permitiu não apenas descrever, mas também compreender as experiências e percepções das mulheres da comunidade em relação ao turismo e às dinâmicas de gênero. Ao ser da comunidade em estudo, tenho uma posição especial de acesso ao objeto de análise. Todavia é necessário ressaltar as vantagens e os desafios dessa proximidade.

Como vantagens destaco a familiaridade com o contexto local e a maior sensibilidade para nuances culturais e dinâmicas sociais, as quais enriquecem as minhas análises e a compreensão do fenômeno estudado. Além disso, fazer parte da comunidade oferece acesso privilegiado às informações, eventos e pessoas relevantes para a pesquisa.

Essa proximidade e familiaridade, entretanto, me colocou numa posição de elevado nível de envolvimento emocional com a comunidade, o que pode dificultar uma postura mais neutra e objetiva. Assumi, portanto, o desafio de dosar e equilibrar o envolvimento pessoal com a objetividade científica, como também de lidar com

meus próprios preconceitos e experiências pessoais, para que não influenciassem sobremaneira a minha análise e interpretação das informações.

Diante disso, e ciente das vantagens e desvantagens de estudar a comunidade da qual eu faço parte, em especial as mulheres que assim como eu estão envolvidas com o Turismo de Base Comunitária, tive que adotar estratégias para estranhar o que me era familiar e cotidiano. O intuito era assegurar a ética ao longo de todo o processo de pesquisa e, ao mesmo tempo, desenvolver um estudo que contribuísse significativamente não apenas para a academia, mas também para a minha comunidade.

Na pesquisa de campo, empreguei as seguintes técnicas de coleta de informações: a observação participante, o diário de campo e a entrevista semiestruturada com quatro diferentes grupos: I. as mulheres envolvidas no TBC; II. as mulheres que não estão envolvidas no TBC; III. as lideranças da comunidade; e IV. as pessoas próximas às mulheres envolvidas com TBC.

A observação participante, geralmente, envolve participar de um determinado contexto social, seja numa ocasião excepcional ou numa frequência cotidiana, observando-o e registrando-o de alguma forma, a fim de captar comportamentos, práticas e atitudes, enquanto as entrevistas são instrumentos usados para captar a dimensão discursiva e *in loco* (Santos, 2021).

Na observação participante, o pesquisador deve estar presente no campo e manter uma distância profissional do grupo estudado para registrar os dados adequadamente (Barbosa, 2003; Goulding, 2002). Nesse caso, os registros da minha pesquisa foram realizados por meio do diário de campo, com o objetivo de refletir sobre os comportamentos e as minhas percepções durante a pesquisa de campo. No diário de campo são realizadas anotações do cotidiano, implicando na observação participante junto aos membros da comunidade, buscando relatar minuciosamente o contexto cultural da comunidade, que pode ser usado como método de investigação, de coleta de dados, da descrição dos processos e na análise subjetiva (Brazão, 2007).

Durante a pesquisa de campo, a observação participante teve como principal foco a vida cotidiana, as reuniões da comunidade e a execução dos roteiros de Turismo de Base Comunitária, momento em que realizei conversas e encontros informais com informantes-chave na pesquisa.

As entrevistas complementaram as observações, visto que fornecem informações adicionais e permitem ao pesquisador obter perspectivas relevantes para o estudo (Pereira, 2008). A utilização dessas duas técnicas objetivou uma compreensão aprofundada do objeto da pesquisa, captar nuances e detalhes que não seriam possíveis de identificar apenas com uma técnica.

As entrevistas semiestruturadas deram suporte para que eu compreendesse a condição da mulher na estrutura social indígena e das mulheres envolvidas no TBC na comunidade e entendesse as suas percepções sobre empoderamento feminino e os efeitos do TBC nas relações de gênero na comunidade.

A observação participante desenvolvi durante os meses de setembro a dezembro de 2023 e as entrevistas semiestruturadas de 05 de outubro a 20 novembro de 2023, aplicando os roteiros detalhados no apêndice A.

Ao todo entrevistei 22 moradores da comunidade, sendo 4 mulheres que não participam do turismo na comunidade, 2 lideranças da comunidade homens, 8 pessoas, sendo 3 mulheres e 5 homens, que possuem algum tipo de ligação com as mulheres que participam do turismo (familiares, conjugue ou que trabalham junto às mulheres no turismo) e 8 mulheres que participam do turismo realizado na comunidade, envolvidas com o artesanato, culinária, cultivo de plantas medicinais e produção de bebidas medicinais (quadro 1). As pessoas entrevistadas apresentavam faixa etária entre 18 e 79 anos, todos moradores da comunidade.

Quadro 1. Entrevistas semiestruturadas realizadas na comunidade

Perfil	Qtd.	Identificação dos(as) Entrevistados(as)	Data de Realização
Mulheres que atuam no TBC	8	1, 2, 5, 6, 11, 12, 13 e 18	05 de outubro a 20 de novembro de 2023
Mulheres que não atuam no TBC	4	7, 8, 9 e 10	
Pessoas próximas às mulheres que atuam no TBC (homens e mulheres)	8	3, 4, 16, 17, 19, 20, 21 e 22	
Lideranças da comunidade (homens)	2	14 e 15	
Total	22		

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Vale ressaltar que todos os procedimentos foram realizados com o máximo de respeito aos princípios éticos de pesquisa e com o consentimento dos participantes envolvidos, a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (apêndice B).

Os participantes da pesquisa foram informados sobre os objetivos, procedimentos e dados necessários na pesquisa, e tiveram o direito de recusar ou aceitar fazer parte do estudo. As considerações éticas foram fundamentais para garantir a proteção dos participantes envolvidos na pesquisa e a integridade científica do estudo.

Dessa forma, para proteger a identidade das(os) entrevistadas(os) não citarei nomes, usarei números para ocultar a identidade (conforme quadro 1). Isso também garantiu que elas(es) pudessem conversar de forma mais espontânea no momento da entrevista e assim, revelar suas experiências e suas percepções acerca da participação da mulher no turismo.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação se estrutura em sete seções, a primeira seção se refere a essa introdução que abarca uma contextualização do recorte temático, espacial e temporal do estudo, apresenta a problemática da pesquisa, os objetivos geral e específicos, a metodologia utilizada e a estrutura do trabalho.

Na segunda seção, retrato de forma abrangente o *lôcus* da pesquisa, trazendo um panorama da organização territorial, política, social e econômica da comunidade indígena Catu dos Eleotérios.

Na terceira seção, apresento os conceitos e princípios fundamentais do Turismo de Base Comunitária, para posteriormente discorrer sobre como esse modelo de turismo se desenvolve na comunidade Catu dos Eleotérios, destacando o papel que as mulheres desempenham nesse processo.

Na quarta seção, evidencio a relevância dos estudos de gênero, como também os avanços obtidos pelas mulheres indígenas nos espaços de poder. Posteriormente, apresento as perspectivas teórica e conceitual sobre empoderamento feminino que deram as bases para a análise das informações coletadas em campo e adquiridas ao longo da minha vida como membro da comunidade.

Na quinta seção, discorro sobre a posição das mulheres na comunidade Catu dos Eleotérios, no âmbito social, econômico e político, destacando, principalmente, as questões que afetam as mulheres catuzeiras e suas experiências em relação ao TBC.

Na sexta seção, analiso se as mulheres catuzeiras ao se envolverem com o TBC estão de fato em processo de empoderamento, considerando as diferentes dimensões: psicológica, social, econômica e política. Nessa seção, também identifico os desafios e as barreiras enfrentados pelas mulheres, incluindo resistências culturais e estruturais.

Por fim, na sétima seção, apresento as considerações finais do estudo, evidenciando os principais achados da pesquisa, destacando sua contribuição para a área do conhecimento do turismo, apontando as dificuldades encontradas para a sua execução e identificando as lacunas deixadas pela pesquisa, com sugestões para futuros estudos sobre o tema.

2 POVOS INDÍGENAS E A COMUNIDADE CATU DOS ELEOTÉRIOS

Antes de discorrer sobre a comunidade indígena Catu dos Eleotérios, é pertinente contextualizar a história dos povos indígenas no Brasil, marcada pela violência, injustiça, discriminação e marginalização desde o período da colonização europeia (Almeida, Angelin & Veronese, 2023).

Historicamente, os povos indígenas resistem ao processo de silenciamento e invisibilidade de sua identidade, que permanece ligada a uma discussão pautada na definição do que é ser indígena e seu lugar na sociedade. Figueiredo (2016) afirma que a visão estereotipada sobre os povos originários foi construída desde a colonização para negar o seu reconhecimento étnico e seus direitos.

Os povos indígenas foram e são oprimidos a partir de ideologias que buscam suprimir a diversidade sociocultural, estabelecendo cultura única, na qual todos devem possuir os mesmos valores, hábitos, costumes e tradições (Silva *et al.*, 2021, p. 3). Esse processo reforça o racismo e induz a subordinação dos povos indígenas (Davis, 2018).

A luta indígena no Brasil é um enfrentamento histórico por seus direitos, seus territórios e sua autoafirmação, que são constantemente ameaçados. Segundo Quijano (2000), a cultura indígena sofreu um processo de colonização eurocêntrica, levando a mudanças significativas nas relações tradicionais que refletem até os dias atuais.

Desta forma, conforme Lins e Vasconcelos (2004), a resistência e a luta dos povos originários se dá em defesa da identidade cultural e da retomada de seus territórios. Um dos principais desafios enfrentados pelos povos indígenas está associado à questão territorial, seja na falta da demarcação de terras, seja na ausência de políticas públicas de proteção. Mesmo aqueles que tiveram suas terras reconhecidas como território indígena sofrem com invasões e exploração excessiva dos recursos naturais, que afetam drasticamente a saúde e a segurança dos povos indígenas.

O massacre da população indígena, a perda de seus territórios e a aculturação, segundo Silva e Filgueira (2020), levaram ao processo de etnogênese ou despertar étnico dos povos indígenas, que por muito tempo foram silenciados por meio de narrativas, como por exemplo de intelectuais como Câmara Cascudo

(1995), que afirmava o desaparecimento dos povos indígenas no estado do Rio Grande do Norte (RN). A história dos povos indígenas no RN foi determinada e manipulada pelas elites locais que tentaram apagar a cultura indígena (Cavignac, 2003).

No entanto, os povos indígenas resistem para manter sua história viva, em uma contínua luta contra a negação de sua origem e existência (Santos & Santos (2019). Alguns autores indígenas têm contribuído para a literatura e o pensamento indígena no Brasil, com perspectivas diferenciadas. Dentre os autores indígenas brasileiros podemos citar:

- Ailton Krenak - Líder indígena e escritor, conhecido por seu livro "Ideias para adiar o fim do mundo". Ele reflete sobre a relação entre a sociedade moderna, a natureza e os povos indígenas.
- Aline Koroglouyan (Aline Araci Moura Koroglouyan) - Escritora e professora indígena da etnia Guarani Mbya. Ela escreve sobre a cultura indígena, identidade e educação.
- Cristino Wapichana - Poeta, escritor e professor indígena. Ele escreve em sua língua materna, o Wapichana, e aborda temas como ancestralidade, identidade e lutas indígenas.
- Daniel Munduruku - Escritor, educador e líder indígena. Suas obras abordam temas relacionados à cultura indígena, identidade e meio ambiente.
- Eliane Potiguara - Escritora e ativista dos direitos indígenas. Ela aborda questões como gênero, racismo e preservação cultural em suas obras.
- Ely Macuxi - Poeta indígena do povo Macuxi. Suas poesias e escritos abordam temas como a relação com a terra, a preservação ambiental e a resistência indígena.
- Graça Graúna (Graça Pinto Lima) - Escritora e contadora de histórias indígena do povo Potiguara. Ela aborda questões como o resgate da cultura e a valorização da identidade indígena.
- Kaká Werá Jecupé - Escritor e líder indígena da etnia Tapuia. Ele escreve sobre espiritualidade, sabedoria ancestral e busca de identidade.
- Kaká Werá Jecupé - Escritor e líder indígena da etnia Tupi-Guarani. Ele escreve sobre espiritualidade, sabedoria ancestral e busca de identidade.

- Olívio Jekupé - Escritor, filósofo e líder Guarani. Ele escreve sobre a espiritualidade, a sabedoria indígena e as relações entre os seres humanos e a natureza.
- Sueli Maxakali - Escritora e artista indígena da etnia Maxakali. Ela utiliza a escrita e o desenho para expressar sua cultura, história e visão de mundo.

Conhecer e explorar a obra desses autores é uma forma de conhecer as vozes dos povos indígenas e suas perspectivas, que devem ser valorizadas.

No cenário de luta e resistência dos povos indígenas surge o movimento indígena com o intuito de assegurar e reivindicar os direitos da população indígena, com a mobilização de lideranças indígenas do país, na luta coletiva de seus territórios e sua cultura.

o movimento indígena tem denunciado, de forma reiterada, os elementos fundantes da formação social brasileira, marcada por um histórico de opressão, extermínio e invisibilidade dos povos indígenas e demais grupos minoritários, cujo cenário de recrudescimento tem sido intensificado nos últimos anos (Silva *et al.*, 2021, p. 2)

Segundo Krenak (2015), o movimento indígena no Brasil surgiu no final da década de 1970 como estratégia de autoafirmação, resistência e politização das questões indígenas, com o intuito de consolidar o protagonismo político-cultural das lideranças e intelectuais indígenas no cenário nacional e internacional. A articulação dos povos indígenas no país foi um marco na luta dos povos originários para assegurar os direitos indígenas na demarcação dos territórios e afirmação das identidades culturais.

O Movimento começou com povos, lideranças e intelectuais indígenas do Alto Rio Negro, no Amazonas, e ramificou-se gradualmente por todo o Brasil, a partir da percepção de que a situação dos povos indígenas brasileiros era absolutamente a mesma: negação e destruição intensificadas (Tukano, 2017, p. 13).

Na Constituição Federal de 1988, nos artigos 210, 231 e 232, são assegurados os direitos dos povos indígenas. Como apresentado no Art. 231 “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam,

competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988, p. 127).

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha sido um marco importante na história dos direitos indígenas, ao tratar do respeito à diversidade étnica dos povos indígenas e o direito originário as terras tradicionais, ainda a população indígena sofre com a invisibilidade e a discriminação perpetuada pelo preconceito e a visão distorcida da cultura tradicional.

Os saberes ancestrais das comunidades tradicionais estão enraizados no conhecimento e nas práticas dos povos indígenas de diferentes etnias espalhadas pelo país, com características singulares, de memórias, saberes tradicionais, línguas próprias e sistemas de organização social de cada grupo étnico. A riqueza e diversidade étnica e cultural das comunidades indígenas são elementos fundamentais para a compreensão da complexidade desses grupos, que desempenham um papel vital na sociodiversidade global.

No Brasil, existem 1.693.535 indígenas, conforme o Censo de 2022 do IBGE (2023), e em 2010, foram identificados 274 línguas indígenas e 305 etnias (IBGE, 2013). Os indígenas, portanto, não são um grupo homogêneo, mas sim uma diversidade de culturas, idiomas, tradições e modos de vida únicos. A diversidade étnica e cultural dos indígenas reflete nas distintas formas de relação com o meio ambiente, na variedade de práticas agrícolas, nas diferentes expressões culturais, nas crenças espirituais e nos métodos de transmissão do conhecimento.

Além disso, é importante ressaltar que as comunidades indígenas não são estáticas, elas estão em constante interação com o ambiente ao seu redor e com as mudanças sociais, econômicas e políticas. O respeito pela diversidade étnica e cultural dos indígenas implica reconhecer a autonomia desses povos na preservação e adaptação de suas tradições, sem imposições externas.

O diálogo intercultural, portanto, desempenha um papel crucial na promoção do entendimento e na construção de pontes entre as diferentes perspectivas culturais. Valorizar e compreender a diversidade étnica e cultural dos indígenas é essencial para avançar em direção a sociedades mais justas, inclusivas e respeitosas em relação à pluralidade que caracteriza o nosso mundo. O turismo baseado em princípios éticos e sustentáveis pode contribuir para esse diálogo intercultural e para a valorização e o respeito à cultura indígena.

Nesse contexto, Célia Xacribá (2020)² alerta: “temos uma tarefa desafiadora, pois não basta apenas reconhecer os conhecimentos tradicionais, é necessário também reconhecer os conhecedores”. Para isso, é preciso dar protagonismo e voz aos povos indígenas, que lutam pelos seus territórios e são invisibilizados pela sociedade não indígena, reconhecer a importância dos povos indígenas para a sociodiversidade global e promover ações que garantam a preservação e a autonomia desses grupos étnicos.

2.1 CATU DOS ELEOTÉRIOS E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA, POLÍTICA E TERRITORIAL

A comunidade indígena Catu dos Eleotérios da etnia Potiguara situa-se a 72 km da capital Natal, no litoral sul do estado do Rio Grande do Norte, na divisa entre os municípios de Canguaretama e Goianinha (Figura 1). Nela residem cerca de 503 residentes na faixa territorial Catu Goianinha e 410 no Catu Canguaretama, totalizando 913 residentes³.

“Os primeiros registros acerca da comunidade indígena do Catu remetem a meados do século XVII, com mais destaque, na primeira metade do século XIX” (Bezerra, 2017, p. 20). A partir do ano 2002, a comunidade começou a mobilizar-se para o reconhecimento como território indígena. Conforme Nascimento (2017), essa iniciativa de autorreconhecimento partiu de dois moradores conhecidos como Vando e Nascimento, que foram à Baía da Traição/PB, para estabelecer diálogo com os indígenas da etnia Potiguara.

Dentro do movimento de emergência étnica do povo indígena do RN, os Eleotérios inauguram um processo de (auto)afirmação como remanescentes indígenas em terras potiguaras, contrariando a tese histórica da extinção de todos os povos tradicionais desse território (Nascimento, 2017, p. 6854).

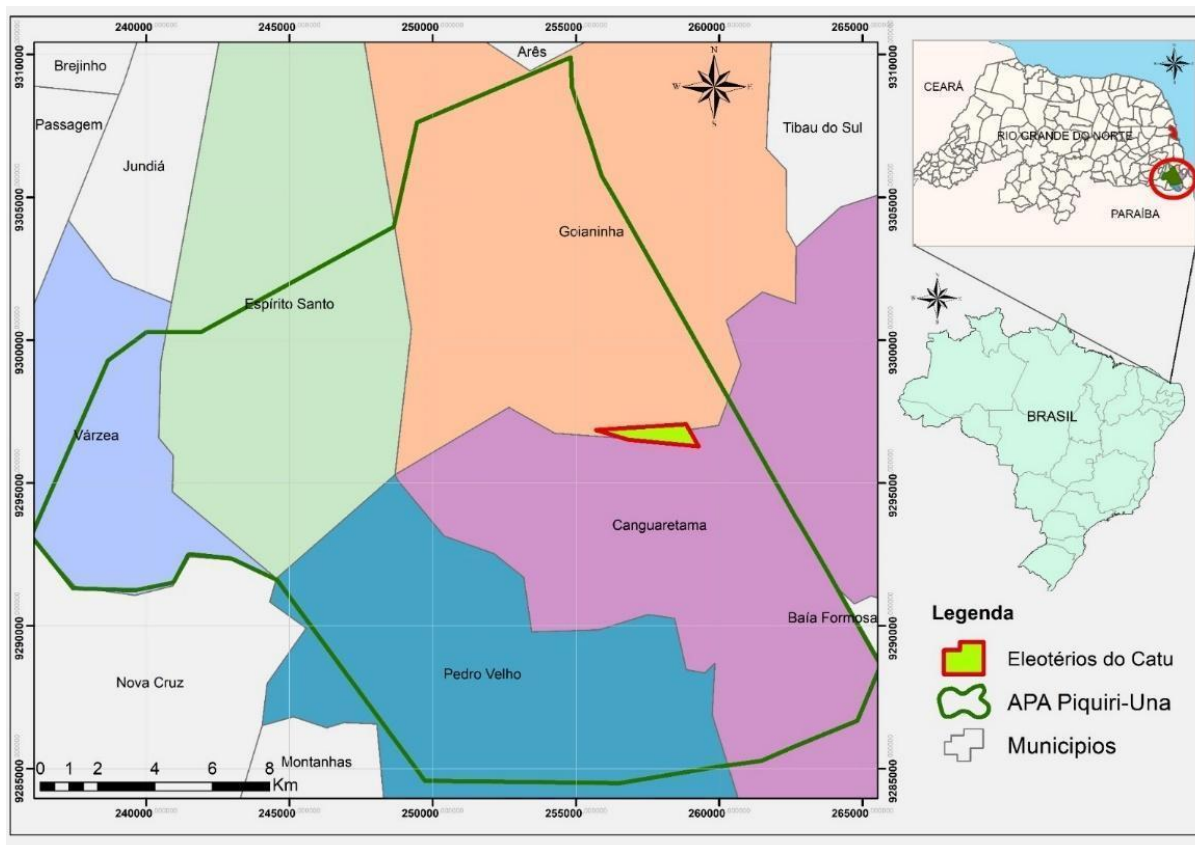
Com o passar do tempo ocorreram diversas tentativas de apagar a história dos povos indígenas no estado do Rio Grande do Norte, porém eles resistiram,

² Documento eletrônico não paginado.

³ Esses dados, referentes ao ano de 2022, foram obtidos por meio da consulta às secretarias de saúde dos municípios a qual a comunidade faz parte, através de dois agentes de saúde que residem na comunidade.

preservando suas tradições, costumes e cultura, através das práticas e dos conhecimentos que ainda são preservados e passados de geração para geração.

Figura 1. Localização da Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios



Fonte: Silva e Filgueira (2020)

No ano de 2003, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o poder público dos municípios passaram a apoiar a criação de associações comunitárias na comunidade Catu. Assim, foram criadas duas associações: a Associação Comunitária dos Moradores do Vale do Catu (ACMVC) – Canguaretama e a Associação Comunitária dos Moradores do Vale do Catu (ACMVC) – Goianinha (Silva, 2007). No ano de 2004, a ACMVC - Goianinha mobilizou esforços para implantar o abastecimento de água potável, por meio de poços artesianos construídos em pontos estratégicos da comunidade para beneficiar os moradores. As duas associações também discutem políticas públicas direcionadas à comunidade e debatem questões da luta indígena pela demarcação e regularização do território.

As associações, ACMVC - Goianinha e ACMVC – Canguaretama, possuem dinâmicas organizacionais distintas, com modelos de participação e liderança diferentes. A ACMVC - Goianinha divide as atribuições entre os cargos de Presidência e Vice-presidência, Gestão Financeira, Secretaria e Conselho; os três primeiros cargos são ocupados historicamente por homens, enquanto as mulheres assumem a Secretaria e o Conselho. Na associação ACMVC - Canguaretama há uma inversão significativa desses padrões, com todas as posições de liderança e responsabilidade ocupadas por mulheres, desde a presidência até os fiscais e suplentes. Essa configuração sugere uma abordagem mais inclusiva e igualitária, desafiando normas de gênero preestabelecidas e promovendo uma representação mais equitativa na tomada de decisões e na gestão das atividades da associação.

Além das associações, a comunidade tem uma liderança, o cacique, que desempenha múltiplos papéis dentro da comunidade. Como guardião dos interesses e da identidade cultural, sua liderança é fundamentada na tradição, no conhecimento ancestral e na capacidade de articulação com instituições governamentais e organizações não governamentais, visando garantir políticas públicas que assegurem os direitos dos povos indígenas, desde a demarcação e proteção das terras até o acesso à saúde, educação e outros serviços essenciais. Desta forma, o cacique exerce um papel central na tomada de decisões dentro da comunidade.

A comunidade também conta com o apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), para as questões do movimento indígena e desenvolvimento de projetos. Além da luta pelo reconhecimento do seu território, a comunidade enfrenta problemas com o desmatamento e problemas de saúde, como doenças alérgicas e intoxicações ocasionadas pelo uso de agrotóxicos na produção agrícola, especialmente, na produção da cana-de-açúcar ao redor da comunidade (Figura 2).

A comunidade Catu é abarcada pela Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una (APAPU), criada em 06 de junho de 1990 pelo Decreto Estadual nº 10.683, que abrangia inicialmente cerca de 12.000 hectares. Entretanto, por meio do Decreto Estadual nº 22.182, de 22 de março de 2011, a área foi ampliada para 40.707,45 hectares, que passaram a englobar o território de cinco municípios, sendo eles: Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Pedro Velho e Várzea (IDEMA, 2013) (ver figura 1). Por se tratar de uma unidade de conservação (UC) de uso sustentável, os moradores realizam a coleta de frutos silvestres, a caça, a agricultura familiar e o turismo.

Figura 2. Imagem aérea da Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios



Fonte: Acervo pessoal (2023)

A comunidade está dividida geograficamente pelo rio que serve como limite entre os municípios de Canguaretama e Goianinha. Parte da comunidade está localizada no território de Goianinha, enquanto a outra parte fica do lado de Canguaretama. Essa configuração resulta em benefícios provenientes de ambas as prefeituras, com a presença de dois postos de saúde, duas escolas e acesso aos programas sociais.

A comunidade, no entanto, enfrenta dificuldades de acesso devido à falta de sinalização, conservação e iluminação das estradas, como também, há uma carência significativa de serviços de saneamento básico. Um desafio adicional relatado pelos moradores é o acesso limitado aos serviços de saúde, pois a divisão territorial entre os municípios impede que alguns residentes sejam atendidos nos postos de saúde localizados do outro lado do rio. Por mais que exista essa divisão geográfica, para os moradores a comunidade é uma só e ao mesmo tempo que o rio divide a comunidade ele também os une.

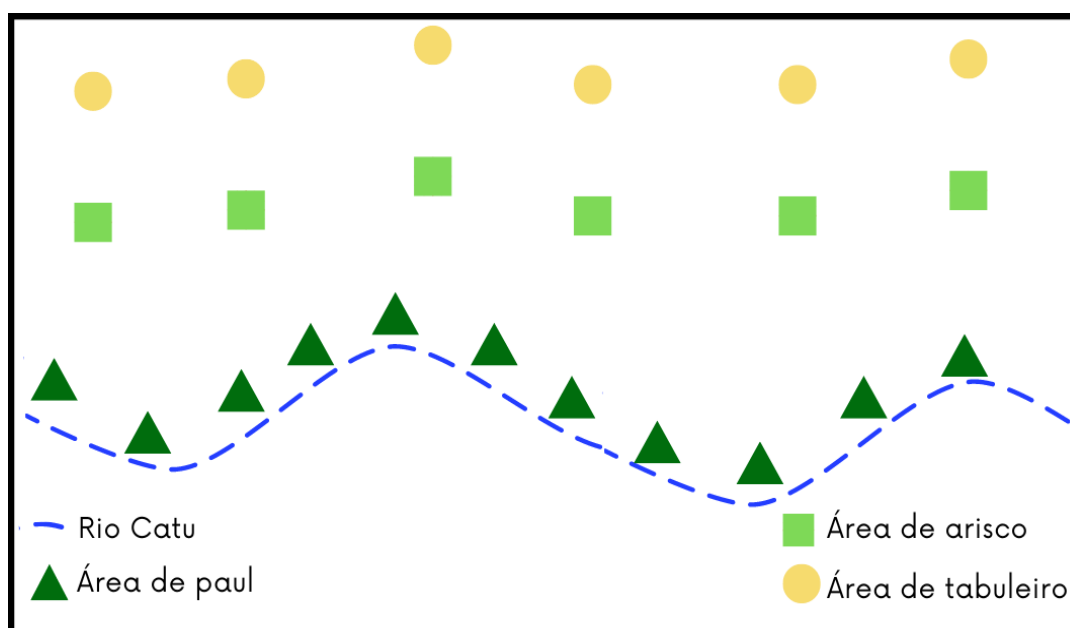
O rio Catu, que nasce na comunidade e deságua entre a Barra de Cunhaú e Sibaúma, consiste na fonte de subsistência para os moradores que sobrevivem da agricultura familiar, por meio do cultivo de hortaliças e raízes, que são

comercializados pelos agricultores em feiras livres dos municípios de Goianinha, Canguaretama, Piquirí e Pedro Velho.

A comunidade é formada por grupos familiares e a divisão de terras obedece a um sistema vertical englobando faixas de paul⁴ nas proximidades do rio, possibilitando a produção da agricultura familiar. A transmissão das terras ocorre de geração para geração, obedecendo uma lógica de “herança” (Silva, 2007).

Para os moradores, a comunidade é dividida em três faixas de terra que são utilizadas na plantação da agricultura familiar e da coleta de mangaba, sendo elas: paul, arisco⁵ e tabuleiro⁶. Essa divisão obedece a uma lógica do conhecimento ancestral dos moradores, que diferencia as cores e a densidade do solo. O paul tem solo escuro (preto) devido a alta quantidade de água, o arisco tem coloração branca, com aspecto mais seco com areia solta e o tabuleiro possui coloração de terra avermelhada. A ilustração abaixo representa como os moradores entendem a terra na comunidade.

Figura 3. Ilustração das faixas de terra da comunidade Catu dos Eleotérios



Fonte: Elaboração própria (2024)

⁴ O paul são áreas próximas ao rio que possuem o solo molhado de cor escura, propício para o cultivo de determinadas hortaliças e legumes.

⁵ Arisco são espaços de terra branca distante do rio, com aspecto mais seco e propício para plantação de raízes que não necessitam de água para crescerem.

⁶ Os tabuleiros são locais próximos às matas que possuem solo arenoso, onde se concentram grande quantidade de mangabeiras.

Cada família tem uma faixa de terra que se estende até o paul, isso faz com que cada grupo familiar tenha a sua própria plantação, seja para comercialização ou para o próprio consumo.

A principal fonte de renda dos moradores está associada à agricultura familiar⁷, com o cultivo de hortaliças, legumes e raízes, no qual possui uma forte presença das mulheres nas atividades produtivas e na atuação em feiras livres (Silva, 2007). A coleta da mangaba acontece nos chamados tabuleiros e é realizada apenas durante seis meses, pelo fato de ser um fruto sazonal que só é possível encontrar no verão, restringindo a colheita do fruto entre os meses de dezembro a maio. Também são realizadas atividades relacionadas à produção de carvão mineral, produção de farinha e alimentos à base de mandioca para consumo próprio e para comercialização.

Além do trabalho cotidiano dos moradores na agricultura familiar e na coleta da mangaba, parte dos moradores atua em cargos do serviço público na área da educação e da saúde, e outros realizam trabalhos sazonais na monocultura da cana-de-açúcar, por intermédio de empresas usineiras (Usina Estivas, Grupo Farias – Vale Verde) e dos produtores da região. Vale ressaltar que as mulheres da comunidade também estão presentes no serviço público, sejam como pedagogas, coordenadoras ou diretoras escolares, agentes de saúde, técnicas de enfermagem e cargos políticos, entre outras atividades. Aos poucos, elas foram conquistando espaço em atividades fora do lar.

Algumas atividades e práticas culturais na comunidade sofreram mudanças ao longo tempo. Cresci ouvindo dos meus familiares e anciões da comunidade sobre essas mudanças, uma delas foi a produção de farinha. Anteriormente, na década de 1980, a produção de farinha de mandioca era forte na comunidade, quase todas as famílias tinham sua casa de farinha, mas após a chegada da cana-de-açúcar a partir da década de 1970, os espaços de arisco que antes eram ocupados pelas plantações da mandioca foram sendo reduzidos para dar espaço às plantações de cana-de-açúcar. Isso resultou na desativação de algumas casas de farinha da

⁷ As plantações da agricultura familiar em sua maioria são encontradas nas áreas de paul, próximo ao rio e as nascentes com solo molhado e alagadiço.

comunidade, pelo fato de não haver mais tantos espaços de roçado⁸ no arisco para a plantação da mandioca e também pelo fato de que muitos moradores passaram a trabalhar para fazendeiros nas atividades de plantação, limpeza e corte de cana-de-açúcar.

Durante a pesquisa de campo, nas conversas informais, deparei-me frequentemente com relatos de mulheres que compartilhavam suas experiências acerca das práticas tradicionais em gerações passadas. Elas mencionaram que nos tempos de suas mães e avós, as mulheres desempenhavam papéis significativos nas atividades agrícolas, desde a coleta de mangaba até a produção de farinha de mandioca. Além disso, assumiam a responsabilidade de gerenciar as tarefas domésticas e cuidar dos filhos. No entanto, mesmo desempenhando essas funções de maneira constante, essas mulheres não recebiam remuneração, uma vez que suas contribuições eram consideradas parte de suas obrigações sociais, realizadas em colaboração com os homens.

Quando meu pai ia plantar no paul, minha mãe, eu e meus irmão ia com ele. A gente ajudava a plantar o coentro, chachar as horta, limpar os matos e agoar as horta, mas a gente não pegava no dinheiro e nem mãe. No dia da feira, pai ia pra feira e trazia o que a gente precisava (Entrevistada 1).

Uma característica marcante dessa dinâmica era a ausência de compensação financeira para as mulheres, enquanto os homens, que também participavam dessas atividades, eram reconhecidos e remunerados de alguma forma. O trabalho agrícola, a produção de alimentos e outras atividades eram muitas vezes associados à masculinidade, recebendo valorização econômica, ao passo que as contribuições femininas, embora essenciais, eram subestimadas e consideradas inerentes aos deveres femininos.

Mas, essa divisão sexual do trabalho não acontecia apenas na agricultura familiar. Algumas mulheres também trabalhavam com a limpeza de cana-de-açúcar para complementar a renda de casa nas atividades de limpeza e adubação da cana, mas só podiam sair para trabalhar se levassem os filhos. “Lembro quando a gente ia com mãe limpar os asseiro de cana, a gente ia de manhãzinha e voltava de tarde,

⁸ Roçado são os espaços onde são feitas as plantações da agricultura familiar, que geralmente são mais distantes das casas dos moradores, que podem ocupar os espaços de arisco ou paul.

passava o dia limpando cana e pai cortava a cana com os outros homens” (Entrevistada 1).

As mulheres desempenham atividades domésticas, consideradas “invisíveis” que exploram os serviços femininos e aumentam a desigualdade de gênero, através da divisão sexual do trabalho (Santos, Borges, Severino & Freire 2022). Essa questão de considerar as atividades das mulheres como uma obrigação social se perpetuou por muito tempo e até hoje os grupos familiares têm essa visão patriarcal.

Na comunidade, também se observa uma significativa migração de residentes para outras regiões do país, tais como São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina, impulsionada pela busca por uma melhor qualidade de vida. Essa migração é motivada tanto pela escassez de oportunidades de emprego local quanto pela falta de qualificação dos próprios moradores. Embora o número de residentes matriculados em instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, tenha aumentado, ainda persiste um elevado contingente de pessoas deixando a comunidade em busca de emprego. A evasão de moradores da comunidade para outros estados ocorre mais com os homens.

Eu era pequena quando pai viajou pra São Paulo e deixou nós com mãe pra trabalhar, mas mesmo com pai longe, ela continuou plantano no paul e vendendo as verduras na feira ou pra alguém do Catu, pra comprar o que a gente precisava. Pai nem sempre conseguia mandar o dinheiro, não tinha esse negócio de pix, era pelo correio que ele mandava ou na conta de algum familiar que sabia mecher nessas coisas. Teve um tempo que ele ficou sem trabalhar lá e mãe que se virava pra comprar as coisa daqui de casa, não tinha muito dinheiro, mas tinha sempre uma batata, macaxeira, feijão e a gente comia o que tinha e o que plantava (Entrevistada 1).

Outro aspecto importante a ser destacado, é que, na comunidade, é mais comum que sejam os homens a migrar sozinhos para outros estados em busca de emprego, quando as mulheres migram, geralmente, são acompanhadas por um membro da família ou pelo marido. Quando as mulheres migram juntos com seus maridos continuam desempenhando as atividades domésticas e o cuidado com os filhos, normalmente, retornam para a comunidade após a aposentadoria. Em certos casos, as mulheres optam por permanecer na comunidade enquanto o marido migra em busca de oportunidades de trabalho. Esse padrão reflete uma dinâmica na qual as responsabilidades domésticas e familiares tendem a recair sempre sobre as mulheres, enquanto os homens assumem papéis de provedores, executando

atividades fora do lar. Essa dinâmica é uma realidade constante enfrentada pelas mulheres, que assumem o papel de provedoras na educação dos filhos, no zelo pela casa e na gestão da economia familiar. No entanto, essas atividades não são reconhecidas e valorizadas, sendo vistas como obrigações inerentes à mulher, imposto pelo machismo estrutural, intensificando desigualdades de gênero ao perpetuar papéis sociais fixos (Welzer-Long, 2001). Isso acaba por restringir as mulheres às atividades domésticas, impactando negativamente em sua autonomia.

As atividades cotidianas da comunidade estão intrinsecamente ligadas à identidade cultural e à subsistência, elas refletem as tradições que se conectam aos saberes ancestrais. Dentre as atividades, destacam-se a agricultura familiar, o artesanato, a gastronomia tradicional e o cultivo de plantas medicinais.

A agricultura familiar, ancorada em técnicas ancestrais, é uma expressão vital da relação simbólica entre os moradores e a terra. O cultivo de alimentos não apenas assegura a subsistência, mas também sustenta os laços comunitários e mantém viva as tradições agrícolas transmitidas de geração em geração. As mulheres também sempre estiveram presentes na agricultura familiar, elas desempenham um papel fundamental na dinâmica do cultivo da agricultura familiar, auxiliando seus familiares e maridos no plantio, na irrigação, na limpeza, na coleta e na preparação das hortaliças e raízes para a comercialização.

Como membro da comunidade, é constante em meu cotidiano observar a notável participação das mulheres na agricultura. Aquelas que são casadas e seus maridos desempenham atividades fora do lar assumem integralmente a responsabilidade pela agricultura familiar, contribuindo para a renda da família. Para aquelas cujos parceiros são agricultores, a colaboração da mulher no campo é rotineira, assim como para as mulheres solteiras que têm familiares envolvidos na agricultura.

A gastronomia tradicional, por sua vez, é uma manifestação culinária que reflete o patrimônio cultural da comunidade. As mulheres desempenham um papel central na preparação de pratos que carregam não apenas sabores característicos, mas também narrativas que conectam passado e presente. Cada receita serve como um elo tangível com as raízes culturais, contribuindo para a preservação de uma herança gastronômica única.

Os pratos típicos que emanam da comunidade são fundamentais na culinária local, com destaque para a calambica, feita à base de batata-doce e leite de coco.

Beijú, grude e bolo preto, por sua vez, têm como principal ingrediente a mandioca. Na minha infância, tive a oportunidade de acompanhar meus familiares algumas vezes na casa de farinha, onde a mandioca era processada para a produção desses alimentos.

O ciclo de preparação começa antes mesmo de chegar à casa de farinha, inicialmente a família se reúne para colher a mandioca no roçado. Em seguida, transporta-se a mandioca até a casa de farinha, faz-se a raspagem para retirada da casca e, posteriormente, a deixa de molho para eliminar toxinas. Esse processo de lavagem da mandioca se estende por aproximadamente uma semana, assegurando que a mandioca esteja pronta para o manuseio.

Quando chegava o momento de ir para a casa de farinha, todos na família contribuíam. Não havia uma divisão rígida de tarefas; o importante era que todos se reunissem para concluir a atividade. Essa colaboração coletiva, desde a colheita até o processamento na casa de farinha, não apenas resultava em alimentos, mas também fortalecia os laços comunitários, destacando a importância da união na preservação e produção dos pratos tradicionais.

Para a produção do artesanato são utilizados materiais encontrados na mata, como cipós (Imbé e Taboca), para criar peças de cestaria, como covo e balaio, usando a técnica de trançado. Além disso, as mulheres se dedicam à confecção de adornos corporais, como pulseiras, colares, amuletos e brincos, fazendo uso de penas e sementes (Figura 4).

As mulheres confeccionam também instrumentos de caça, pesca e as maracas, como parte essencial dessas atividades artesanais. O artesanato permeia o cotidiano, com mulheres que dedicam suas habilidades a produzir peças que transcendem o utilitário, carregando consigo significados e símbolos da identidade da cultura local.

O cultivo de plantas medicinais, por sua vez, representa a interação sensível entre a comunidade e o ambiente natural. As mulheres, frequentemente detentoras do conhecimento sobre as propriedades medicinais das plantas locais, desempenham um papel crucial na manutenção da saúde comunitária. Essa prática, enraizada em tradições antigas, destaca não apenas a expertise feminina, mas também a conexão profunda com a biodiversidade circundante.

Figura 4. Artesanato elaborado pelas mulheres do Catu dos Eleotérios



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Dentre as práticas culturais da comunidade, a culinária, o artesanato e o cultivo de plantas medicinais se destacam, portanto, como uma atividade majoritariamente realizada por mulheres. Cada uma dessas atividades, realizada com dedicação e sabedoria transmitida ao longo do tempo, contribui para a tessitura única da vida diária da comunidade, resiliente e culturalmente rica.

O patrimônio cultural do Catu passou a chamar a atenção externa a partir do ano de 2013, quando começou a receber visitantes interessados em conhecer a primeira escola indígena do Rio Grande do Norte (Oliveira 2021), nomeada "Escola Municipal Indígena João Lino da Silva", reconhecida, em 2015, pelo Ministério da Educação (MEC). Inicialmente, o público que visitava a escola era composto de pesquisadores que buscavam conhecer o processo da educação escolar indígena, logo depois a comunidade começou a receber grupos escolares da região e visitantes de outros estados (Oliveira 2020), gerando um fluxo de turismo pedagógico.

Com o passar do tempo, os visitantes procuraram conhecer mais sobre a comunidade e outros espaços além da escola, a partir de então, começou a ser ofertada trilhas na mata, com o intuito de mostrar a cultura local por meio do conhecimento ancestral das práticas de caça, pesca e da coleta de frutos silvestres,

como a mangaba e o bati, dando início ao ecoturismo⁹ e ao turismo étnico¹⁰ que aos poucos passou a abordar as questões de resistência, da luta pelos direitos dos povos indígenas e do processo da demarcação de terras indígenas no estado do RN.

A partir de 2018, os segmentos turismo pedagógico, ecoturismo e turismo étnico começaram a ser desenvolvidos na comunidade de forma mais organizada, buscando seguir os princípios do Turismo de Base Comunitária, com a participação mais ativa dos moradores, por meio do envolvimento das atividades cotidianas nos roteiros de visita, como agricultura, artesanato, alimentação, realizadas sobretudo no âmbito doméstico dos moradores.

No capítulo a seguir, tratarei de abordar os conceitos e princípios do Turismo de Base Comunitária para, posteriormente, detalhar como ocorre o turismo na comunidade Catu dos Eleotérios, destacando o papel que as mulheres desempenham nesse modelo de turismo.

⁹ Segundo o Ministério do Turismo, "ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações" (Brasil, 2010, p. 17).

¹⁰ Segundo o Ministério do Turismo, turismo étnico "constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos" (Brasil, 2010, p. 20).

3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

O Turismo de Base Comunitária teve início na Europa no final do século XX, baseado nas prerrogativas do desenvolvimento sustentável, a partir de uma visão crítica ao turismo de massa (Fabrino, 2013; Almeida & Emmendoerfer, 2023). Vale ressaltar que segundo os autores Bursztyn *et al.* (2009, p. 86), o Turismo de Base Comunitária “busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura, serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais de cada lugar”. Em outras palavras, o TBC diverge do turismo convencional, pois ao invés de ser uma atividade estritamente ligada à questão econômica, o TBC busca envolver a participação das comunidades locais na gestão do turismo em seus territórios e promover o empoderamento das comunidades.

Desta forma, o TBC ganha força a partir do debate acerca da necessidade de criar um modelo de turismo mais justo, alicerçado na conservação ambiental e que coloque a população local como protagonista do planejamento, execução e controle da atividade turística (Araújo, 2011; Lima & Nascimento, 2020). O TBC trata-se, portanto, de uma proposta de autogestão alinhada aos interesses e demandas comunitárias (Mitraud, 2003; Mendonça, 2004; Araújo, 2011; Bessa, 2011; Nascimento *et al.*, 2012).

De acordo com Neves (2021), o Turismo de Base Comunitária aparece no contexto mundial no bojo das preocupações relativas à sustentabilidade no sistema capitalista. O autor aponta ainda que essas preocupações ocorrem mais em países que estão em desenvolvimento, com o intuito de gerar alternativas para o combate às desigualdades econômicas, sociais e prejuízos ambientais do processo de desenvolvimento econômico mundial. Nota-se o quão desafiador é o cenário para a consolidação do TBC (Lima & Alves, 2023). Deste modo, pode-se dizer que o TBC foi pensado como uma saída para os problemas ocasionados pelo turismo convencional (Meguis *et al.*, 2015).

Conforme Nascimento *et al.* (2012, p. 263), “o TBC ainda é uma atividade em construção que se delineia a partir de um contexto de luta e sobrevivência de um coletivo preocupado com o futuro comum”.

Para Maldonado (2009), a origem do TBC na América Latina está associada a alguns fatores como: a agenda conservacionista (incentivo à conservação dos recursos naturais e das áreas protegidas); a necessidade de redução da pobreza e dinamização da economia rural; e as estratégias políticas dos movimentos indígenas e do campo contra as pressões e opressões de agentes externos. Assim, o TBC surge voltado para a valorização do patrimônio cultural e natural de povos indígenas e comunidades tradicionais, com uma visão crítica aos modelos hierárquicos e pré-concebidos impostos a essas comunidades.

No Brasil, o TBC virou alvo de estudos e debates acadêmicos a partir da década de 1990, quando as iniciativas de TBC surgiram no país e em outros países em desenvolvimento (Moraes *et al.*, 2018; Graciano & Holanda, 2020). Entretanto, a temática começou a ganhar mais destaque em 2005, com o V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS), que resultou na proposta de um turismo baseado na autogestão das comunidades, contrapondo os modelos centralizadores e socialmente excludentes (Neuhaus & Silva, 2006). Esse modelo de turismo corrobora para o protagonismo das comunidades locais, uma nova oportunidade de inclusão social, por meio da autogestão, do associativismo/cooperativismo e da valorização cultural (Silva *et al.*, 2009).

Para Maldonado (2009, p. 31), o TBC fomenta a “autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e da distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos”. Nesse modelo, as comunidades locais são envolvidas desde o início, seja na participação do planejamento e na tomada de decisões sobre as atividades turísticas, seja na promoção da oferta de serviços e produtos autênticos das comunidades, destacando sua cultura, patrimônio, artesanato, gastronomia e tradições locais.

Baptista e Moreira (2017, p. 200) afirmam que o TBC deve proporcionar resultados positivos para as comunidades locais, na “geração de benefícios econômicos e a oportunidade de estreitamento de laços afetivos entre os moradores, que atuam em conjunto para que todos os membros da comunidade possam ganhar com a atividade”. Ao envolver as comunidades de forma ativa e inclusiva, o TBC busca valorizar os ativos locais, proporcionando benefícios diretos para as pessoas que vivem nas áreas visitadas (Burgos & Mertens, 2015).

Outro aspecto do TBC é a interculturalidade, pois se pressupõe trocas culturais, de forma ética e responsável, entre visitantes e comunitários.

O turismo de base comunitária não é apenas uma atividade produtiva, procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Valoriza os recursos específicos de um território e procura estabelecer relações de comunicação com agentes externos, entre eles e os visitantes. Considera, portanto, a existência de uma relação dialética entre os turistas e a comunidade receptora (Sampaio, 2006, p. 6)

Deste modo, as trocas culturais entre os visitantes e a comunidade receptora alicerçam relações importantes para a salvaguarda da cultura local, bem como da biodiversidade.

Na literatura nacional, são elencadas algumas premissas que norteiam a discussão do TBC no Brasil, entre elas: o protagonismo local, autogestão, geração de benefícios econômicos para as populações locais, a valorização da cultura local, o compromisso de proteção da natureza, a oportunidade do encontro entre visitantes e visitados, e o compromisso de melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações locais (Lima *et al.*, 2022, p. 6).

O quadro a seguir sintetiza alguns princípios que norteiam o TBC, conforme autores brasileiros reconhecidos como especialistas no tema e órgãos do governo federal.

Quadro 2. Princípios do Turismo de Base Comunitária

Autores/Organizações	Princípios
Sampaio (2006)	Preservação do ambiente, valorização das relações sociais solidárias, geração de emprego e renda por meio do associativismo, no revigoramento significativo da virtude humana e no uso apropriado dos recursos naturais bem como a capacidade da sua população local.
Maldonado (2007); Ruiz, Hernández, Coca, Cantero & Campo (2008) Skewes, Zuñiga & Vera (2015) Bartholo, Bursztyn, Fratucci & Assad (2016)	Justiça social, preservação ambiental, protagonismo político das comunidades, desenvolvimento econômico e social.
Irving (2009)	Inspiração interior, protagonismo social, benefícios diretos à sua população, valorização e promoção da sua cultura, e promoção do encontro entre os atores locais e os turistas.

Dachary (2009) Morgado (2006) Morales, Arias & Bizuet (2014)	Valorização da tradição, fortalecimento da identidade cultural e organização política das comunidades como norteadores do modelo.
Coriolano (2009)	Necessidades sentidas, participação, cooperação, parcerias das iniciativas com o setor público e/ou privado, auto sustentação, manutenção e controle da comunidade no processo e universalidade.
MTur (2010)	Autogestão, associativismo e cooperativismo, democratização de oportunidades e benefícios, centralidade da colaboração, parceria e participação, valorização da cultura local e, protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos.
Castro & Pinto (2013)	Autogestão, Protagonismo Social, Reafirmação Cultural e Minimização dos Impactos Ambientais.
Fabrino, Nascimento & Costa (2016)	Dominialidade, Organização comunitária, Democratização de oportunidades e repartição de benefícios, Integração econômica, Interculturalidade e Qualidade ambiental.
ICMBio (2018)	Preservação da biodiversidade, conservação da sociobiodiversidade, valorização da história e da cultura, protagonismo comunitário, equidade social, bem comum e transparência.
MTur (2023)	Autogestão; equidade social; cooperação; solidariedade; responsabilidade socioambiental; interculturalidade.

Fonte: Elaboração própria com base nas obras citadas (2024)

É possível identificar que os autores convergem em grande medida quando se trata dos princípios do TBC, tendo em vista um turismo mais responsável, inclusivo e sustentável, no qual as comunidades sejam beneficiadas de forma direta e estejam presentes na gestão do turismo em suas áreas.

Com base nesses princípios, o Ministério do Turismo, na obra "Turismo Responsável no Brasil" (2023), define o seguinte conceito:

Turismo de Base Comunitária corresponde a formas de gestão do turismo que prezam pelo protagonismo das comunidades anfitriãs e em sua participação ativa nos processos de tomada de decisão referentes ao desenvolvimento do turismo em seus territórios, com o compromisso de gerar benefícios coletivos, promover a solidariedade e a cooperação entre os envolvidos, valorizar a cultura local, proteger a natureza e proporcionar a troca de saberes, vivências e experiências interculturais entre visitantes e comunidades. (Brasil, 2023, p. 85)

No TBC, o turismo não é visto como uma atividade para a obtenção apenas de lucro ou de benefícios para um pequeno grupo, mas sim, como um conjunto de atividades que podem beneficiar diversos sujeitos sociais, em sua coletividade (Machado, 2007; Catão, 2014).

Cabe também ressaltar que, no Turismo de Base Comunitária, o turismo deve agregar e não excluir ou substituir as atividades tradicionais, assim como a comunidade não deve ser tratada como mera mão de obra para a oferta dos serviços turísticos. A proposta do Turismo de Base Comunitária proporciona mais do que uma visita aos atrativos turísticos, oferta experiências singulares a partir do modo de vida da comunidade local, com o intuito de fortalecer as relações sociais, por meio de um intercâmbio cultural de experiências, conhecimentos e saberes (Guzzatti *et al.*, 2013).

Para Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2010), o Turismo de Base Comunitária requer uma menor infraestrutura e serviços na valorização da relação que apresenta uma nova forma de hospitalidade. O TBC não busca modificar as estruturas locais e transformar o ambiente em espaços luxuosos, mas sim, valorizar o que já existe na comunidade, mostrando as práticas culturais sem interferir no modo de vida dos moradores, preservando sua identidade. Sendo os moradores e sua cultura a essência para o desenvolvimento da atividade turística.

Deste modo, o Turismo de Base Comunitária abre um leque de possibilidades de experiências culturais e sociais com base nas atividades desenvolvidas pelos residentes que fortalecem os arranjos socioeconômicos já existentes na comunidade.

Conforme Irving (2009), Mendonça e Moraes (2012), no Brasil, o TBC tem representado iniciativas que ressaltam as práticas culturais e os recursos naturais, oportunizando a concepção de benefícios aos atores sociais locais que estão presentes no processo. Os atores sociais locais devem ser inseridos efetivamente nos procedimentos de planejamento e na gestão da atividade turística, construindo de forma coletiva os objetivos de interesses comuns e a garantia de seus direitos fundamentais.

Para o desenvolvimento do TBC e a participação ativa dos atores sociais no processo de planejamento, é necessário que os moradores tenham acesso a orientações efetivas para assumirem o papel de gestores da atividade turística, a fim

de garantir o seu protagonismo nos processos decisórios sobre as ações que envolvem o turismo, evitando que agentes externos não se aproveitem e explorem a comunidade.

Além disso, é importante destacar que o "Turismo de Base Comunitária não pode ser concebido como uma receita para a solução dos profundos problemas que grande parte das comunidades, em especial os povos e comunidades tradicionais, enfrentam no país" (Brasil, 2023, p. 98). Conforme o Ministério do Turismo, as iniciativas de TBC precisam estar atentas a alguns riscos, tais como (Brasil, 2023, p. 98):

- A cooptação das comunidades por agentes externos, dando falsa sensação de empoderamento e participação das comunidades nas tomadas de decisão.
- O enfraquecimento da coesão social, por conflitos gerados pelos recursos oriundos da atividade turística e/ou por divergências na gestão do turismo no território.
- A perda da identidade cultural com processos de aculturação, estereotipização, domínio e homogeneização cultural.
- A dependência econômica do turismo e a supressão de atividades produtivas tradicionais.

Ao evitar esses inúmeros riscos e desafios complexos supracitados, o TBC é posto como uma importante ferramenta capaz de gerar benefícios às comunidades receptoras, como geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida, capacitação, treinamento, aprendizagem de novas habilidades, empoderamento e oportunidades para mulheres e jovens (Eagles *et al.*, 2002; UNWTO, 2019).

Ferguson (2010) aborda que o Turismo de Base Comunitária pode oferecer oportunidades de empoderamento para as mulheres ao envolvê-las em atividades econômicas e na tomada de decisões, ao mesmo tempo que identifica os desafios relacionados à questão de gênero na distribuição desigual de benefícios.

No turismo, em geral, as atividades ditas "femininas", vinculadas às tarefas como o cuidado e limpeza, são desvalorizadas e consideradas um trabalho fácil, sem a necessidade de treinamento ou instrução escolar para a execução da atividade, apenas por serem consideradas atividades "tipicamente feminina" (Alves & Moreira, 2016; Moreira, 2016; Moreno & Cañada, 2018). Embora as mulheres desempenhem papéis significativos no turismo, muitas vezes enfrentam desigualdades e restrições que limitam suas oportunidades de participar ativamente na atividade turística. Por outro lado, os empregos gerados pelo turismo podem

beneficiar o empoderamento das mulheres, incentivando-as a buscar autonomia e a demandar por tratamento justo no trabalho e na sociedade (Ferguson, 2010).

Ainda que o campo de trabalho no turismo seja grande parte feminino (Calvet *et al.*, 2021), as mulheres não ocupam os principais cargos (Richter, 2005; Minasi *et al.*, 2022), elas atuam em atividades de menos prestígio ou, em muitos casos, desempenham os mesmos cargos que os homens, mas recebem salários e tratamentos desiguais. O Turismo de Base Comunitária é visto como aquele que oferece a possibilidade das mulheres se envolverem no turismo e assumirem papéis importantes, fortalecendo assim, a sua posição dentro de suas comunidades (UNWTO, 2019).

A inserção da mulher no mercado de trabalho é influenciada até os dias atuais pelo modelo hierárquico do século XIX, que reflete a figura da mulher como “dona de casa”, responsável pelas tarefas familiares, do cuidado com a casa e dos filhos, já o homem assume a função de gerar o sustento financeiro. Essa visão estereotipada da associação do trabalho desempenhado pela mulher como improdutivo (Melo *et al.*, 2007) faz com que as posições ocupadas pelas mulheres no mercado de trabalho sejam uma extensão das tarefas domésticas, o que implica na desigualdade salarial (Ávila & Ferreira, 2014).

Diante desse fator, o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária poderia ser uma alternativa para minimizar esses estereótipos tidos pela sociedade, como ferramenta capaz de gerar relações menos desiguais entre os gêneros no setor turístico, pelas suas características de promover a participação dos residentes no processo de planejamento, dando voz aos que antes eram invisibilizados.

De acordo com Coriolano (2009, p. 283), no Turismo de Base Comunitária “os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos”. A referida autora acrescenta ainda que o Turismo de Base Comunitária difere do “turismo dito global, que explora a força de trabalho de homens e mulheres mal remunerados, e com jornadas de trabalho pesadas” (Coriolano, 2009, p. 283). Apesar dos avanços, ainda existem desafios para a participação das mulheres no Turismo de Base Comunitária, esses desafios estão presentes na desigualdade de gênero e normas culturais impostas pela sociedade que limitam o papel das mulheres no setor do turismo.

Rodríguez e Vizcarra (2015) revelam que o Turismo de Base Comunitária pode promover o desenvolvimento das comunidades, por meio da redução da

pobreza, geração de emprego e renda e na possibilidade de empregar a mão de obra feminina em uma maior proporção que outros setores. Os autores ainda apontam que mesmo que o TBC tenha como base a gestão participativa dos residentes, ela não implica diretamente para a equidade de gênero. Dessa forma, a participação da mulher no Turismo de Base Comunitária é fundamental para promover um turismo mais inclusivo e benéfico para as comunidades locais.

3.1 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DO CATU DOS ELEOTÉRIOS

O surgimento do Turismo de Base Comunitária na comunidade Catu dos Eleotérios teve como marco o final do ano de 2018, a partir da criação de roteiros turísticos baseados nas atividades cotidianas dos moradores e na integração destes na atividade turística por meio das práticas locais. Estes roteiros passaram a incluir visitas aos quintais dos moradores, visando valorizar as práticas culturais enquanto oferecem uma nova fonte de renda, sem interferir nas atividades cotidianas dos moradores.

O projeto "Atrativos nos Quintais" e a criação de roteiros com foco na participação dos residentes foi concebido por três jovens moradores da comunidade que eram alunos do curso de Gestão de Turismo do IFRN, campus Canguaretama, sendo eu um deles.

No âmbito do projeto, eram também ofertados aos moradores oficinas de condução local para capacitá-los, buscando uma maior integração dos residentes na atividade turística. Os roteiros na comunidade incluíam (e continuam a incluir) a agricultura familiar, o conhecimento de plantas medicinais e a culinária tradicional, proporcionando aos moradores a oportunidade de apresentar suas práticas, trocar conhecimentos e obter renda extra. Além do estímulo à participação e valorização dos moradores nas atividades turísticas.

A partir de então foram organizados alguns percursos para os visitantes, conforme ilustra a figura 5, nomeadas a partir do conhecimento dos moradores.

vender o artesanato e hoje eu vendo na comunidade” (Entrevistada 2). A entrevistada 2 corrobora com essa percepção de que o turismo não gerou mudança na dinâmica local “a única mudança que teve nas atividades da gente foi pra melhor, mas não deixei de fazer o que já fazia por causa do turismo”. Isso demonstra que os moradores percebem o turismo como uma atividade que agrega valor nas tarefas cotidianas que já eram realizadas por eles e elas.

Antes do turismo existiam algumas atividades que eram realizadas de forma mais frequente, mas que não deixaram de ser realizadas por causa do turismo, mas sim pela chegada da globalização que geraram novas demandas, como a retirada de madeira para fazer carvão mineral, caça e pesca, que com a chegada do agronegócio as pessoas começaram a trabalhar para os fazendeiros ao redor do Catu. Com a chegada do turismo tiveram algumas mudanças, como utilizar os recursos naturais existentes na comunidade, a cultura, as atividades cotidianas em prol do turismo, mas que gerou uma mudança significativa para os moradores acerca do reconhecimento cultural e empoderamento dos moradores em relação às práticas culturais (Entrevistado 4).

O entrevistado destaca uma transformação significativa na comunidade decorrente da transição do uso dos recursos naturais para o turismo, observando que as atividades tradicionais como a retirada de madeira para carvão mineral, caça e pesca foram inicialmente impactadas pela globalização e, posteriormente, pelo agronegócio. Com a introdução do turismo, houve mudanças na forma como a comunidade utilizava seus recursos e praticava suas atividades cotidianas, refletindo em ajustes para atender às demandas turísticas. Essa transição, no entanto, trouxe consigo benefícios tangíveis, como o reconhecimento e a valorização das práticas culturais locais. O turismo, ao mesmo tempo em que impôs transformações, parece ter servido como uma ferramenta para fortalecer a identidade cultural e proporcionar aos residentes uma maior valorização de suas tradições.

Outra mudança significativa foi a construção de equipamentos de alimentação que antes não existiam na comunidade e que foram sendo criados pelos moradores como uma alternativa de geração de renda, mesmo que de forma secundária. Com a chegada do turismo, os moradores começaram a reconhecer a importância de estabelecer locais de alimentação para os visitantes. Assim, surgiu o primeiro restaurante familiar na comunidade, denominado Olho do Catu, gerenciado por duas mulheres, mãe e filha. Este restaurante não apenas atende aos turistas, mas também se tornou um ponto de encontro e lazer para os próprios moradores. Com o

tempo, outros estabelecimentos foram criados para atender aos visitantes, sendo notável que muitos desses espaços foram iniciativas lideradas por mulheres, embora alguns tenham encerrado suas atividades no decorrer dos anos.

Figura 6. Imagens do Café da manhã na casa de mulheres da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2023

No ano de 2022, foi inaugurado o restaurante no espaço Potiguara Katu, sob a gestão do Cacique e sua família, evidenciando um esforço contínuo para aprimorar as ofertas de alimentação para os visitantes. Essa dinâmica demonstra o despertar dos moradores para o potencial turístico da comunidade, resultando na criação de espaços de restauração. Além dos restaurantes formais, alguns residentes envolvidos no Turismo de Base Comunitária passaram a oferecer café da manhã em suas próprias casas, percebendo que é possível atender aos visitantes sem a necessidade de estruturas grandiosas. Isso revela uma abordagem mais integrada e adaptável ao turismo, respeitando as características e recursos locais.

Quando comecei a participar do turismo na comunidade teve uma mudança na minha rotina, passei a acordar mais cedo para ofertar o café da manhã e meu marido começou a me ajudar também. Não precisei mudar nada na minha casa para atender os visitantes e nem cozinhar coisas que não sei, a comida servida era coisa que eu já sabia fazer e que tinha o costume de

cozinhar, como a batata, a calambica, o peixe, o cuscuz e outras coisas que eu já sabia fazer. (Entrevistada 5)

Esse relato sugere que a participação no turismo não trouxe mudanças bruscas na rotina diária e valorizou as habilidades culinárias locais, permitindo que a comunidade compartilhasse aspectos autênticos de sua cultura alimentar com os visitantes.

O cultivo de plantas medicinais e a produção de bebidas medicinais sempre foram práticas culturais realizadas pelos moradores, em específico pelas mulheres. Com o turismo esses espaços ganharam mais destaque na comunidade. O espaço do quintal da casa de uma moradora passou a ser um ponto onde os comunitários e os visitantes passaram a visitar com mais frequência e a proprietária do espaço e sua filha passaram a comercializar plantas e bebidas medicinais. O espaço passou a ser conhecido como Jardim da Cura devido a grande variedade de plantas medicinais e pela proprietária passar seu conhecimento sobre as plantas e ensinar a tratar das enfermidades.

Desde pequena tenho contato com as plantas e quando cresci comecei a trabalhar com plantas, tudo que aprendi foi com minha mãe. Com a chegada do turismo a minha vida mudou para melhor, comecei a me dedicar ainda mais a fazer as minhas garrafadas medicinais e cuidar das plantas medicinais com minha mãe. Mas na minha opinião as atividades não foram mudadas por causa do turismo, continuo fazendo minhas atividades normais. Quando tem visitaço apresento meus artesanatos, minhas bebidas medicinais, garrafadas, algumas plantas do jardim da minha mãe e hoje o turismo é a minha principal fonte de renda. Pra mim o turismo é uma terapia, conhecer outras pessoas e ser valorizada e conhecida pelo que faço é muito bom (Entrevistada 6).

A narrativa destaca uma trajetória pessoal enraizada no contato com plantas desde a infância. A chegada do turismo emerge como um catalisador positivo, intensificando o envolvimento na produção de garrafadas medicinais e no cuidado das plantas em parceria com a mãe. A entrevistada destaca que, apesar das mudanças positivas, suas atividades diárias não foram alteradas pela presença do turismo, mantendo suas práticas cotidianas. A perspectiva sobre o turismo como terapia, a oportunidade de compartilhar artesanatos, bebidas medicinais e plantas com os visitantes, e a transformação dessa atividade em sua principal fonte de renda revelam a significativa influência positiva do turismo na vida da entrevistada,

proporcionando não apenas sustento financeiro, mas também reconhecimento e valorização pessoal.

Como é possível observar nas imagens abaixo, onde mãe e filha recebem os visitantes no espaço de seu quintal.

Figura 7. Imagens da visita ao Jardim da Cura



Fonte: Pesquisa de campo, 2023

Diante disso, o Turismo de Base Comunitária desenvolvido na comunidade é baseado em uma concepção mais justa e igualitária, com foco no desenvolvimento local, que visa contribuir no processo de valorização da identidade cultural. Desta forma, o turismo não é visto apenas como uma atividade econômica para a obtenção de lucro, mas sim, como um conjunto de atividades, práticas e experiências que podem beneficiar diversos sujeitos sociais envolvidos, direta e indiretamente, na atividade turística, promovendo a inclusão e a equidade social (Machado, 2007; Ferreira, 2014). Os roteiros turísticos desenvolvidos na comunidade são realizados pelos moradores e possuem relação com as atividades culturais cotidianas. No qual percebe-se que a maior parte dessas atividades são desenvolvidas por mulheres, onde elas possuem um papel fundamental para a valorização social, cultural na comunidade.

4 ESTUDOS DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO: REFLEXÕES TEÓRICAS

Com o intuito de analisar se o envolvimento das mulheres no TBC na comunidade Catu dos Eleotérios, nos últimos anos (2018-2023), vem proporcionando processos de empoderamento feminino, trago nessa seção um panorama teórico, perpassando pelos temas "igualdade de gênero", "mulheres indígenas" e "empoderamento feminino". Para isso, realizei uma pesquisa bibliográfica nas bases do Scopus, Web of Science, Scielo, Google Acadêmico e nos periódicos nacionais, tais como: Núcleo de Estudos de Gênero, Diversidade e Sexualidade - NEGDS da Universidade de São Carlos; Dossiê Feminismos, Revista Angelux Novus - RAN da Universidade de São Paulo; Revista Gênero da Universidade Federal Fluminense; Revista Gênero e Revista Estudos Feministas da Universidade Federal de Santa Catarina; Revista do Campo Estudos Feministas e de Gênero da Universidade Federal da Bahia; e Cadernos Pagu da Universidade de Campinas. Apesar desses temas serem alvo recente de estudos acadêmicos, de meados do século XX, seu arcabouço teórico já é significativamente robusto, polêmico e amplamente debatido.

4.1 OS ESTUDOS DE GÊNERO

Os estudos de gênero foram fortemente marcados pela obra "O segundo sexo", de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, que se tornou uma das principais referências do movimento feminista. A obra analisa a posição da mulher na sociedade e discute a relação do corpo, a subjetividade e a igualdade de gênero. Beauvoir (1962) defende que a feminilidade é um produto da cultura e não uma determinação biológica. Essa abordagem revela a ruptura na relação entre sexo e gênero, partindo da ideia de que identidade sexual refere-se a forma como as pessoas se autodefinem. Para a autora, "você não nasce mulher: torna-se uma" (Beauvoir, 1949, p. 9). Partindo desse pressuposto, o ser mulher faz parte de uma construção social, que ocorre quando o indivíduo se reconhece como tal.

Beauvoir (2009) sintetiza dois problemas centrais em sua obra: "a mulher é o não sujeito" e "o outro".

Tentei pôr em ordem no quadro, à primeira vista incoerente, que se ofereceu a mim: em todo caso, o homem se colocava como o Sujeito e considerava a mulher como um objeto, o Outro. [...] Um dos mal-entendidos que meu livro suscitou foi que se pensou que nele eu negava qualquer diferença entre homens e mulheres: ao contrário, ao escrevê-lo medi o que os separa; o que sustentei foi que essas dessemelhanças são de ordem cultural e não natural. Contei sistematicamente como elas se criam, da infância à velhice, examinei as possibilidades que este mundo oferece às mulheres, as que lhes são recusadas, seus limites, suas oportunidades e faltas de oportunidade, suas evasões, suas realizações. (Beauvoir, 2009, p. 210-211)

A autora reforça em sua obra a crítica sobre as desigualdades entre os sexos, os papéis sociais impostos às mulheres e como as mulheres eram vistas e tratadas pela sociedade. Entretanto, o pensamento crítico de Beauvoir foi marcado pela interpretação hostil, que resultou em diversas acusações à autora, tais como de “neurótica, frustrada, deserdada, mulher-macho, invejosa, amargurada repleta de complexos de inferioridade com relação aos homens, com relação às mulheres, roída pelo ressentimento” (Beauvoir, 2009, p. 214). Para Nancy Bauer (2001), essas interpretações errôneas sobre as ideias de Beauvoir podem ter sido conduzidas pela falta de compreensão sobre a obra. Outro aspecto da obra de Beauvoir é a reflexão sobre a condição biológica inferiorizada pelas normas sociais que são atribuídas em razão da condição física dos indivíduos.

Apesar das divergências em relação às interpretações da obra “O segundo sexo”, a autora Beauvoir é reconhecida como uma teórica feminista muito relevante para as discussões de gênero, que oferece debates teóricos vigorosos sobre a concepção da condição feminina, que influenciaram importantes estudos a respeito da distinção entre sexo e gênero (Cyfer, 2015).

Na década de 1970, os estudos de Ann Oakley resultaram em outra importante obra para o movimento feminista, intitulada “Sex, Gender and Society” (1972). Oakley (1972) discute os conceitos de sexo e gênero, compreendendo o primeiro com um termo biológico e o segundo como um termo cultural e psicológico, seguindo a mesma linha de Beauvoir (1949).

A antropóloga e militante feminista Gayle Rubin, também influenciada pelas obras de Beauvoir, define sexo-gênero como “os arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana” (Rubin, 1974, p. 12). “O tráfico de mulheres, notas sobre a 'economia política' do sexo”, de Rubin, é um dos trabalhos pioneiros dos estudos sobre gênero e

sexualidade (Moncau, 2018). Por meio dessas teorias, o gênero passou a ser considerado uma construção social e cultural caracterizado a partir da distinção sexual entre homens e mulheres, componente indispensável para compreender as relações sociais.

Teóricos pós-estruturalistas, como Judith Butler (1990; 1996) mostraram que gênero e sexualidade podem ser constantemente interpretados. Butler (1990) argumenta que o sexo existe antes do gênero e que o gênero produz o sexo como efeito. Além disso, a autora retrata a legitimação da mulher a partir da concepção da igualdade de gênero, como também levanta importantes questões políticas e teóricas do movimento feminista.

Em seu livro “Problema de gênero”, Butler (1990) procurou abordar a visão sobre os limites que restringem o sentido de gênero aos conceitos de feminino e masculino. Para Butler (1990), as teorias feministas que limitam o conceito de gênero em sua prática podem criar normas excludentes e, por vezes, resultar em aspectos homofóbicos e excludentes das expressões de gênero e sexualidade. Neste sentido, o cuidado nas expressões de gênero produz novas abordagens e reflexões nas relações sociais.

Butler (1996) sustenta que as noções de masculinidade e feminilidade como características de identidade são ilusões produzidas por uma ordem heterossexual, que podem ser compreendidas a partir dos parâmetros comportamentais reconhecidos pela sociedade como feminino ou masculino. Butler (1993) alega que o gênero é “performativo”, isto é, pode ser identificado pelo modo de agir, sendo assim, revelado na essência de cada indivíduo. A ideia de gênero como performativo enfatiza a concepção de que os corpos de homens e mulheres são moldados por repetições constantes de preceitos dominantes de gênero:

A concepção de gênero performativo de Butler remete a uma concepção de crítica também performativa. Se não há um espaço fora do poder, a crítica às identidades de gênero será também produzida nesse contexto. No entanto, a performance crítica será aquela que, em vez de confirmar as regras de feminilidade e masculinidade, as irá problematizar (trouble), ou seja, são performances que desestabilizam a coerência entre comportamento, orientação sexual e identidade de gênero. (Cyfer, 2015, p. 46-47)

Partindo desse pressuposto, os padrões comportamentais instituem que a origem do sujeito está associada à sua essência e que ultrapassa os parâmetros

sociais construídos pela sociedade. Para Butler (1993), as identidades de gênero são produzidas pelas regras de feminilidade e masculinidade que o comportamento de homens e mulheres representam.

No discurso de Butler (2020), o gênero não existe como identidade, e sim, como uma sequência de performances que expressam aspectos de naturalidade imutável. Nesse viés, a performance possibilita entender gênero para além do discurso do que é ser homem ou mulher, criando novos significados associados à subjetividade.

Nessa perspectiva, Butler (2003, p. 18) afirma que o poder não regula apenas a sociedade em termos negativos, mas também é capaz de estabelecer os critérios de inclusão, ou seja, os sujeitos não são apenas regulados por essas normas, mas também são considerados como um produto. Para tanto, essas práticas de exclusão constituem o processo de legitimação do sujeito. Para a autora, o sujeito que representa as demandas das mulheres é também um produto das relações de poder que pretende combater (Butler, 1990, p. 18).

A temática sobre gênero relaciona-se profundamente com a desigualdade social e o poder (Oliveira, Boas & Heras, 2016), sendo os movimentos feministas impulsionadores para a compreensão sobre gênero, acarretando em estudos importantes para o avanço das conquistas femininas. Nas últimas décadas, as abordagens de gênero e o movimento feminista têm proporcionado discussões críticas com base na organização da sociedade (Butler, 2003; Federic, 2017).

Os estudos de gênero trouxeram debates importantes como a subjetividade, a sexualidade e a identidade, contribuindo para as discussões contemporâneas sobre a igualdade de gênero, democracia e diversidade. Deste modo, as pesquisas sobre gênero e feministas têm contribuído para questionar as concepções ocidentais e masculinas de conhecimento na academia, destacando a necessidade de incluir outros saberes e modos de saber (Rebolledo, 2001).

Na atualidade, abordar as questões de gênero remete às relações de poder, às relações sociais entre homens e mulheres, às distinções culturais, de classe e de raça, considerando que gênero faz parte da estrutura social, não tratando apenas de questões ou escolhas individuais (Connell & Pearse, 2015).

Moraes (2005, p. 19) destaca que “a construção social dos gêneros, coloca-se que as identidades e papéis masculino e feminino não são um fato biológico, vindo da natureza, mas construído historicamente e que, pode ser modificado”. Ademais,

estas questões estão diretamente associadas à estrutura social histórica e cultural, a partir da visão hierárquica e patriarcal entre homens e mulheres, que são socialmente desiguais. Gabrielli (2022, p. 3) corrobora, "as relações sociais de gênero são inerentes a qualquer cultura, já que versam sobre as interações marcadas socialmente, entre homens e mulheres".

A questão de gênero, conforme Faria (2005, p. 30), "procura explicar as relações entre homem e mulher, a existência de papéis sociais desiguais, distintos e hierárquicos". Este conceito surge para desmistificar as desigualdades construídas pela sociedade sobre a relação entre homem e mulher. Para Canabarro e Salvagni (2015, p. 92) "gênero é a identidade social formada pelas atribuições de diferenças de comportamento e qualidades de homens e mulheres".

Conforme Scott *et al.* (1995), o termo gênero foi utilizado pelas feministas para destacar as concepções sociais atribuídas aos sexos, desconsiderando a ideia do determinismo biológico. O gênero associa-se à construção social baseada na estrutura cultural e histórica que reflete o que é posto pela sociedade. Silva (2009) afirma que a pesquisa com foco em gênero deve envolver a análise das relações entre homens e mulheres, principalmente a interpretação de como acontecem e como são valorizadas as interações entre os gêneros na sociedade.

A desigualdade de gênero nas relações sociais é muito marcante no tocante à divisão sexual do trabalho. Herrera (2013) aponta que o trabalho desenvolvido pelas mulheres, apesar de ir além das atividades domésticas, são invisibilizadas pela sociedade. Mesmo após avanços na condição feminina, a desvalorização e a discriminação das mulheres em espaços públicos ainda permanecem. Com isso, reforça-se a importância do posicionamento feminino na apropriação de seus direitos e na luta pela cidadania, para ampliar o seu empoderamento e o protagonismo na sociedade.

Sendo assim, produções acadêmicas sobre as mulheres a partir de discussões sobre a atuação, o protagonismo e o empoderamento feminino são de extrema relevância para a valorização, visibilidade e transformação da realidade feminina.

4.2 A DISCUSSÃO DE GÊNERO EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Durante séculos os povos indígenas sofreram diversas injustiças, na negação de seus direitos e nas desigualdades sociais, que refletiram também nos direitos das mulheres indígenas. De acordo com Guajajara e Santos (2020), o silenciamento sofrido pelos povos indígenas segue a ideologia integracionista, em que gênero e etnia são tidos como categorias de impactos reais no contexto indígena. As lutas pela emancipação das mulheres indígenas estão intrinsecamente ligadas às batalhas contra o extermínio dos povos indígenas e a apropriação dos seus territórios (Soares, 2021).

O machismo evidente nos territórios indígenas é uma decorrência direta da colonização. Para Welzer-long (2001) e Gonzalez (2014), o machismo é concebido como um sistema de ideias e valores que fortalece e valida o preconceito e as disparidades entre os gêneros, tem suas raízes em uma perspectiva equivocada originada do "naturalismo". Essa visão sustenta a "pseudonatureza" que considera o homem superior à mulher. A violência infligida aos corpos das mulheres indígenas não reflete aspectos culturais dos povos originários, mas sim uma herança do colonialismo (Guajajara, 2021).

Para nós a colonização não é um episódio que ficou no passado, ela ainda tem suas consequências muito fortes no presente. Para nós a colonização é a origem das desigualdades, foi ela quem trouxe o patriarcalismo e os machismos para dentro de nossos territórios. (Soares, 2021, p. 7)

Assim, o contato com a sociedade não-indígena introduziu nas sociedades indígenas a violência doméstica, sexual e moral (Matos, 2012; Sacchi, 2014). Esses fatores são consequência do machismo estrutural que é transmitido de forma persistente na sociedade e estabelece a mulher como um sujeito inferior que tem a obrigação de atender as necessidades dos outros, subjugando-a e colocando-a abaixo de suas próprias vontades, direito à integridade, segurança e controle sobre seu próprio corpo e ser (Paula & Sant'ana, 2022). As sociedades indígenas passaram por diversas mudanças culturais que influenciaram suas relações sociais e culturais entre homens e mulheres. Nesse processo contínuo de resistência e luta contra a perda das suas tradições e de seus territórios, os povos indígenas

enfrentam a transformação da sociedade, que segue adaptando e reinventando sua cultura (Santos *et al.*, 2020).

Diante disso, as mulheres indígenas juntam esforços para derrubar as estruturas do machismo e o preconceito para ocupar espaços de influência e poder. Essa busca não apenas desafia as normas historicamente impostas, mas também reafirma a sua determinação em construir uma realidade mais igualitária e justa. Ao ocupar esses distintos lugares de influência, as mulheres não apenas questionam as barreiras sociais, mas também se tornam agentes de mudança, contribuindo para uma transformação significativa nos paradigmas que moldam suas vidas e comunidades. Essa luta incessante pela quebra de padrões não é apenas um ato de resistência, mas também uma afirmação corajosa do direito de cada mulher indígena de viver em um mundo que reconhece e respeita plenamente a sua dignidade e autonomia.

As consequências dessas imposições coloniais são evidentes na sociedade contemporânea, permeando as estruturas sociais e desafiando a equidade. A luta contra esses resquícios históricos torna-se uma jornada difícil, mas fundamental para a construção de um presente e futuro mais justos e inclusivos. A consciência da persistência dessas influências coloniais nos inspira a enfrentar os desafios atuais de desigualdade, buscando romper as barreiras que ainda nos afetam, e construir uma sociedade verdadeiramente igualitária.

Com o intuito de garantir seus direitos, a partir da década de 1970, os povos indígenas iniciaram a criação de organizações para representar os grupos étnicos do Brasil e gerar o diálogo entre as lideranças, dando início ao movimento indígena (Guajajara, 2020). No final de 1980, o movimento indígena tomou maiores proporções, com a institucionalização e a criação de diversas organizações étnicas (Matos, 2012). Conforme Sacchi (2003), na década de 1980, surgiram as duas primeiras organizações de mulheres indígenas, ambas no estado do Amazonas, a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação das Mulheres Indígenas de Taracúá, Rio Uapés e Tiquié (AMITRUT), as demais organizações de mulheres indígenas foram criadas a partir da década de 1990.

A ampliação e o surgimento de novas instituições de apoio ao movimento indígena propiciaram debates sobre pautas importantes para o fortalecimento das mulheres indígenas. Nas décadas de 1970 e 1980, as questões de gênero nas comunidades indígenas começaram a ser discutidas, estas eram mais debatidas por

lideranças indígenas mulheres do que pelas lideranças masculinas, o que levou as mulheres a se tornarem mais presentes nas campanhas por direitos humanos (Verdum, 2008). A participação das mulheres no movimento indígena buscava dar vozes às mulheres, romper paradigmas sociais e culturais estabelecidos no contexto das comunidades indígenas.

A tenacidade do movimento de mulheres indígenas no Brasil, cujos embriões de organização começaram a se formar a partir dos anos 1970, deram os primeiros passos nos anos 80 (criação das primeiras associações) e se desenvolveram nas décadas posteriores. Lideranças, cacicas e pajés, as mulheres indígenas têm conquistado representatividade nas lutas de seus povos e inspirado a participação umas das outras nos avanços pela ampliação e ocupação de seu espaço (Conceição, 2018, p. 79).

A década de 1980 foi marcada pela crescente atuação das mulheres indígenas na luta pela igualdade de gênero, nas organizações coletivas e nas discussões de demandas importantes para o fortalecimento de suas comunidades.

Em 2002, foi criado o Departamento de Mulheres Indígenas, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), com representantes de nove estados da Amazônia (Silva *et al.*, 2021), que objetivaram introduzir política de gênero nas organizações e associações para tratar de pautas específicas, como a da violência contra as mulheres, a viabilização de mercado para suas produções, a desigualdade de oportunidade entre homens e mulheres quanto à capacitação e a gestão de projetos, entre outras questões. Neste mesmo ano, a Funai promoveu a oficina de capacitação e discussão sobre direitos humanos, gênero e políticas públicas, em que as lideranças femininas de todo o país se juntaram para trocar experiências sobre as políticas públicas de suas comunidades (Matos, 2012).

Em 2008, a Funai criou a Coordenação de Gênero e de Assuntos Geracionais, que tem como objetivos fortalecer o reconhecimento das formas próprias de organização indígena e desenvolver ações de promoção, capacitação, orientação e prevenção.

Além dessas instituições, algumas organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas e a Embaixada da Noruega, apoiaram as iniciativas de mulheres indígenas. A parceria entre essas duas instituições resultou no projeto ONU Mulheres que apoia a presença de mulheres indígenas em fóruns nacionais e

internacionais para lutarem pelo reconhecimento, pelos seus direitos e na melhoria da qualidade de vida das mulheres nas comunidades.

Com a crescente atuação dos povos indígenas no país, aos poucos foram abertos espaços para a discussão de gênero e as mulheres indígenas assumiram novos lugares dentro e fora das organizações, o que corroborou na criação de Departamentos de Mulheres e a criação da organização da representação macrorregional de mulheres denominada de União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) (Matos, 2012). Vale ressaltar que essa participação das mulheres indígenas nesses movimentos foi marcada pelo seu importante papel na transformação da dinâmica social cultural indígena e no empoderamento feminino nas esferas políticas e públicas.

A luta das mulheres indígenas resultou em algumas conquistas importantes, como a primeira mulher indígena, Francinara Baré, a ocupar a Coordenação Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, em 2017, e a primeira mulher indígena, Joênia Wapchana, a exercer advocacia, como também foi eleita deputada federal (Guajajara, 2020).

Em entrevista a Ribeiro (2017), a coordenadora Francinara Soares Baré falou sobre as dificuldades que as mulheres enfrentavam até conseguirem ocupar posições políticas nas organizações indígenas (Santos *et al.*, 2020). Silva (2000) relata a participação das mulheres em vários setores públicos, na busca de seus direitos relacionados às mudanças na sociedade, nas manifestações contra as desigualdades sociais nas relações de gênero.

Nas últimas décadas, houve um crescimento na participação e envolvimento das mulheres indígenas nos espaços públicos e nos debates políticos, em interlocução com as instituições não indígenas e o crescimento da institucionalização de organizações políticas de mulheres indígenas e as discussões sobre seus direitos (Matos, 2012; Sacchi, 2003).

As mobilizações indígenas ganharam novos espaços com o intuito de pautar as diversidades sociais e culturais espalhadas pelo país e pela manutenção e efetivação de leis que possam abarcar os direitos, como ocorre anualmente no Acampamento Terra Livre (ATL), considerada a maior mobilização nacional indígena do Brasil, responsável por reunir lideranças, representantes e indígenas de diversas etnias do país.

Ainda que as mulheres tenham participado de todas as edições do ATL, apenas em 2016 um espaço específico foi conquistado na programação oficial do encontro, sendo realizada a primeira Plenária das Mulheres Indígenas. Coordenada por lideranças mulheres ligadas à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e outras organizações regionais, essa primeira plenária foi apoiada pelo projeto Vozes das Mulheres Indígenas, executado pela ONU Mulheres e Embaixada da Noruega, cujo objetivo é fomentar a liderança e recolher demandas específicas das mulheres indígenas dos diferentes povos (Chaves, 2021, p. 61).

Em 2018, foi realizado o primeiro encontro de mulheres indígenas na programação do ATL (Guajajara, 2020), isto revela que a participação efetiva das mulheres em atos de resistência e luta tem se mostrado cada vez mais consistente. “As demandas reivindicadas pelas mulheres indígenas demonstram que elas têm unido suas vozes ao movimento indígena nacional, por um lado, mas também desenvolvendo um discurso e uma prática política a partir de uma perspectiva de gênero” (Sacchi, 2003, p. 101).

A presença das mulheres indígenas nesses espaços de luta reforça seus direitos até então massificados pela figura masculina. Essa condição acentua questões fundamentais relacionadas à desigualdade de gênero, como a definição de “ser homem” ou “ser mulher”. Isso está associado a papéis sociais pré-estabelecidos que restringem, prejudicam ou até mesmo impedem a expressão de outros papéis (Welzer-Long, 2001), ligados ao machismo perpetuados em comportamentos discriminatórios que privam as mulheres das mesmas condições sociais concebidas aos homens.

Além da participação das mulheres no ATL, no ano de 2019 foram realizados o I Fórum e a I Marcha das Mulheres Indígenas com o lema “Território: Nosso corpo, Nosso Espírito”, que contou com a participação de 2.500 indígenas de aproximadamente 130 etnias de todas as regiões do Brasil (Guajajara, 2020, p. 30). A primeira edição da Marcha das Mulheres Indígenas se uniu à Marcha das Margaridas, gerando aproximadamente 100.000 participantes, sendo considerada a maior marcha de mulheres da América Latina (Silva, 2022).

Nas últimas décadas, a participação das mulheres no movimento indígena vem crescendo e ganhando destaque, desde a liderança de mulheres nas mobilizações de luta pela permanência de seus territórios ou na atuação em organizações regionais e nacionais em defesa dos direitos coletivos. Como é

possível observar no quadro abaixo, existem no Brasil cerca de 7 (sete) Departamentos de Mulheres em instituições indígenas, situados no Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Pernambuco, Pará e Acre.

Quadro 3. Instituições indígenas que possuem departamento de mulheres

Departamento de Mulheres de Instituições Indígenas	Região de atuação
FOIRN - Departamento de Mulheres da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	São Gabriel da Cachoeira/AM
COIAB - Departamento de Mulheres da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	Manaus/AM
ATIX - Coordenação de Mulheres do Xingu	Canarana/MT
CIR - Secretaria de Mulheres Indígenas do Conselho Indígena de Roraima	Boa Vista/RR
APOINME - Departamento de Mulheres da Articulação dos povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo	Olinda/PE
CITA - Departamento de Mulheres Indígenas do Baixo Tapajós do Conselho Indígena Tapajós-Arapuins	Santarém/PA
Associação dos Povos Indígenas Shanenawa da Aldeia Shane Kaya	Feijó/AC

Fonte: Organizado com base nos dados do Instituto Socioambiental (ISA) (2020)

Os departamentos de mulheres em instituições indígenas foram criados com o intuito de discutir e assegurar os direitos das mulheres indígenas dentro e fora de suas comunidades. Além desses departamentos de mulheres, também há organizações de mulheres indígenas por todo o país, como mostra o quadro 4, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2020).

Quadro 4. Organização de mulheres indígenas no Brasil

Regiões	Instituições
Norte	Associação das Mulheres Indígenas Kaxinawá Produtoras de Artesanato de Tarauacá e Jordão Tarauacá, AC; Organização das Mulheres Indígenas Katukina da Aldeia Samaúma Cruzeiro do Sul, AC, Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia Rio Branco, AC, Associação das Artesãs do Médio Içana São Gabriel da Cachoeira, AM, Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho Benjamin Constant, AM, Associação das Mulheres de Assunção do Içana São Gabriel da Cachoeira, AM, Associação das Mulheres Indígenas Tabatinga, AM, Associação das Mulheres Indígenas Baniwa São Gabriel da Cachoeira, AM, Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracua São Gabriel da Cachoeira, AM, Associação das Mulheres Indígenas de Balaio São Gabriel da Cachoeira, AM, Associação das Mulheres Indígenas de Bela Vista São Gabriel da Cachoeira, AM, Associação das Mulheres Indígenas de Maracajá São Gabriel da Cachoeira, AM, Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro Manaus, AM, Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro São Gabriel da Cachoeira, AM, Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê São Gabriel da Cachoeira, AM, Associação das Mulheres

	Indígenas do Médio Purus Lábrea, AM, Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes Tefé, AM, Associação das Mulheres Indígenas do Município de Tapauá Tapauá, AM, Associação das Mulheres Indígenas Kambeba Tefé, AM, Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé Manaus, AM; Associação das Mulheres Indígenas Ticuna de Porto Cordeirinho Benjamin Constant, AM; Associação das Mulheres Indígenas Trabalhadoras da Terra Grande AM; Associação das Mulheres Ticuna Benjamin Constant, AM; Associação das Mulheres Yanomami - Kumirayoma São Gabriel da Cachoeira, AM; Associação de Mulheres Indígenas da Comunidade de Feijoal Ûma'tûna Benjamin Constant, AM; Associação de Mulheres Indígenas de Pari Cachoeira São Gabriel da Cachoeira, AM; Associação do Movimento das Mulheres Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos Barcelos, AM; MOWACTHA - Associação de Mulheres Indígenas Ticuna da Comunidade de Paranapara I São Paulo de Olivença, AM; Organização das Mulheres Indígenas do Rio Urubu Itacoatiara, AM; Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões Benjamin Constant, AM; Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas MakiraËta Manaus, AM; União das Mulheres Artesãs Indígenas do Médio Rio Negro Santa Isabel do Rio Negro, AM; União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira Manaus, AM; União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari São Gabriel da Cachoeira, AM; União das Mulheres Indígenas Mura Autazes, AM; Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão Oiapoque, AP; Associação das Mulheres Indígenas da Região do Município de Oriximiná Oriximiná, PA; Associação das Mulheres Indígenas Parkatêjê Bom Jesus do Tocantins, PA; Associação de mulheres indígenas do Gurupi Alto Rio Guamá, PA; Associação de Mulheres Munduruku Wakoborun Jacareacanga, PA; Coletivo de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós PA; Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia Cacoal, RO; Organização das Mulheres Indígenas de Roraima Boa Vista, RR; Associação das Mulheres Indígenas Apinajé Sahtonh da Aldeia São José e Aldeias vizinhas do Município Tocantinópolis - Tocantins Tocantinópolis, TO; Associação de Mulheres Indígenas Apinajé da Aldeia Mariazinha com aldeias vizinhas com o nome Maria Mary Tocantinópolis, TO; Associação Hahi de Mulheres Kraho Goiatins, TO.
Nordeste	Associação de Mulheres Indígenas Tingui Botó Feira Grande, AL; Comitê Intertribal de Mulheres Indígenas em Alagoas Palmeira dos Índios, AL; Associação das Mulheres Indígenas Tuxá de Ibotirama Ibotirama, BA; Associação de Mulheres Indígenas Pau Brasil, BA; Associação de Mulheres Indígenas da Aldeia Boca da Mata Porto Seguro, BA; Articulação das Mulheres Indígenas do Estado do Ceará Pacatuba, CE; Articulação das Mulheres Indígenas Tapeba Caucaia, CE; Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé Aquiraz (Praia do Iguape), CE; Associação das Mulheres Indígenas Pitaguary Maracanaú, CE; Associação das Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça Poranga, CE; Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão MA; Associação da Casa de Cultura e Artesanal das Mulheres Indígenas da Aldeia Zutua Arame, MA; Guerreiras da Floresta / Tenetehar Kuzá Gwer Wá São João do Carú, MA; Associação das Parteiras Tradicionais Indígenas Potiguara PB; Associação Mulheres Companheiras da Aldeia Lagoa do Mato PB; Conselho de Mulheres Indígenas Potiguara da Paraíba Rio Tinto, PB; Associação de Mulheres Indígenas da Aldeia Nazário - Etnia Kambiwá - Canto Bonito Ibimirim, PE; Associação Indígena das Mulheres Xokó da Comunidade Ilha de São Pedro Porto da Folha, SE.
Centro-Oeste	Associação das Mulheres da Aldeia Bananal Aquidauana, MS; Associação das Mulheres Indígenas da Aldeia Água Branca Aquidauana, MS; Associação de Mulheres Indígenas da Aldeia Ipegue Aquidauana, MS; Associação de Mulheres Indígenas de Dourados Dourados, MS; Associação de Mulheres Indígenas Terena Urbana Campo Grande, MS; Kunângue Aty Guasu MS; Associação das Mulheres Indígenas de São Domingos Luciara, MT; Associação Indígena das Mulheres Apiaká, Kayabi e Munduruku Juara, MT; Associação Indígena de Mulheres Rikbaktsa Cotriguaçu, MT; Associação Yamurikumã das Mulheres Xinguanas Canarana, MT; Instituto Yukamaniru de

	Apoio às Mulheres Indígenas Bakairi Cuiabá, MT; Organização de Mulheres Indígenas Takiná Cuiabá, MT
Sudeste/Sul	Associação das Mulheres Pataxó Carmésia, MG; Grupo Mulher e Educação Indígena Rio de Janeiro, RJ; Associação das Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista Bauru, SP; Associação das Mulheres Indígenas Tekoa Narai Santa Amélia, PR; Associação de Mulheres Indígenas da Aldeia Kakané Porã Curitiba, PR; Associação de Mulheres Indígenas de Palmas - Paraná Palmas, PR; Associação de Mulheres Indígenas Kozej José Boiteux, SC; Clube de Mães FAG-SI - Comunidade Pinhalzinho Ipuacu, SC

Fonte: Organizado com base nos dados do Instituto Socioambiental (ISA) (2020)

No total, o ISA (2020) identificou 7 departamentos de mulheres indígenas e 92 organizações de mulheres indígenas atuantes. As organizações estão presentes em todas as regiões do Brasil, em 21 estados da federação e têm, em sua maioria, abrangência local, voltadas à promoção de projetos produtivos e articulação para efetivação de políticas públicas.

O envolvimento das mulheres em atos de resistência é fundamental para dar visibilidade e voz a essas mulheres que reivindicam o cumprimento de leis que salvaguardam os direitos dos povos indígenas e ao mesmo tempo discutem pautas específicas da identidade feminina indígena.

Promover o aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos, dentro e fora das aldeias, e em todos os ambientes que sejam importantes para a implementação dos nossos direitos. Não basta reconhecer nossas narrativas é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossos corpos e nossos espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão (MMI, 2019, p.5).¹³

A conquista do protagonismo das mulheres indígenas têm ganhado cada vez mais espaço, ultrapassando o silenciamento e a visão hegemônica sobre elas. O protagonismo das mulheres no movimento indígena não é um processo recente, sendo que nas comunidades e/ou aldeias indígenas as atividades a responsabilidade familiar desenvolvidas pelas mulheres têm um papel importante, pois na organização social dos povos indígenas esta atividade está intrinsecamente ligada à esfera política, onde as ações e decisões nesses espaços podem refletir na unidade familiar ou na vida coletiva. No que diz respeito à articulação das mulheres no movimento indígena, Ortolan Matos (2012) enfatiza que:

¹³ Carta da I Marcha das Mulheres Indígenas de 2019.

Para as mulheres indígenas atuantes no movimento indígena e em organizações, a participação feminina nos diálogos e nas práticas das políticas indígena e indigenista seria fundamental para garantir a perspectiva da mulher sobre os problemas coletivos da comunidade e/ou do povo e, consequentemente, para obter soluções condizentes com a visão feminina sobre a promoção do bem-estar social do grupo em que vive. (Matos, 2012, p. 151)

A busca se dá pela valorização dessas mulheres e complementaridade nas relações de lideranças masculinas e femininas, legitimando os esforços na luta por relações mais igualitárias na sociedade indígena. As mulheres indígenas de diversas etnias aos poucos têm ganhado espaço de maior visibilidade política, muitas passaram a acompanhar a “elaboração e implementação da transversalidade de gênero e de etnia nos diferentes programas e ações do governo” (Sacchi, 2014, p. 16), como também ganharam destaque no âmbito acadêmico (Xacriabá, 2018).

Na produção de conhecimento científico e nas discussões sobre as mulheres e comunidades indígenas, cabe destacar as autoras: Eliane Potiguara, considerada a primeira escritora indígena do Brasil, defensora dos direitos dos povos e mulheres indígenas, além, de ser representante das reivindicações indígenas nacionalmente e internacionalmente; Elisa Urbano Ramos - Pankararu (2019) defende a luta das mulheres indígenas de Pernambuco; Judite Guajajara (2020) defende os direitos das mulheres indígenas e discute as questões de gênero; Tayse Silva (2021) aborda a luta das mulheres indígenas no Rio Grande do Norte; entre outras pesquisadoras que trazem o debate da participação de mulheres indígenas de um lugar de fala.

No Brasil, a participação das mulheres nos espaços públicos de discussão política no diálogo com instituições não indígenas aumentou consideravelmente, bem como a institucionalização das organizações políticas e o debate sobre seus direitos (Matos, 2012; Sacchi, 2003). Para atuar politicamente no movimento indígena as lideranças necessitam obter o conhecimento das instâncias políticas federal, estadual e municipal e as esferas sociais, econômicas, ambientais, profissionais, gerenciais e de gênero, para que possam reivindicar seus direitos, a partir das diretrizes sociais e políticas.

Como exemplos da força e da resiliência das mulheres indígenas em espaços de poder, tradicionalmente dominados por homens, podemos citar: Joenia Wepichana, a primeira mulher indígena eleita Deputada Federal, para o mandato de 2019 a 2022 e a primeira mulher indígena a presidir a Funai, em 2023; Célia Xacriabá

eleita Deputada Federal para o mandato 2023-2026; e, Sonia Guajajara, a primeira mulher indígena a se tornar Ministra dos Povos Indígenas, em 2023.

Conforme Rocha (2010), as mulheres deixaram de estar relacionadas apenas às atividades domésticas, assumindo um papel político importante. As mulheres têm cada vez mais ganhado espaço ocupando cargos públicos e políticos em diversas instâncias, ocupando posições notáveis, desafiando o histórico de domínio masculino. Esse protagonismo feminino não representa uma superação do machismo estrutural, mas confronta as normas culturais indígenas, muitas vezes permeadas pelo machismo e redefine as percepções dentro das próprias comunidades indígenas.

O protagonismo feminino não só quebra barreiras, mas também inspira futuras gerações, mostrando que as mulheres indígenas têm o poder e a capacidade de liderar e influenciar positivamente não apenas suas comunidades, mas toda a sociedade.

Refletir sobre experiências políticas de mulheres indígenas, ou sobre relações de gênero em sociedades indígenas, é um exercício que exige o pensamento interseccional, devido à complexidade de analisar esses temas em sociedades que historicamente estão assombradas pelo fantasma da colonialidade. (Bazzi, 2020, p. 285)

A atuação das mulheres indígenas nas diferentes instâncias na construção das identidades no cenário da diversidade cultural abre novos posicionamentos sobre o feminino e o masculino no espaço comunitário do universo indígena.

As práticas das mulheres indígenas visam ao bem coletivo, portanto, sua “igualdade” política é conquistada quando podem preservar sua identidade feminina tradicional, priorizando, em seu trabalho, o bem comunitário. Ocupar posições de liderança interfere em muitos aspectos e implica em desafios na vida das mulheres, desde o relacionamento com as lideranças masculinas, a sobrecarga de trabalho – por estarem à frente das tarefas – e as dificuldades em articular as mulheres, devido a obstáculos com alimentação, meios de transporte e comunicação. (Sacchi & Gramknou, 2012, p. 19)

Também é preciso refletir sobre os impactos e as transformações na organização social indígena, no contexto cultural e étnico, sobre o (re)posicionamento das mulheres indígenas em decorrência do processo de empoderamento feminino. Ademais, a preservação dos valores tradicionais na luta contra a desigualdade de gênero na construção da identidade étnica das mulheres

indígenas é fundamental para a valorização e a reafirmação cultural indígena. Para Luciano (2006), as mulheres indígenas precisam ter seus direitos garantidos e preservados enquanto mulheres e membros de povos étnicos e culturalmente diferenciados.

Alguns estudos sobre os povos indígenas no Brasil têm discutido gênero e povos indígenas (Zimmermann, 2014) mulheres indígenas nas políticas públicas (2013), discussões de gênero nas organizações de mulheres indígenas (Sacchi, 2011), mulheres lideranças indígenas (Ramos, 2019), Mulheres indígenas resistência e luta por direitos (Silva, 2021). Estes estudos têm contribuído para a compreensão das relações sociais de gênero e a atuação feminina nas sociedades indígenas.

A condição da mulher indígena transversaliza todos os sistemas produtivos das sociedades indígenas, sejam eles econômico, cultural e político, representando especificidades indissociáveis das realidades dos povos originários em uma experiência coletiva (Guajajara; Santos, 2020, p.106). O contexto social e cultural vivenciado por elas muitas vezes está associado ao combate de concepções ideológicas e machistas impostos pela sociedade.

O ser indígena no espaço de gênero e ser gênero no espaço indígena, ainda é sinônimo de desafio de reconhecimento para quem convive com as consequências sobrepostas em estruturas silenciadoras. Tratar desse tema é elemento de relevância para quem se pretende ao entendimento das diferentes e diversas sociedades e comunidades étnicas brasileiras superando o caráter integracionismo atribuído ao dinamismo dos modelos organizacionais tradicionais. (Guajajara & Santos, 2020, p.113)

Os debates sobre as relações de gênero em comunidades indígenas exigem a compreensão das diversidades culturais desses povos e de sua estrutura social, ou seja, as relações de gênero estão intrinsecamente relacionadas aos aspectos culturais e às singularidades da organização social dos povos originários.

A posição ocupada pelas mulheres indígenas muitas vezes está associada a funções estigmatizadas, como o cuidado com o lar, a confecção artesanal, o cultivo da agricultura e a produção alimentar. Entretanto, é necessário compreender que os papéis desenvolvidos por essas mulheres vão além dessas atividades, elas estão presentes no exercício de múltiplas atuações, na esfera social, econômica e política,

na busca pelos direitos coletivos de seus povos, nas articulações e movimentos indígenas.

As desigualdades de gênero estão presentes nas comunidades indígenas, principalmente, nas designações das lideranças, que são geralmente ocupadas por homens. A participação das mulheres nas representações pode contribuir para a equidade de gênero. Vale ressaltar que a desigualdade de gênero ocorre em diversas situações, seja por meio da organização social ou no contexto cultural de determinadas comunidades indígenas, que aos poucos vão sendo modificadas.

Para Silva (2021), a invisibilidade das mulheres indígenas está associada ao processo de apagamento dos povos indígenas, no qual a imagem do "índio" é representada pelos livros didáticos de forma romantizada, outrora como bárbaros. Essa generalização reforça a visão estereotipada que a sociedade possui sobre os povos indígenas.

O foco dessas representações muitas vezes recai sobre os homens indígenas, enquanto as mulheres são negligenciadas, exacerbando ainda mais sua invisibilidade na sociedade. O comportamento dos homens indígenas também desempenha um papel nesse apagamento, pois a reprodução de papéis tradicionais de gênero pode contribuir para a subalternização das mulheres. Se as práticas cotidianas e as atitudes dos homens reforçam a visão tradicional da mulher indígena como submissa e sem voz, isso se torna uma causa direta desse apagamento.

Dessa forma, compreender a invisibilidade das mulheres indígenas requer uma análise profunda não apenas das representações externas, mas também das dinâmicas internas da comunidade, incluindo as interações de gênero. A desconstrução desses estereótipos e a promoção de uma visão mais equitativa e inclusiva demandam um esforço conjunto para desafiar as normas preestabelecidas e criar espaços onde as vozes das mulheres indígenas possam ser verdadeiramente ouvidas e valorizadas.

Apesar de ainda haver um longo caminho para a igualdade de gênero na sociedade indígena, o crescimento do movimento indígena liderado por mulheres e a inserção de suas demandas nas diversas arenas políticas e sociais têm gerado novos focos de participação feminina nas articulações indígenas.

O machismo, que reforça desigualdades entre os gêneros, infelizmente também se manifesta na comunidade Catu do Eleotérios. Essa estrutura, baseada

em uma visão equivocada na suposta superioridade do homem sobre a mulher, se perpetua até os dias atuais e reflete nas desigualdades de gênero.

É nesse contexto desafiador que emergem esforços de empoderamento feminino na comunidade do Catu dos Eleotérios. Mulheres indígenas, conscientes da influência do machismo em suas vidas e nas relações sociais, estão engajadas em transformar essa realidade. Buscam quebrar os estereótipos e promover uma redefinição das dinâmicas de poder dentro da comunidade, mesmo que de forma tímida, reconhecendo o valor igualitário das contribuições dos membros da comunidade.

A luta pelo empoderamento das mulheres na comunidade do Catu dos Eleotérios não apenas desafia as noções arraigadas de superioridade masculina, mas também procura promover um ambiente onde as mulheres indígenas possam exercer plenamente seus direitos e participar ativamente em todos os aspectos da vida comunitária. Esse movimento é fundamental para construir uma sociedade mais justa, igualitária e verdadeiramente empoderada, rompendo com as barreiras impostas pelo machismo e fortalecendo as relações sociais dentro da comunidade.

Na comunidade indígena Catu dos Eleotérios, as mulheres atuam como detentoras do saber ancestral e da transmissão dos conhecimentos culturais, da culinária tradicional local, do cuidado com a terra, das plantas e bebidas medicinais e do artesanato. Na comunidade, os papéis de liderança são desempenhados predominantemente pela figura masculina, com a representação política a cargo do cacique e a função de representante espiritual associada aos rituais indígenas desempenhada pelo aprendiz de pajé Mukunã. Entretanto, existe a presença forte de mulheres que desempenham papéis importantes na comunidade em defesa dos direitos dos povos indígenas e da manutenção da cultura local, porém atuam como sub-lideranças e auxiliam no processo de desenvolvimento local, seja nas questões sociais, políticas e culturais, trazendo contribuições concretas e efetivas para a comunidade.

Na próxima seção, abordo conceitualmente o termo empoderamento feminino, para posteriormente analisar se na comunidade Catu dos Eleotérios há processos de empoderamento feminino sendo gerados por meio da participação das mulheres catuzeiras no Turismo de Base Comunitária.

4.3 EMPODERAMENTO FEMININO

Empoderamento, em termos conceituais, é uma tarefa árdua de se delimitar, pela sua complexidade, que abarca dimensões cognitivas, emocionais e comportamentais (Kleba & Wendausen, 2009). Essa complexidade decorre das influências dos movimentos feministas e das lutas pelos direitos civis. Na década de 1960, o empoderamento era entendido como um termo associado a ação social, nos anos 1970, o conceito foi influenciado pelos movimentos de autoajuda, nos anos 1980, pela psicologia comunitária e, na década de 1990, o conceito passa a receber os movimentos que buscam afirmar o direito de cidadania (Baqueiro, 2012).

Para as acadêmicas e ativistas feministas, como Sharma Batliwala, o empoderamento passa a ter uma dimensão coletiva, uma vez que questiona as relações de poder. Para a autora, “o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos” (Batliwala, 1994, p. 130). Com isso, o empoderamento busca mudar a maneira como as mulheres e os grupos excluídos são marginalizados, direcionada para criar igualdade, eliminar a discriminação e transformar as condições e as forças sistêmicas que contribuem para a marginalização.

O quinto objetivo de desenvolvimento do milênio promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), visa fomentar a igualdade de gênero e fortalecer o empoderamento das mulheres (ONU Mulheres, 2017). No cenário nacional também pode-se destacar o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (PNPM) que sugere a implementação de iniciativas e medidas que impulsionam o fortalecimento das mulheres, sendo um processo crucial para a mudança das estruturas e padrões sociais que perpetuam a posição subalterna das mulheres no mundo (Deere & León, 2002).

Essas políticas públicas dirigidas às mulheres têm possibilitado debates acerca da inserção da mulher, considerando a autonomia em diversos aspectos, não apenas financeiro, como também na construção de oportunidades mais igualitárias. As discussões sobre empoderamento destacam a necessidade de não se limitar à perspectiva individual, que busca autonomia independentemente das condições sociais. É crucial observar que o empoderamento verdadeiro só ocorre quando há

uma transformação pessoal vinculada à mudanças estruturais (Carvalho 2004; Freire & Shor 2011).

Para Scheyvens (1999), o empoderamento abarca aspectos sociais, psicológicos, econômicos e políticos. Vale salientar que essas definições não são únicas e absolutas, pois o conceito de empoderamento está sujeito a outras interpretações e análises críticas (Cornwall, 2018).

O empoderamento social está associado às oportunidades de sociabilização dos direitos que foram historicamente limitados para as mulheres em diversas sociedades, abrangendo questões como desenvolvimento pessoal, segurança, controle sobre a reprodução, liberdade contra casamentos forçados, acesso a oportunidades educacionais, igualdade no casamento e libertação do trabalho doméstico, como também à participação ativa na comunidade e à associação com outras pessoas (Scheyvens, 1999).

No tocante ao empoderamento social no âmbito do turismo, este vai além das esferas individuais, impactando as relações sociais e estruturais comunitárias. O envolvimento das mulheres pode contribuir no fortalecimento de laços sociais, na representatividade e promover a participação social. Dessa forma, as mulheres ao desempenharem papéis proeminentes no turismo desafiam ou reforçam as tradições culturais existentes.

O empoderamento psicológico procura elevar a autoestima por meio da interação com a comunidade visitada, que proporciona a sensação de valorização (Boley, McGehee, Perdue & Long, 2014). Diante disso, é possível perceber as dimensões emocionais e subjetivas relacionadas à participação das mulheres, que podem ser percebidas de forma individual ou coletiva dentro de um contexto cultural mais amplo, como na comunidade em estudo. A participação ativa das mulheres no turismo pode influenciar a autoestima, a autoconfiança, o senso de identidade e o sentimento de pertencimento das mulheres na comunidade.

Para Scheyvens (1999), o empoderamento econômico pode ser compreendido a partir do aprimoramento e gestão pelos quais as mulheres exercem controle sobre seus recursos produtivos, como a terra, oportunidades de negócios, capital, igualdade salarial em relação aos homens ou empregos remunerados fora do ambiente doméstico, ou seja, está diretamente ligado à sua situação financeira.

Dessa forma, o empoderamento econômico no turismo pode ser entendido como uma transformação nas relações sociais e nas estruturas de poder dentro da

comunidade, a qual influencia as normas de gênero tradicionais hierárquicas, desafiando os papéis historicamente atribuídos. Por meio da participação no turismo, as mulheres podem reivindicar espaços anteriormente dominados por estruturas patriarcais, contribuindo para uma reconfiguração das relações de poder na comunidade.

O empoderamento político está ligado à capacidade de mobilização e à percepção das relações de poder (Stromquist, 2002). Implica na inclusão das mulheres em cargos de poder e autoridade e na garantia do acesso à representação política e inclusão na tomada de decisão (Stanistreet *et al.*, 2007). O empoderamento político associado ao contexto do turismo pode estar presente na participação das mulheres nas decisões da gestão da atividade turística na comunidade e nos espaços de representação. Quando as mulheres passam a ter voz e influência nas decisões, pode contribuir para uma abordagem mais inclusiva e sustentável, levando em consideração as necessidades e perspectivas diversas da comunidade.

As dimensões de empoderamento são interdependentes, pois cada uma delas desempenha um papel importante no fortalecimento das mulheres. A autoconfiança e autoestima provenientes da dimensão psicológica contribuem para a participação ativa em atividades comunitárias e decisões sociais, característica da dimensão social. Por sua vez, a autonomia financeira proporcionada pelo empoderamento econômico amplia as oportunidades de participação e influência social, além de reforçar a autoestima. Enquanto isso, a capacidade de influenciar políticas e defender direitos, atributos do empoderamento político, é fortalecida pela confiança pessoal e independência econômica. Assim, essas dimensões formam um ciclo interligado, onde cada dimensão é essencial para sustentar e impulsionar as outras, contribuindo para um empoderamento feminino mais completo.

Conforme Zimmerman (1995), as mulheres envolvidas no turismo ou em outras formas de trabalho encontram autonomia, ativismo e oportunidade de liderança. Esses aspectos vão além do contexto econômico, alcançando esferas mais amplas, que por sua vez, desempenham um papel crucial no empoderamento e no desenvolvimento comunitário. De acordo com Gabrielli (2022), o Turismo de Base Comunitária é a forma de turismo que mais pode oferecer condições de empoderamento para as mulheres.

O processo de empoderamento envolve transformações não apenas nas experiências individuais, mas também implica nas experiências de outras pessoas bem como nas políticas públicas e nas estruturas culturais (Landerdahl Vieira, Cortes & Padoin, 2013). O empoderamento, portanto, transcende as esferas individuais e influencia dinâmicas mais amplas na sociedade. À medida que os sujeitos buscam e alcançam um maior controle sobre suas vidas e recursos, esse processo não transforma apenas as experiências, mas também reverbera em outros níveis.

A participação feminina na luta pela equidade de gênero e as conquistas do movimento feminista nas últimas décadas evidenciam e impõem novas reflexões acerca da participação da mulher nos diversos campos sociais, assim como no âmbito do turismo (Gabrielli, 2021). Cole (2018, p. 2), porém, atenta para o fato de que a compreensão de empoderamento feminino geralmente, foca nos aspectos econômicos, produtivos e laborais, e falham em "abordar as desigualdades estruturais que estão na base de sociedades construídas sobre códigos simbólicos e normativos patriarcais".

Nesse contexto, a igualdade de gênero e o empoderamento feminino têm despertado reflexões sobre as lutas, avanços e retrocessos enfrentados pelas mulheres, mas quando relacionado à questão dos povos e comunidades tradicionais, especificamente aos povos indígenas, faz-se necessário incluir na análise a questão étnica e cultural, além das questões territoriais.

Sacchi e Gramkow (2012) enfatizam que o empoderamento das mulheres indígenas brasileiras está associado à dinâmica econômica e sociopolítica do país como responsáveis pela transformação. De acordo com as autoras, a incorporação das mulheres indígenas por suas famílias e comunidades está relacionada à questão territorial.

Diante dos pressupostos teóricos apresentados, para a análise do empoderamento feminino na comunidade do Catu, lançarei mão das quatro dimensões, conforme preconizadas por Scheyvens (1999): **empoderamento psicológico** (percepção da elevação da autoestima); **empoderamento social** (visibilidade e acesso a espaços dentro da comunidade), **empoderamento econômico** (autonomia financeira e geração de renda) e **empoderamento político** (participação ativa na comunidade e poder de fala), a partir da perspectiva e das experiências das mulheres catuzeiras.

Antes, porém, de abordar especificamente sobre os processos de empoderamento feminino por meio do TBC, na próxima seção, busco primeiramente revelar o papel desempenhado pelas mulheres na dinâmica social indígena da comunidade do Catu dos Eleotérios e no Turismo de Base Comunitária.

5 A POSIÇÃO DA MULHER NA COMUNIDADE CATU DO ELEOTÉRIOS E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DO TBC

Na comunidade Catu dos Eleotérios, os relatos obtidos, a partir da pesquisa de campo, enfatizam que as mulheres eram vistas como pessoas responsáveis apenas pelas tarefas domésticas, do cuidado com os filhos e que não poderiam trabalhar em cidades distantes de sua casa, o que as tornavam dependentes de seus familiares e/ou companheiros. Vale ressaltar que essa visão não se dá apenas pelo fato da idade, mas também pelo núcleo familiar que muitas vezes possui uma visão patriarcal sobre a mulher, como se pode observar na fala da entrevistada 7:

Antes tinha mais essa questão de que só tinha atividade que era feita por homem e agente de saúde era uma delas, fiz duas vezes o concurso para o cargo e tive a mesma nota que outros homens e a vaga foi dada ao homem só por ser homem, eles alegavam que a vaga tinha que ser dada ao homem por causa do risco, de precisar se deslocar para outros lugares, de andar sozinho, então eles preferiam colocar os homens para aquela função. Antes era mais difícil da mulher sair até de casa pra participar de reuniões, de coisas da comunidade e pra tomar decisão, sempre vi as mulheres mais ali retraídas, sem poder dizer sua opinião. Elas ficavam apenas presas as tarefas de casa e não buscavam outras coisas pra vida delas, já eram criadas pra cuidar da casa, dos filhos e ajudar na agricultura e nas atividades da família. (Entrevistada 7)

A mudança ao longo do tempo, indica que as mulheres começaram a desafiar essas normas e a buscar oportunidades. A participação das mulheres em decisões e a busca por benefícios começaram a ganhar destaque, evidenciando mudanças significativas no comportamento das mulheres na superação de barreiras e na tomada de decisões autônomas. No passado, as mulheres enfrentavam dificuldades para expressar suas opiniões e participar ativamente de diferentes esferas sociais.

A posição da mulher na comunidade é notável e multifacetada, sendo evidenciada em várias dimensões das atividades locais. No âmbito da agricultura familiar, as mulheres desempenham um papel fundamental, participando ativamente do cultivo de hortaliças, legumes, raízes e na coleta de mangaba. Sua presença se estende à atuação em feiras livres e ao apoio nas atividades agrícolas cotidianas, demonstrando um envolvimento constante na produção de alimentos.

Além disso, as mulheres ocupam posições relevantes no serviço público, especificamente na área da educação e da saúde. Elas possuem uma presença

significativa em funções que impactam diretamente na qualidade de vida e bem-estar da comunidade. As mulheres indígenas “abriram seus próprios espaços ancorados em um novo argumento: a qualificação técnica e profissional para a defesa qualitativa de seus direitos” (Kaingaing, 2012, p. 418).

"Vou pra as feiras comercializar minhas hortaliças, também vou pro paul plantar as hortaliças, faço as coisas dentro de casa, cuido dos meus filhos e a noite eu produzo os artesanatos e também quando tem visitaçoão vou expor e vender". (Entrevistada 2).

"Sou dona de casa e trabalho fora e quando tem visitaçoão faço o café da manhã". (Entrevistada 5)

"Sou agente de saúde comunitário e colaboro com as questões sociais da comunidade e demandas pessoais". (Entrevistada 7)

"Sou pedagoga e dou aulas em duas escolas, uma na comunidade e em outra cidade". (Entrevistada 8)

"Hoje sou aposentada como professora, me considero hoje dona de casa, mas já fiz muita coisa pela comunidade, tudo que fiz aqui foi com muita dedicação e alegria em ver o crescimento das pessoas, fui responsável por trazer a primeira escola da comunidade, projetos de reformas de casas, da luz elétrica da comunidade e outras coisas". (Entrevistada 9)

O papel das mulheres passou por uma significativa mudança ao longo do tempo. As mulheres não estão mais limitadas ao papel tradicional de donas de casa, mas desempenham múltiplos papéis na sociedade. Elas se destacam como empreendedoras, agricultoras, artesãs, profissionais da saúde, pedagogas e líderes comunitárias. Essa diversificação de atividades demonstra uma ampliação das oportunidades para as mulheres, que agora não apenas cuidam do lar, mas também contribuem ativamente para o sustento da família, o desenvolvimento da comunidade e a promoção de questões sociais, que refletem em uma evolução positiva, destacando a versatilidade e a participação ativa das mulheres em diversos setores da sociedade.

No contexto do turismo, as mulheres assumem um papel de destaque. Elas lideram iniciativas empreendedoras, como agentes ativas na geração de renda e no desenvolvimento turístico local. "Com a chegada do turismo, algumas mulheres passaram a participar das atividades relacionadas ao turismo e começaram a ter

uma maior autonomia financeira e pessoal” (Entrevistado 4). O turismo apesar de trazer transformações, é percebido como uma oportunidade de valorizar as práticas culturais existentes, proporcionando o reconhecimento para as mulheres.

A figura 8 ilustra a participação da mulher nas atividades cotidianas que passaram a ser atrativos culturais, em que os próprios moradores apresentam suas experiências, seus conhecimentos e interagem com os visitantes, além de gerar economia para os moradores que se envolvem com o turismo.

Figura 8. Imagens da recepção dos visitantes por casal de agricultores



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2023

Além disso, as mulheres desempenham um papel vital na preservação da identidade cultural por meio da agricultura familiar, artesanato, produção de alimentos tradicionais e cultivo de plantas medicinais. Suas habilidades e conhecimentos são compartilhados na produção de peças de cestaria, adornos corporais, instrumentos artesanais e bebidas medicinais, destacando a riqueza e diversidade das práticas culturais locais.

“Sou artesã, também cultivo plantas medicinais e ornamentais e faço bebidas medicinais. Esses aprendizados foi passado pra mim pela minha mãe que sempre cultivou plantas medicinais e os artesanatos, alguns

aprendi sozinha e outros, aprendi com as outras meninas que fazem artesanato [...] com o turismo me sinto bem, com o turismo sofro menos que antes e hoje as coisas melhoraram de várias formas né, comecei a trabalhar pra mim, sem ter que esperar pelos outros.” (Entrevistada 6).

“Sou artesã e escritora, só que devido a pós-graduação estou participando menos das exposições, também sou articuladora de mulheres indígenas e também faço parte de um grupo chamado Calma na Crise para ouvir as mulheres e dar apoio a elas para elas se reconectarem [...] o artesanato foi uma das primeiras coisas que aprendi quando cheguei na comunidade e a partir do turismo comecei a comercializar as peças que eu fazia e comecei a ir para feiras e eventos como a Fiarte e exposições dentro e fora da comunidade” (Entrevistada 10)

“Hoje sou dona de casa e minha principal atividade é o artesanato e participo das exposições na comunidade quando tem visitaçaõ [...] quando vim morar na comunidade, comecei a participar das exposições do artesanato e comecei a produzir também, como não tenho emprego, participar das exposições gera uma renda pra mim, mas também posso conhecer outras pessoas e me distrair também” (Entrevistada 11).

“Como ainda moro com meus pais ajudo minha mãe nas atividades de casa, estudo e nas horas vagas faço artesanato e exponho quando tem visitaçaõ na comunidade [...] participar do turismo me faz bem, conheço outras pessoas e não dependo mais tanto dos meus pais e aprendi a ter mais responsabilidade” (Entrevistada 12).

“Além de ser artesã, trabalho como feirante nos finais de semana na feira de Canguaretama e faço parte do grupo de artesãs da comunidade [...] antes eu não gostava muito de sair de casa, era muito tímida e quando comecei a participar do turismo isso melhorou mais e hoje me sinto menos nervosa para falar com as pessoas” (Entrevistada 13).

Com isso é possível observar a notável evolução no papel das mulheres. Elas não apenas desempenham o papel tradicional de donas de casa, mas também se destacam como artesãs, escritoras, agricultoras e participantes ativas em eventos locais e feiras. O turismo trouxe oportunidades para as mulheres desenvolverem suas habilidades, comercializarem seus produtos e se conectarem com pessoas fora de seu círculo social imediato.

Além de gerar renda, o envolvimento em atividades como artesanato e feiras proporciona uma sensação de independência e autoestima. O turismo e as exposições não apenas transformaram as perspectivas econômicas, mas também contribuíram para o desenvolvimento pessoal das mulheres, promovendo confiança,

sociabilidade e aquisição de novas habilidades. Essa mudança é evidenciada pelos relatos que destacam a superação de timidez, a busca por aprendizado e a autonomia financeira, representando um impacto positivo na qualidade de vida e no papel das mulheres na comunidade.

Apesar dos avanços, é notável observar os desafios relacionados à desigualdade de gênero, com as contribuições das mulheres historicamente sendo subestimadas e não remuneradas, especialmente nas atividades agrícolas. Isso nos mostra que o fator cultural influencia nos aspectos sociais dos povos indígenas, ligados aos papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres (Gomes, Almeida & Silva, 2012). Entretanto, a chegada do turismo proporcionou oportunidades para as mulheres se destacarem, sendo reconhecidas e valorizadas por suas habilidades, conhecimentos e empreendedorismo, contribuindo assim para uma mudança na dinâmica de gênero na comunidade.

6 O EMPODERAMENTO DAS MULHERES CATUZEIRAS ATRAVÉS DO TBC: PSICOLÓGICO, SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO

Nesta seção busco responder a questão central que desencadeou a pesquisa, ou seja, se o Turismo de Base Comunitária tem desencadeado processos de empoderamento feminino na comunidade do Catu dos Eleotérios. Para alcançar tal objetivo, serão consideradas as percepções das entrevistadas e dos entrevistados, e as minhas observações durante a pesquisa de campo. Destaco as quatro dimensões de empoderamento delineadas por Scheyvens (1999): psicológico, social, econômico e político, as quais serviram de base para a análise.

Além disso, abordarei não apenas a perspectiva das mulheres envolvidas no turismo, mas também destacarei as percepções das mulheres que não participam das atividades turísticas, das lideranças comunitárias e daqueles que possuem algum vínculo com essas mulheres, como familiares, cônjuges e colaboradores. Essas vozes adicionais podem oferecer *insights* valiosos sobre as interações e influências que transcendem o âmbito individual, contribuindo para uma compreensão mais completa das dinâmicas sociais e culturais envolvidas.

Dessa forma, me proponho explorar não apenas a presença do empoderamento feminino, mas também compreender as nuances e complexidades desse processo, contribuindo para uma visão mais abrangente sobre os impactos do Turismo de Base Comunitária na promoção do empoderamento feminino.

6.1 EMPODERAMENTO PSICOLÓGICO

A dimensão psicológica está associada à autoconfiança, autoestima e capacidade de tomada de decisão individual das mulheres.

Inicialmente abordarei a percepção das mulheres que não se envolvem com o turismo, para revelar se elas observam ou não o empoderamento das mulheres por meio do turismo.

Percebi que a atividade turística influenciou no comportamento das mulheres, elas estão participando mais de outras atividades na comunidade, e estão menos tímidas, principalmente para fortalecer a sua identidade cultural e valorizar seus fazeres e saberes milenares, como também ser mais autônoma em suas decisões e ter outra visão sobre a vida delas. (Entrevistada 8)

Vejo que as mulheres estão menos tímida e valorizadas pelo seu trabalho e não via o que ela fazia como uma arte e quando começa a chegar turista e comprar e valorizar aquele trabalho muda a forma das próprias pessoas verem o seu trabalho. Se a mulher antes não tinha uma renda, começou a participar do turismo e elevar o ânimo das mulheres. (Entrevistada 7)

Na minha opinião, com o turismo as mulheres são mais ouvidas, o pessoal pode conhecer o artesanato e passa a valorizar mais. Acho que as mulheres devem participar do turismo, as mulheres passaram a ser mais comunicativas. (Entrevistada 10)

Percebi que as mulheres com o turismo passaram a ter mais voz na comunidade, as pessoas estão valorizando mais as mulheres. Também trouxe mais liberdade pra mulher, antigamente era do fogão pra sala e da sala pro fogão, agora elas podem se reunir, ouvir a opinião das pessoas e passaram a ter mais tempo pra elas. Além disso, elas começaram a ter seu próprio dinheirinho e não depender só do marido, pra mim só tá no começo, mas o turismo vai trazer muita coisa boa ainda. (Entrevistada 9)

A partir dos relatos das entrevistadas é possível destacar que a atividade turística teve um impacto significativo no comportamento das mulheres, incentivando uma participação mais ativa em diversas atividades comunitárias. Elas se tornaram menos tímidas, fortaleceram sua identidade cultural e valorizaram suas habilidades tradicionais. Além disso, o turismo proporcionou uma maior autonomia nas decisões e uma nova perspectiva de vida para essas mulheres. Para Sheyvens (1999), o empoderamento psicológico refere-se ao aumento da auto estima, confiança e dignidade por meio da participação das mulheres no turismo

A valorização do trabalho artesanal, antes não reconhecido como tal, trouxe uma mudança positiva na percepção das pessoas e contribuiu para elevar o ânimo das mulheres, proporcionando-lhes uma renda própria. O turismo também foi associado a um aumento na voz e na participação das mulheres na comunidade, permitindo-lhes expressar suas opiniões, interagir mais socialmente e desfrutar de maior liberdade. O consenso geral é de que o turismo tem potencial para trazer benefícios contínuos e significativos para a vida das mulheres na comunidade.

Destaco também a percepção dos representantes/lideranças da comunidade sobre a dimensão de empoderamento psicológico.

Na minha opinião o turismo gerou a autoestima das mulheres, e quando ela se sente valorizada pelos visitantes ela acaba se percebendo como uma pessoa importante. Acho que a independência das mulheres ainda tá uma

coisa inicial, mas as mulheres começaram a ter independência financeira e autonomia da família. (Entrevistado 14).

Com o turismo as mulheres começaram a sair mais de casa a conversar mais, começou a participar das coisas da comunidade, de cursos. As mulheres hoje estão mais independentes, não estão mais isoladas dentro de casa, e começa a mudar aquela ideia de que a mulher só presta pra lavar, cuidar e tomar de conta da casa, essas mulheres começam a se sentir mais autônomas e se desenvolve cada vez mais. (Entrevistado 15).

As entrevistas com as lideranças da comunidade evidenciam que o turismo desempenhou um papel crucial na promoção da autoestima das mulheres, proporcionando um senso de valorização por parte dos visitantes. Essa valorização contribuiu para que as mulheres percebessem sua importância e, conseqüentemente, desenvolvessem uma maior autoestima. Além disso, o turismo foi associado a um aumento na independência das mulheres, tanto financeiramente quanto em relação à autonomia em suas famílias.

Essa independência é considerada um processo em evolução, mas as mulheres passaram a sair mais de casa, participar ativamente das atividades da comunidade e buscar educação complementar. Esse engajamento crescente tem desafiado estereótipos tradicionais de gênero, proporcionando às mulheres uma sensação de autonomia e contribuindo para um desenvolvimento contínuo. O turismo, portanto, emerge como um agente catalisador na transformação do papel e da visão das mulheres na comunidade.

Trago agora a visão de três homens da comunidade que possuem ligação com as mulheres que participam do turismo.

Eu acho que influenciou pra melhor de como ela é vista na comunidade, hoje o povo conhece ela como uma artesã, tá sendo mais reconhecida, se não ela **ia tá só lavando as louças em casa**. Vejo que ela tá mais desenrolada, fala mais com as pessoas. **Não vi que ela tá mais independente, ela sempre vai precisar de mim**. (Entrevistado 3).

Com o turismo ela ficou mais desenrolada, conversa mais e tá menos tímida. Ela também ficou mais independente, passou a ter mais liberdade, a ter mais voz e também passou a ter mais autonomia financeira. (Entrevistado 16)

Vejo que as mulheres que participam do turismo elas começam a ter mais criticidade, autonomia e começam a ter mais apego a comunidade, não vendo

o turismo apenas para benefício econômico, mas também de conhecimento mais aflorado e forte. (Entrevistado 17)

As entrevistas revelam que o turismo teve impactos positivos no modo como as mulheres são percebidas na comunidade. Houve um aumento no reconhecimento delas em outras atividades, o que contrasta com a ideia de ficarem restritas a tarefas domésticas. Além disso, observa-se uma maior desenvoltura e comunicação das mulheres, indicando uma diminuição da timidez. A independência também é destacada, tanto em termos de liberdade e voz quanto de autonomia financeira.

Os relatos sugerem que as mulheres que participam do turismo adquirem uma postura mais crítica, desenvolvem maior autonomia e fortalecem seus laços com a comunidade. O turismo, nesse contexto, é percebido não apenas como uma fonte de benefício econômico, mas também como uma oportunidade para o enriquecimento do conhecimento e o fortalecimento dos vínculos com a comunidade. Assim, o turismo emerge como um catalisador para transformações positivas no papel, na percepção e na autonomia das mulheres na comunidade.

No entanto, na fala do entrevistado 3, pode-se observar expressões machistas que diminuem o trabalho da mulher quando ele destaca que se ela não estivesse envolvida com o turismo e o artesanato estaria “só lavando a louça” e quando ele fala que a esposa não pode ser independente, pois sempre precisará dele. Esse tipo de comportamento corrobora na normalização de expressões machistas que estão presentes no nosso cotidiano que aparecem de forma velada (Mendez, 1998).

E por fim, evidencio a percepção das mulheres que participam do turismo na comunidade, revelando se elas se sentem ou não empoderadas a partir do envolvimento com o turismo.

Com o turismo comecei a ser valorizada pelas pessoas, me dão mais atenção, passei a ser ouvida e reconhecida pelas minhas bebidas medicinais e hoje participo mais das coisas da comunidade. (Entrevistada 6).

Vejo que estou sendo reconhecida, antes eu era excluída e é muito gratificante quando as pessoas reconhecem o meu trabalho, então pra mim é bom, o turismo me fez ser menos tímida e conversar mais com as pessoas, também ganhei mais autonomia e ter mais voz dentro da comunidade. (Entrevistada 13)

As pessoas passaram a me conhecer como uma pessoa que faz parte da cultura e que faz diferença na comunidade. O turismo me proporcionou a oportunidade de ter meu espaço, minha fonte de renda, o meu controle financeiro e também conhecer outros lugares. Me gerou também mais autonomia de decidir algumas coisas e ter mais responsabilidade. (Entrevistada 18).

Antes eu não tinha tempo pra mim, agora tenho meu tempo pra sair e expor o artesanato, por mais que esteja trabalhando, sair de casa pra expor me deixa menos extressada da rotina cansativa das atividades de casa. Lá converso com outras pessoas, me distraio e isso me deixa melhor. (Entrevistada 2)

As entrevistas ressaltam que o turismo desempenhou um papel transformador na vida delas. O reconhecimento e a valorização pessoal aumentaram significativamente, proporcionando uma sensação de pertencimento à comunidade. Além disso, o turismo influenciou positivamente a autopercepção, contribuindo para a superação da timidez e estimulando maior participação nas atividades locais.

A autonomia emergiu como um resultado notável, refletindo-se no controle financeiro, na capacidade de tomar decisões e na responsabilidade assumida pelas mulheres. O turismo não apenas abriu portas para a fonte de renda, mas também proporcionou a oportunidade de conhecer outras localidades, enriquecendo suas experiências e perspectivas de vida. O empoderamento feminino é a jornada em direção à autonomia e autodeterminação, caracterizando-se como um processo revolucionário que transcende as esferas meramente financeiras (Sardenberg, 2012).

A liberdade de participar de exposições e interagir com diferentes pessoas durante o turismo tem um impacto positivo, proporcionando um alívio na rotina e contribuindo para um estado emocional mais saudável. Em suma, o turismo emerge como um catalisador multifacetado para o empoderamento feminino, promovendo reconhecimento, autonomia, responsabilidade e enriquecimento pessoal.

As observações realizadas durante a pesquisa de campo, somadas à minha experiência direta na comunidade, corroboram integralmente as percepções compartilhadas pelas mulheres nas entrevistas. É notável que o turismo desempenhou um papel significativo no fortalecimento do empoderamento psicológico, conforme delineado por Scheyvens (1999). O impacto positivo é claramente visível nas características destacadas pela autora, como o notável

aumento da autoestima, confiança e dignidade experimentados pelas mulheres envolvidas nas atividades turísticas.

A participação ativa no turismo não apenas assegurou uma valorização externa, como também proporcionou uma transformação interna, refletida na forma como essas mulheres se veem e se percebem na comunidade. O processo de empoderamento psicológico, desencadeado pelo turismo, transcende as atividades comerciais, abrangendo a esfera pessoal e emocional das mulheres. Esse fenômeno não só reforça a importância do Turismo de Base Comunitária como uma ferramenta eficaz para a promoção do empoderamento feminino, mas também destaca sua capacidade de moldar positivamente a visão individual e coletiva dentro da comunidade.

6.2 EMPODERAMENTO SOCIAL

No que diz respeito ao empoderamento social, esta pode estar vinculada à participação ativa das mulheres na comunidade, manifestando-se por meio de seu envolvimento em questões sociais locais e na influência exercida em seu entorno. Diante desse contexto, busquei avaliar se, de fato, a participação das mulheres no turismo resultou no empoderamento social destas. Para tal análise, começarei apresentando inicialmente a percepção das mulheres que não participam das atividades turísticas.

Percebi que as mulheres com o turismo passaram a ter mais voz na comunidade, as pessoas tão valorizando mais as mulheres. Vejo que as mulheres que participam do turismo ganharam mais autonomia, elas tem mais voz na comunidade e quando as pessoas ouvem as mulheres elas estão tendo autonomia, o que elas estão falando está sendo respeitado e ta sendo valorizado. (Entrevistada 9)

Agora quando tem reunião as mulheres são as que mais participam, elas dão a opinião e são ouvidas. O envolvimento na atividade turística tornou mais visíveis e significativas os fazeres que nós vemos como comuns, pois enaltecem e ampliam nossos olhares para nossa própria cultura e é o que essas mulheres estão fazendo, quando participam do turismo na comunidade. (Entrevistada 8)

Então eu vejo essa participação das mulheres como um momento delas falarem e isso fez com que outras mulheres comesçassem a participar das coisas da comunidade reivindicarem seus direitos. (Entrevistada 7)

A percepção comum é de que as mulheres passaram a ter mais voz, sendo valorizadas e respeitadas, o que se reflete não apenas em reuniões específicas, mas também em uma presença mais ativa e expressiva em atividades comunitárias. A presença feminina nas reuniões aumentou, com as mulheres dando opiniões que não são apenas ouvidas, mas também respeitadas.

A participação no turismo serviu como estímulo para tornar mais visíveis e significativas as contribuições culturais das mulheres, muitas vezes subestimadas. Esse reconhecimento impulsionou outras mulheres a se envolverem nas atividades da comunidade, reivindicando seus direitos e contribuindo para uma dinâmica mais inclusiva. O turismo emergiu como uma forma que não apenas fortaleceu a voz e a autonomia das mulheres, mas também ampliou a valorização de suas contribuições culturais, promovendo uma participação mais expressiva e engajada na comunidade.

A seguir, as visões e experiências de pessoas próximas, como familiares, cônjuges e pessoas que trabalham com essas mulheres no turismo.

As mulheres estão mais participativas, assim elas passam a ter mais visibilidade, passam a ser mais críticas e participar mais das coisas da comunidade. (Entrevistado 17)

Acredito que o turismo mudou a forma de como as mulheres são vistas, tem o exemplo de [...] do Jardim da Cura, as pessoas vem conhecer através do turismo, e que mesmo antes do turismo ela já tinha seu jardim, mas não tinha esse reconhecimento, as meninas do artesanato, tinha o conhecimento, mas com o turismo elas passaram a participar mais das coisas da comunidade, sendo possível ver que elas estão cada vez mais ativas e com mais poder de fala. (Entrevistado 19)

A participação das mulheres no turismo também gerou o maior envolvimento de outras pessoas da comunidade a perceberem o turismo, como também proporcionou a implementação de projetos e oficinas para os moradores, como esse curso que tá acontecendo agora do Turismo de Base Comunitária que tá sendo feito na comunidade, além de outros cursos e oficinas que tão sendo ofertados para os moradores, principalmente para mulheres. (Entrevistado 4)

A percepção dos moradores sobre o empoderamento social das mulheres na comunidade revela transformações significativas desde a implementação do turismo. Um dos entrevistados destaca a crescente participação ativa das mulheres,

observando um aumento notável na visibilidade, criticidade e envolvimento delas nas atividades comunitárias e ressalta como o turismo tem modificado a maneira como as mulheres são vistas.

O exemplo da mãe e filha que cuidam do Jardim da Cura ilustra esse ponto, evidenciando que, embora elas já mantivessem seu jardim antes do turismo, foi por meio dessa atividade que seu trabalho passou a ser reconhecido. As mulheres envolvidas no artesanato também experimentaram um aumento na participação nas atividades da comunidade, demonstrando um crescimento significativo em sua atividade e capacidade de expressão.

Além disso, a participação das mulheres no turismo não apenas influenciou outros moradores a perceberem a importância dessa atividade, mas também resultou na implementação de projetos e oficinas na comunidade. Um exemplo é o curso de Turismo de Base Comunitária que está em desenvolvimento na comunidade, proporcionando oportunidades de aprendizado para os moradores. Essas iniciativas mostram que o turismo não só está fortalecendo o papel das mulheres, mas também gerando impactos positivos mais amplos na comunidade, promovendo o empoderamento social de forma abrangente.

Agora, direciono o foco para a percepção das mulheres que estão ativamente envolvidas nas atividades turísticas na comunidade. Suas experiências e visões oferecem uma perspectiva valiosa sobre como o turismo tem impactado suas vidas, proporcionando um entendimento mais aprofundado sobre os benefícios e desafios enfrentados por elas nesse contexto específico.

Acho que mudou a questão da visibilidade, agora as pessoas tem um olhar mais de respeito, e me conhece como artesã e isso é bom. Acho que outras mulheres devem participar do turismo pra sair da rotina ter um olhar diferente ao redor e conhecer coisas novas como aconteceu comigo. (Entrevistada 2)

Uma coisa negativa que eu percebi foi o julgamento das pessoas por ter uma visão machista de que era pra mim tá em casa, fazendo as atividades domésticas. O turismo me proporcionou a oportunidade de ter meu espaço, minha fonte de renda, o meu controle financeiro e também conhecer outros lugares. As pessoas passaram a me conhecer como uma pessoa que faz parte da cultura e que faz diferença na comunidade. (Entrevistada 18)

As mulheres que se envolvem em atividades fora de casa, como o turismo elas passam a tomar decisão em coletivo, ter voz e uma mulher em silêncio é um perigo, pode ser sinal de violência, física e psicológica, acho muito

importante as mulheres estarem nesses espaços também dialogando. (Entrevistada 10)

As entrevistas destacam a mudança na visibilidade das mulheres que participam ativamente do turismo na comunidade. Elas enfatizam o reconhecimento, respeito e uma identidade associada a suas habilidades. A partir de suas experiências elas encorajam outras mulheres a aderirem ao turismo, enfatizando a importância de sair da rotina, ter um olhar diferente ao redor e vivenciar novas experiências, como ocorreu em sua própria trajetória.

Destaca-se também nas falas a importância das mulheres participarem ativamente em espaços coletivos, como o turismo, onde podem tomar decisões e ter voz. Ela destaca que o silêncio de uma mulher pode ser indicativo de violência, enfatizando a necessidade de inclusão das mulheres em diálogos e decisões coletivas.

As narrativas das entrevistadas apontam para uma transformação positiva na visibilidade e no papel das mulheres no contexto do turismo, destacando benefícios como reconhecimento, autonomia financeira e participação ativa em espaços decisórios coletivos. No entanto, também evidenciam desafios relacionados ao enfrentamento do machismo e aos estigmas associados às mulheres que buscam se destacar em atividades além do ambiente doméstico.

6.3 EMPODERAMENTO ECONÔMICO

Em relação ao empoderamento econômico, é latente o destaque que as pessoas dão aos impactos do turismo na comunidade, especialmente no âmbito econômico das mulheres. Anteriormente à chegada do turismo as mulheres eram mais dependentes dos maridos, elas encontraram novas fontes de renda através das atividades turísticas, como o artesanato, comercialização de bebidas medicinais, plantas medicinais entre outros produtos e serviços.

Eu vejo que o turismo é uma coisa boa, começando pela renda das mulheres que antes só dependiam do marido. E com o turismo começou a despertar o interesse dos moradores em atividades como o artesanato, aqui as pessoas faziam suas peças, mas tinham vergonha de mostrar e agora eles valorizam mais as coisas daqui pena, sementes, cipós, as coisas que são daqui e que podem ser usadas e que antes iam pro lixo, depois que o turismo chegou as

pessoas deram novos significados as peças e valorizar mais a cultura e seus trabalhos. (Entrevistada 7)

Vejo que a participação das mulheres em atividades turísticas ampliou suas possibilidades de renda, o fato de participar de atividades que geram economia, renda, favorece a autoestima e autonomia das mulheres, a mulher quando ganha seu próprio dinheiro, torna-se mais independente economicamente. (Entrevistada 8)

Elas começaram a ter seu próprio dinheirinho e não depender só do marido, já vejo isso como uma conquista pra elas. (Entrevistada 9)

Acho que a independência financeira das mulheres ainda tá uma coisa inicial. Vejo que a forma financeira das mulheres mudou pra melhor, mas espero que melhore mais, para que elas se sintam mais autônomas nas suas decisões e na sua vida. (Entrevistado 14)

Anteriormente à chegada do turismo as mulheres eram mais dependentes dos maridos, elas encontraram novas fontes de renda através das atividades turísticas, como o artesanato, comercialização de bebidas medicinais, plantas medicinais entre outros produtos e serviços.

A valorização das produções locais, antes desconsideradas, demonstra uma mudança cultural significativa, onde elementos como pena, sementes e cipós ganharam novo significado. A participação feminina nessas atividades não apenas ampliou as oportunidades de renda, mas também favoreceu a autoestima e autonomia, refletindo-se na independência financeira conquistada pelas mulheres.

Essa conquista é evidente na observação de mulheres que passaram a ter sua própria fonte de renda e não dependem exclusivamente dos maridos. Apesar de reconhecer avanços na independência financeira, algumas entrevistadas esperam por melhorias adicionais, buscando uma maior autonomia nas decisões.

Conforme os relatos dos moradores que possuem vínculo com as mulheres que participam do turismo:

Com o passar do tempo e com a chegada do turismo as mulheres começaram a ganhar dinheiro e ter mais autonomia financeira, por meio da comercialização de seus produtos ou na oferta de serviços. (Entrevistado 4)

O turismo ajuda muito a gente a ter mais um dinheirinho dentro de casa e ela ter mais liberdade de comprar alguma coisa que ela queira sem ter que me pedir. (Entrevistado 3)

Vi que as mulheres que abraçaram o turismo tiveram uma mudança econômica, que elas podem ter mais autonomia financeira, não depender muito do marido, poder comprar o que ela precisa, para os seus filhos. (Entrevistado 17)

De certa forma mudou a questão econômica das mulheres, elas estão ganhando seu dinheiro e por mais que o nosso turismo não seja o turismo massivo, mas que agrega valor às produções locais e que elas conseguem vender, e com isso elas passam a não ter aquela necessidade de esperar só pelo dinheiro do marido, passam a ter pelo menos uma renda mínima mas que é delas, dá pra perceber a mudança por causa do turismo. (Entrevistado 20)

Pra mim a nossa situação econômica mudou desde que ela começou a se envolver com o turismo percebi que gerou mais liberdade pra gente participar das coisas e agora a gente tem uma renda até melhor de quando eu trabalhava de carteira assinada. (Entrevistado 22).

De acordo com as narrativas dos entrevistados é evidenciado que o turismo tem desempenhado um papel crucial na transformação econômica das mulheres na comunidade. A chegada dessa atividade proporcionou às mulheres a oportunidade de ganhar dinheiro e conquistar maior autonomia financeira, seja através da comercialização de produtos locais ou da prestação de serviços.

Os relatos destacam a importância dessa fonte adicional de renda, permitindo às mulheres maior liberdade para tomar decisões financeiras e adquirir o que desejam sem depender exclusivamente do apoio financeiro dos maridos. Mesmo diante da natureza não massiva do turismo na comunidade, os entrevistados observaram que as mulheres envolvidas obtiveram uma mudança econômica significativa. Elas agora conseguem agregar valor às produções locais, comercializando-as e gerando uma renda própria, diminuindo a dependência financeira.

Por fim, apresento as percepções das mulheres envolvidas no turismo em relação às mudanças em suas vidas referentes à autonomia econômica.

Com o turismo consegui realizar alguns sonhos, primeiro comprei meu primeiro carrinho, é velho, mas me ajuda muito, também consegui transformar alguns dos meus sonhos em realidade. Hoje minha principal fonte de renda é o turismo, é com o dinheiro da venda dos meus produtos que faço minha feira, pago minhas contas e ainda consigo dar um presente pra minha neta e tirar um dinheirinho pra mim. (Entrevistada 6)

Como eu comecei a participar a pouco tempo do turismo e não trabalhava a venda do artesanato por meio do turismo se tornou a minha principal renda, hoje eu consigo comprar umas coisinhas pra casa, um pão, interar o dinheiro pra comprar o bujão, mudou pouco, mas mudou. (Entrevistada 11)

Lembro como se fosse hoje, meu marido tava desempregado e as coisas não estavam muito fáceis pra comprar as coisas pra casa, foi quando resolvi participar das exposições do artesanato e com a venda das peças eu pude comprar o leite dos meninos que tava faltando e ainda sobrou dinheiro pra comprar outras coisinhas, foi aí que eu ví que dava pra ganhar um dinheirinho. (Entrevistada 2)

Com o turismo passei a atender as pessoas para as refeições na comunidade e tiro o meu sustento e da minha família com o que ganho. (Entrevistada 21)

As narrativas das entrevistadas revelam impactos significativos do turismo em suas vidas, proporcionando a realização de sonhos e melhorias nas condições financeiras. Para uma delas, o turismo tornou-se a principal fonte de renda, permitindo não apenas a realização de sonhos.

Esses relatos demonstram como o turismo se tornou uma força transformadora nas condições econômicas das mulheres entrevistadas, proporcionando oportunidades para a realização de sonhos, sustento familiar e melhoria na qualidade de vida.

Durante a pesquisa de campo, estabeleci conversas informais com as mulheres da comunidade envolvidas no turismo, notando que muitas delas inicialmente buscaram essa participação como uma forma de geração de renda. Isso se deve ao contexto em que elas estão inseridas, sendo casadas e com filhos, o que limita as opções de trabalho fora de casa devido às responsabilidades familiares e domésticas.

O turismo, então, se apresentou como uma alternativa viável, permitindo que essas mulheres trabalhassem em casa na produção de produtos ou na prestação de serviços, sem a necessidade de deslocamento prolongado e longos períodos fora do lar. Essa abordagem tornou o turismo uma oportunidade valiosa para essas mulheres conciliarem uma fonte de renda com suas atividades diárias.

6.4 EMPODERAMENTO POLÍTICO

O empoderamento político diz respeito à capacidade das mulheres de participar e influenciar as decisões que afetam suas vidas e a comunidade. Diante

disso, busquei por meio das narrativas dos entrevistados verificar se realmente ocorre o empoderamento político feminino dentro da comunidade, decorrente do turismo.

As mulheres que não atuam com o turismo, consideram que as que atuam passaram a se envolver mais nas reuniões da comunidade, buscando reivindicar seus direitos e contribuir para as decisões da comunidade. Mas, embora haja um aumento na participação feminina, suas opiniões ainda podem não ser plenamente aceitas em algumas decisões.

Outro aspecto destacado é a transformação na dinâmica das relações comunitárias, pois antes do turismo, as mulheres eram mais reservadas, mas agora se tornaram mais participativas e expressivas. Além disso, é enfatizado que as mulheres têm o direito de opinar e influenciar as decisões da comunidade, destacando o aumento da participação feminina nas questões e demandas locais.

Vejo que a participação das mulheres no turismo fez com que elas participassem mais das reuniões e das decisões na comunidade, elas procuram mais reivindicar seus direitos. (Entrevistada 7)

Acho que a opinião das mulheres na comunidade ainda não são tão aceitas, quando tem reunião as mulheres são as que mais participam, mas tem decisões que mesmo que elas falem sua opinião não são ouvidas, mas agora as mulheres até que estão participando mais que antes. (Entrevistada 06)

Depois do turismo me sinto mais valorizada, me sinto mais útil sabe, comecei a ensinar outras meninas o artesanato e essa troca é muito importante e poder fazer com que outras mulheres aprendessem foi muito bom pra mim também. (Entrevistada 10)

Antes do turismo as mulheres eram mais caladas, quase não tinha um relacionamento na comunidade, hoje com o turismo elas estão mais participativas, começaram a opinar mais e ter mais voz na comunidade. (Entrevistado 15).

Como as mulheres são parte da comunidade elas também tem o direito de opinar e decidir o rumo da comunidade e vejo que elas estão cada vez mais participativas nas decisões e estão mais ativas nas demandas da comunidade (Entrevistado 14)

Através do turismo, as mulheres ganharam mais espaço e voz na comunidade, participando ativamente das decisões e reivindicando seus direitos,

embora ainda enfrentem desafios na plena aceitação de suas opiniões em algumas situações.

Já a percepção das pessoas envolvidas com as mulheres no turismo demonstram que elas têm enfrentado desafios para serem ouvidas e que isso reflete positivamente no posicionamento mais efetivo que as mulheres têm desempenhado dentro da comunidade.

Em reuniões mesmo, a gente vê falas machistas, muita fala que não traz representatividade feminina, enquanto as mulheres defendem um certo ponto de vista não é levado em consideração, mas quando um homem fala, se tem um olhar diferenciado, mas que isso está se desconstruindo ainda. (Entrevistado 4)

Vejo mais visibilidade, por exemplo quando tem reuniões, capacitações na comunidade grande parte do público é feminino, e é possível ver que elas estão cada vez mais ativas e com mais poder de fala. (Entrevistado 21)

Pra mim o turismo faz com que as pessoas queiram participar mais das coisas da comunidade, queiram se envolver nas capacitações. Sempre que tem reunião ela dá a opinião dela e não tem mais vergonha ou medo de falar o que ela acha, mas nem sempre as pessoas dão ouvido, mas mesmo assim ela não fica calada. (Entrevistado 22)

A análise das entrevistas destaca que, nas reuniões comunitárias, persistem discursos machistas e falta de representatividade feminina, com as mulheres enfrentando desafios para serem ouvidas e terem suas opiniões consideradas. No entanto, observa-se uma mudança gradual nesse cenário, com a desconstrução desses padrões ainda em curso.

Por outro lado, há uma percepção positiva do aumento da visibilidade das mulheres na comunidade, especialmente em eventos e capacitações, onde a presença feminina é significativa. Essa presença ativa reflete um interesse crescente das mulheres em participar ativamente das atividades da comunidade, expressando suas opiniões, mesmo diante de desafios de serem plenamente ouvidas.

Além disso, o turismo parece ter contribuído para incentivar a participação das mulheres em diversas iniciativas comunitárias, promovendo uma maior abertura para expressar suas opiniões e superar barreiras sociais. Embora ainda existam obstáculos a serem superados, a tendência é de maior envolvimento e empoderamento feminino na comunidade.

Desde sempre, tenho participado ativamente das reuniões e encontros realizados na comunidade. Uma observação recorrente durante essas interações é a constatação de que, em determinadas situações, as opiniões das mulheres não recebem a devida consideração. Essa percepção também se estende aos momentos em que contribuo para a idealização de projetos na comunidade, nos quais as referências e reconhecimento frequentemente são direcionados exclusivamente aos homens que fazem parte dessas iniciativas.

Essas percepções pessoais, que por muito tempo constituíram minha experiência nas atividades comunitárias, foram validadas de maneira concreta durante a pesquisa de campo. Durante esse período, pude constatar que a presença das mulheres em reuniões e encontros é significativa, demonstrando um engajamento cada vez maior nas questões que envolvem a comunidade.

Ainda que essas mulheres estejam ativamente participando e contribuindo para o desenvolvimento de projetos e discussões comunitárias, a subvalorização de suas opiniões persiste em alguns momentos. Essa constatação ressalta a necessidade de promover uma mudança cultural e de reconhecimento, valorizando a diversidade de vozes e experiências na tomada de decisões e execução de projetos dentro da comunidade.

Abaixo a percepção das mulheres que estão envolvidas no turismo em relação ao empoderamento político.

Me considero representante do artesanato. Sempre que posso participo das reuniões e dou minha opinião nos assuntos da comunidade, se a gente ficar calada ninguém vai saber das nossas necessidades e por isso que eu falo, mas nem sempre o que a gente fala as pessoas dão atenção né (Entrevistada 2).

Vejo que nós nos tornamos empoderadas quando passamos a dizer não para certas coisas, sem ter que seguir o que os outros querem, como se a gente fosse uma empregada da casa e não é assim! É uma reeducação de uma nova atitude, devemos começar a tirar certos costumes que nos oprimiam, precisamos ter mais amor próprio também. E isso eu vejo muito aqui na comunidade, às vezes as pessoas não querem ouvir nossa opinião, mas não é por isso que devemos ficar caladas. E assim nós estamos cada vez mais presente nas decisões da comunidade (Entrevistada 10).

Hoje eu sou mais ouvida, mas vejo que ainda não tem tanta confiança na minha opinião, tem gente que ouve, mas tem gente que finge que não ouve (Entrevistada 6).

As falas destacam o esforço das mulheres na comunidade para participar ativamente, expressar suas opiniões e buscar seu espaço nas decisões comunitárias. Elas reconhecem a importância de não ficarem caladas, enfatizando a necessidade de tornar suas necessidades conhecidas. Contudo, mesmo com esses esforços, a atenção e a valorização dadas às vozes femininas ainda são desiguais.

O processo de empoderamento feminino na comunidade também é evidenciado pela capacidade de dizer "não" a práticas que as oprimiam, indicando uma reeducação para desafiar expectativas tradicionais. A participação crescente das mulheres nas decisões comunitárias reflete essa mudança de postura, embora haja desafios persistentes na confiança depositada em suas opiniões. O empoderamento das mulheres vai além das esferas políticas, abrangendo o domínio sobre suas próprias vidas, a superação da dominação masculina, o direito a uma existência livre de violência e o controle sobre sua sexualidade, entre outros aspectos (Souza, 2018).

Apesar de conquistas notáveis, como uma maior audibilidade, as mulheres enfrentam a realidade de que a confiança plena em suas opiniões ainda não foi alcançada. A luta contínua pela igualdade de reconhecimento e respeito destaca a importância de superar barreiras persistentes para o pleno empoderamento feminino na comunidade. Para Sardenberg (2012), o empoderamento das mulheres envolve a libertação feminina das amarras da opressão de gênero e do domínio patriarcal.

Dessa forma, o empoderamento político das mulheres da comunidade ainda não foi alcançado plenamente e que apesar dos desafios que elas enfrentam para ter voz nas decisões da comunidade elas não desistem e lutam pelo reconhecimento, visibilidade e poder decisório.

6.5 RESULTADOS E DESAFIOS DO TBC NA PERSPECTIVA DAS MULHERES CATUZEIRAS

A avaliação dos resultados obtidos com o TBC consideram aspectos como a melhoria nas condições socioeconômicas das famílias, as transformações percebidas na realidade das mulheres, o fortalecimento da identidade cultural e as mudanças na dinâmica comunitária, sem negligenciar, entretanto, as possíveis barreiras e desafios que ainda persistem no caminho do desenvolvimento pleno do Turismo de Base Comunitária na comunidade, envolvendo questões como

infraestrutura, capacitação, gestão eficiente e sustentabilidade, visando compreender as áreas que demandam atenção e intervenção para otimizar os benefícios do turismo.

O Turismo de Base Comunitária na comunidade indígena Catu revela uma série de impactos positivos em diversas esferas, destacando-se notadamente na melhoria das condições socioeconômicas das famílias. O envolvimento com atividades turísticas proporcionou uma fonte adicional de renda para os residentes, contribuindo para uma maior estabilidade financeira e, conseqüentemente, a autonomia econômica.

As mulheres, em particular, emergiram como agentes significativas de transformação nesse cenário. Houve um aumento expressivo na participação feminina em atividades turísticas, resultando em mudanças palpáveis nas relações de gênero. Além de contribuírem ativamente para a renda familiar, as mulheres vivenciaram uma elevação em sua autoestima e autonomia, desempenhando papéis mais destacados não apenas no âmbito doméstico, mas também como empreendedoras e artesãs.

O fortalecimento da identidade cultural foi outro resultado notório na comunidade. O turismo proporcionou uma forma de preservação e valorização das tradições locais, destacando os conhecimentos e saberes das mulheres indígenas. A comercialização de produtos artesanais, plantas medicinais e práticas culturais tornou-se não apenas uma fonte de renda, mas também um meio de preservação da herança cultural, gerando um sentimento de orgulho e pertencimento na comunidade.

No que diz respeito à dinâmica comunitária, houve uma transformação perceptível. A inserção no turismo promoveu maior interação entre os moradores, estimulando a cooperação e o compartilhamento de experiências. As mulheres, em especial, passaram a desempenhar papéis mais ativos em decisões coletivas, contribuindo para a construção de uma comunidade mais coesa e participativa.

O Turismo de Base Comunitária na comunidade indígena Catu emergiu como um agente transformador, especialmente na promoção do empoderamento feminino.

No âmbito do empoderamento psicológico, observou-se uma elevação notável na autoestima e confiança das mulheres. O envolvimento ativo em atividades turísticas permitiu que elas se reconhecessem como protagonistas de suas próprias histórias, contribuindo para uma mudança positiva em suas percepções pessoais e

sociais. A valorização de suas habilidades, sejam elas na produção de artesanato, no cultivo de plantas medicinais ou em outras áreas, proporcionou um sentimento de realização e reconhecimento.

No que se refere ao empoderamento social, a participação das mulheres nas atividades turísticas se traduziu em maior visibilidade e voz na comunidade. A presença expressiva delas em reuniões, tomadas de decisão e eventos comunitários evidenciou uma maior participação na esfera pública, que, por sua vez, fortaleceu suas posições sociais. A capacidade de expressar suas opiniões e contribuir para o desenvolvimento da comunidade foi uma conquista notável.

No campo econômico, o turismo proporcionou às mulheres uma fonte alternativa de renda. A comercialização de produtos artesanais, ervas medicinais e a prestação de serviços turísticos se revelaram não apenas como atividades geradoras de receita, mas também como meios para alcançar independência financeira. Essa autonomia econômica tem impactos diretos na capacidade das mulheres de tomar decisões sobre suas vidas e nas dinâmicas familiares.

O empoderamento político também foi uma dimensão influenciada pelo TBC. A participação ativa das mulheres em organizações locais e iniciativas comunitárias indicou um engajamento político mais robusto, mas que ainda enfrenta desafios para a igualdade de gênero. A capacidade de influenciar políticas locais, promover mudanças e defender os interesses das mulheres foram desdobramentos desse processo.

No entanto, é importante destacar que, apesar dos avanços, desafios persistentes requerem atenção contínua. As mulheres da comunidade identificaram diversos desafios relacionados ao turismo local, apesar dos aspectos positivos que enxergam na atividade. Um dos principais obstáculos destacados por elas é a falta de um espaço fixo para exposição do artesanato, já que as exposições ocorrem em locais diferentes, o que dificulta a participação das mulheres devido à distância. Além disso, a comunicação entre os organizadores do turismo e as pessoas que expõem o artesanato é falha, pois nem sempre são informadas sobre as visitas com antecedência para se prepararem adequadamente.

Outro desafio destacado é a escassez de capacitação e oficinas em horários acessíveis para os moradores, uma vez que a maioria das mulheres possuem outras ocupações durante o dia. As mulheres também ressaltam a necessidade de um diálogo mais efetivo entre os gestores de turismo e a comunidade, para que os

moradores possam contribuir com suas opiniões e sugestões sobre o planejamento do turismo local. Quanto à questão da sustentabilidade, há preocupação com o aumento da quantidade de pessoas na comunidade, o que pode acarretar impactos ambientais, como maior geração de resíduos, degradação do solo e assoreamento dos rios.

Elas também destacaram a mudança na rotina causada pelo turismo quando há visitação na comunidade. Mesmo com o envolvimento no turismo, as mulheres continuam a realizar suas atividades cotidianas, considerando o turismo como uma atividade extra que se soma às suas responsabilidades existentes. Apesar de não perceberem o turismo como uma fonte adicional de trabalho, pois veem no turismo benefícios significativos na autonomia financeira e na oportunidade de experimentar atividades diferentes das tarefas domésticas rotineiras, a carga desproporcional de responsabilidades domésticas recai sobre as mulheres, impactando a participa o em atividades profissionais e sociais. Essas desigualdades estruturais, restringem o potencial das mulheres e perpetuam um ciclo de desvantagens.

A sustentabilidade das iniciativas turísticas, o acesso igualitário às oportunidades e   gestão participativa são elementos cruciais para consolidar e expandir os benefícios do TBC para o empoderamento feminino na comunidade indígena Catu. O caminho rumo à equidade e justiça social exige esforços contínuos para superar barreiras e promover uma transforma o duradoura.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre o Turismo de Base Comunitária na comunidade indígena Catu oferece uma análise aprofundada dos impactos desse modelo turístico na comunidade, com uma ênfase particular nos avanços observados na participação e empoderamento feminino. A complexidade do tema é evidente na abordagem do texto, que busca não apenas destacar os aspectos positivos, mas também identificar desafios persistentes e áreas que demandam atenção contínua para otimizar os benefícios do TBC.

O Turismo de Base Comunitária na comunidade Catu, surge como uma lente essencial para desvendar as complexidades das transformações vivenciadas pelas mulheres catuzeiras. Este estudo busca elucidar as nuances das mudanças sociais, econômicas e culturais, focando nos desafios enfrentados por elas.

Dessa forma, foi possível identificar a partir das minhas observações em campo e das entrevistas a partir da dimensão de empoderamento psicológico um notável aumento na autoestima e confiança das mulheres. O envolvimento ativo em atividades turísticas permitiu que as mulheres se reconhecessem como protagonistas de suas próprias histórias. A valorização de suas habilidades, seja na produção de artesanato, no cultivo de plantas medicinais ou em outras áreas, proporcionou um sentimento de realização e reconhecimento. Este fortalecimento psicológico reflete uma mudança positiva nas percepções pessoais e sociais das mulheres.

Em relação ao empoderamento social, a participação das mulheres nas atividades turísticas resultou em maior visibilidade e voz na comunidade. A presença expressiva em reuniões, tomadas de decisão e eventos comunitários evidenciou uma participação mais ativa na esfera pública. Essa participação robusta na comunidade fortaleceu suas posições sociais, permitindo-lhes expressar suas opiniões e contribuir significativamente para o desenvolvimento da comunidade. O empoderamento social, portanto, se manifestou como uma conquista notável para as mulheres da comunidade Catu dos Eleotérios.

O TBC proporcionou às mulheres uma fonte de renda alternativa. A comercialização de produtos artesanais, ervas medicinais e a prestação de serviços turísticos não apenas geraram receita, mas também ofereceram meios para alcançar

independência financeira. Essa autonomia econômica teve impactos diretos na capacidade das mulheres de tomar decisões sobre suas vidas e nas dinâmicas familiares. O empoderamento econômico tornou-se uma ferramenta crucial para que as mulheres exercessem controle sobre suas circunstâncias e contribuíssem para o sustento familiar.

O empoderamento político ficou evidenciado pelo engajamento ativo das mulheres em organizações locais e iniciativas comunitárias. Sua participação indicou um envolvimento político mais robusto, embora ainda enfrentando desafios para a igualdade de gênero. As mulheres demonstraram habilidade em influenciar políticas locais, promover mudanças e defender os interesses das mulheres. No entanto, o empoderamento político é uma dimensão que ainda demanda esforços contínuos para superar barreiras e alcançar uma representação mais equitativa. Os resultados alcançados nas dimensões psicológica, social, econômica e política refletem um impacto significativo nas vidas das mulheres, proporcionando mudanças palpáveis e sustentáveis na comunidade.

A exploração das melhorias socioeconômicas, transformações nas dinâmicas de gênero, fortalecimento da identidade cultural e mudanças na dinâmica comunitária oferece uma visão holística dos impactos do TBC na comunidade Catu. Destaca-se a atenção dedicada ao papel das mulheres, que emergem como agentes significativos de transformação, não apenas contribuindo para a renda familiar, mas também desempenhando papéis destacados como empreendedoras e artesãs.

Num contexto onde estruturas patriarcais historicamente arraigadas delinearam os papéis das mulheres, as responsabilidades domésticas e as limitações de participação moldaram uma realidade desigual. A introdução do TBC, embora promissora, deparou-se inicialmente com a resistência dessas estruturas, lançando luz sobre a resistência às mudanças e a persistência de desigualdades profundas.

O enfrentamento dessas estruturas patriarcais emerge como um desafio primordial. A carga desproporcional de responsabilidades domésticas impõe-se como uma força resistente, influenciando a participação das mulheres em esferas profissionais e sociais. A análise é crucial para desvelar as raízes culturais dessas desigualdades e entender como elas moldam as experiências femininas.

Contudo, no cerne da implementação do TBC, observam-se transformações notáveis na identidade das mulheres catuzeiras. O engajamento ativo em atividades

turísticas não só as libertou de papéis estritamente domésticos, mas também as posicionou como agentes ativas de mudança. Essa evolução na identidade feminina está intrinsecamente ligada ao fortalecimento da identidade cultural.

No entanto, é crucial reconhecer que, apesar desses avanços, alguns desafios persistem. Com isso é possível destacar questões como as desigualdades de gênero estruturais e a necessidade de uma gestão participativa eficiente. A busca pela equidade e justiça social demanda esforços contínuos para superar essas barreiras e promover uma transformação duradoura na comunidade Catu.

A carga desproporcional de responsabilidades domésticas sobre as mulheres é um desafio que precisa ser abordado para garantir uma participação plena em atividades profissionais e sociais.

O estudo sobre o TBC na comunidade Catu destaca não apenas os sucessos conquistados, mas também os desafios que moldam o caminho futuro das mulheres. O empoderamento feminino, o fortalecimento da identidade cultural e as melhorias socioeconômicas são conquistas que merecem ser destacadas, mas é a abordagem crítica e reflexiva que garantirá que esses benefícios sejam sustentados e expandidos. O compromisso contínuo com a igualdade, o respeito pela autenticidade cultural e a adaptação às necessidades em constante evolução da comunidade são os pilares para um desenvolvimento turístico verdadeiramente transformador e inclusivo.

O machismo que permeia o cotidiano das mulheres indígenas da comunidade Catu está profundamente entrelaçado a uma visão patriarcal que historicamente as relegou à dependência das decisões dos homens. Esse sistema, respaldado por discursos e comportamentos machistas, criou um ambiente que aprisionou as mulheres, sufocando suas vozes e limitando suas participações nas decisões comunitárias. O processo de empoderamento das mulheres necessita questionar as relações patriarcais, implicando, conseqüentemente, em alterações no controle exercido pelos homens sobre as mulheres, especialmente aquelas dentro de seu círculo doméstico. Dessa forma, o empoderamento feminino implica na renúncia à posição de privilégio conferida aos homens pelo sistema patriarcal (Batliwala, 1994).

Os resquícios desse machismo persistem na vida das mulheres indígenas do Catu. Contudo, é notável a resistência e a busca por transformação dessa estrutura patriarcal e machista. As mulheres estão se mobilizando para romper com as correntes que as prendem, desafiando estereótipos e reivindicando seu espaço na

tomada de decisões. Essa resistência não apenas confronta as práticas discriminatórias enraizadas, mas também destaca a força e a determinação das mulheres indígenas em redefinir as dinâmicas de poder e conquistar uma igualdade substancial dentro de sua própria comunidade. O processo de superação do machismo é um caminho desafiador, mas as mulheres do Catu demonstram uma resiliência notável na construção de um futuro mais equitativo e inclusivo.

A pesquisa sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) na comunidade oferece contribuições substanciais tanto no âmbito teórico quanto prático, ampliando a compreensão do impacto desse modelo turístico. Ao examinar as dimensões de empoderamento, este estudo contribui teoricamente para o entendimento do empoderamento feminino a partir do contexto de mulheres indígenas, proporcionando uma estrutura abrangente que considera diferentes dimensões desse fenômeno em comunidades indígenas.

O papel das mulheres como guardiãs ativas da herança cultural revela uma interação complexa entre as esferas econômica e cultural. A comercialização de produtos artesanais e práticas culturais não apenas gera renda, mas também preserva tradições locais. Este fenômeno destaca o papel crucial das mulheres na transmissão de conhecimento e na perpetuação de valores culturais.

No entanto, apesar dessas transformações, desafios persistentes ecoam no horizonte da mudança. Estruturas sociais e econômicas enraizadas em padrões históricos lançam sombras sobre o caminho para a verdadeira equidade. O acesso igualitário a oportunidades e a gestão participativa emergem como desafios cruciais para a sustentabilidade dessas iniciativas.

A sobrecarga de responsabilidades domésticas sobre as mulheres se revela como uma barreira substancial. As desigualdades estruturais, meticulosamente entrelaçadas nas dinâmicas cotidianas, moldam as experiências femininas de maneiras que, mesmo em meio às transformações, as raízes profundas dessas desigualdades persistem.

As contribuições deste estudo lançam luz sobre os contornos dinâmicos da comunidade Catu. Surge um entendimento mais profundo das interações complexas entre as mulheres, o TBC e as estruturas culturais e sociais preexistentes. Para isso uma abordagem contínua e sensível é sugerida, reconhecendo as resistências intrínsecas e explorando caminhos não apenas da inovação econômica, mas também da transformação cultural sustentável. O desafio reside em desvelar as

camadas mais profundas da experiência humana na comunidade Catu, onde tradição e evolução cultural entrelaçam-se de maneira única.

A ênfase na integração da dimensão cultural no desenvolvimento do turismo é uma contribuição teórica significativa. O estudo destaca a importância de preservar e fortalecer a identidade cultural como componente essencial do TBC. Isso não apenas agrega valor ao produto turístico, mas também oferece uma base teórica para abordar o equilíbrio delicado entre o desenvolvimento turístico e a preservação cultural, uma questão crítica para muitas comunidades.

Outra contribuição teórica é a exploração das dinâmicas do desenvolvimento comunitário sustentável. Ao analisar as mudanças na dinâmica comunitária e as melhorias socioeconômicas resultantes do TBC, o estudo oferece insights teóricos que podem enriquecer a compreensão do desenvolvimento sustentável. Destaca-se como o TBC pode ser uma ferramenta eficaz para impulsionar a coesão comunitária e elevar o padrão de vida, contribuindo para a construção de sociedades mais resilientes e autônomas.

Além disso, essa análise dos obstáculos práticos fornece uma visão crítica e realista das complexidades associadas a esse modelo turístico, contribuindo para a literatura ao identificar os desafios que podem surgir na tentativa de implementar práticas sustentáveis e equitativas.

No âmbito prático, o estudo oferece orientações para profissionais do turismo interessados em adotar práticas mais éticas e sustentáveis. Os resultados fornecem uma base para o desenvolvimento de estratégias eficazes de gestão do TBC, destacando a importância da participação ativa das mulheres, preservação cultural e gestão comunitária. Essas diretrizes práticas são fundamentais para garantir que as iniciativas turísticas respeitem as comunidades locais, promovendo benefícios sustentáveis.

Além disso, a observação do aumento da participação feminina em atividades turísticas destaca a necessidade de programas de capacitação específicos para mulheres. Essas iniciativas práticas podem incluir treinamento empreendedor, desenvolvimento de habilidades específicas para o setor do turismo e apoio para a criação e promoção de produtos artesanais, proporcionando às mulheres oportunidades tangíveis de empoderamento econômico.

A análise dos desafios na gestão eficiente do TBC gera contribuições práticas, promovendo a implementação de sistemas de gestão participativa que envolvam os

membros da comunidade em decisões importantes. Além disso, o estudo destaca a importância do engajamento político para alcançar a igualdade de gênero, fornecendo orientações para a promoção de políticas locais inclusivas e o desenvolvimento de iniciativas que abordem as disparidades de gênero.

Em resumo, a pesquisa sobre o TBC na comunidade Catu equilibra as dimensões teóricas e práticas, oferecendo não apenas uma compreensão do impacto desse modelo, mas também informações importantes para aqueles envolvidos no desenvolvimento e implementação de práticas turísticas comunitárias. Essa abordagem abrangente é essencial para a evolução contínua de modelos turísticos que visam não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a preservação cultural, a promoção da justiça social e a equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- Aghazamani, Y., & Hunt, C. A. (2017). Empowerment in tourism: A review of peer-reviewed literature. *Tourism Review International*, 21(4), 333-346.
- Aitchison, C. (2001). Teorizando Outros discursos do turismo, gênero e cultura: Pode o subalterno falar (no turismo)? *Estudos turísticos*, 1(2), 133-147.
<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/146879760100100202>
- Alarcon, D. M., & Mullor, E. C. (2018). *Dimensões de gênero no trabalho em turismo*. Barcelona: Editora Alba Sud. <http://www.albasud.org/publ/docs/81.en.pdf>
- Almeida, J. R. D., Angelin, R., & Veronese, O. (2023). Identidade, diferença e reconhecimento: um olhar sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil e a pauta de enfrentamento à violência de gênero. *Revista Direito e Práxis*, 14, 915-939.
<https://www.scielo.br/j/rdp/a/v3KYk5zpMkdWSKDYM3zttTB/?lang=pt>
- Almeida, T. C., & Emmendoerfer, M. L. (2023). Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(1).
<https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/29163>
- Alves, K. dos S., & Moreira, M. I. C. M. (2016). Trabalho em turismo e relações de gênero. In K. dos S. Alves (Ed.), *Turismo, trabalho e gênero: uma abordagem interdisciplinar* (pp. 16–29). UFOP.
- Andrade, W. J., & Mitraud, S. (2003). *Manual de EcoTurismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil.
- Araújo, M. (2011). O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 22(2), 238-276.
<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14249>
- Araújo, M. (2016). Turismo de base comunitária com foco em gênero: estudo de caso na Comunidade Morro Santo Antônio, Município de Itabira-MG. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2).
- Araújo, N.F. & Malheiros, D. (2013). A participação das mulheres na política institucionalizada do Distrito Federal: um olhar sobre atuações e repercussões no turismo sustentável. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 1(1).
<https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/15212>

- Ávila, M. B., & Ferreira, V. (2014). Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres* (pp. 13-49). Recife: SOS Corpo.
- Baptista, L., & Moreira, J. C. (2017). EcoTurismo de Base Comunitária no Parque Nacional dos Campos Gerais – PR: A ótica das comunidades de entorno. *PASOS Revista de Turismo Y Patrimonio Cultural*, 15(1), 195-210.
- Baquero, R. V. A. (2012). Empoderamento: instrumento de emancipação social? uma discussão conceitual. *Revista Debates*, 6(1), 173-173.
- Barbosa, L. (2003). Marketing etnográfico: colocando a etnografia em seu devido lugar. *Revista de Administração de Empresas*, 43, 100-105.
<https://www.scielo.br/j/rae/a/VzkrWT68ThLC7Sb4hqtnxQB/?lang=pt>
- Bartholo, R., Bursztyn, I., Frattucci, A. C., & Assad, L. T. (2016). Turismo de Base Comunitária em foco. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2).
<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1344>
- Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). *Turismo de Base Comunitária*. Rio de Janeiro: Letra e imagem.
- Bauer, N. (2001). *Simone de Beauvoir, Philosophy & Feminism*. New York: Columbia University Press.
- Baum, T. (2013). International perspectives on women and work in hotels, catering and tourism. <https://ecommons.cornell.edu/handle/1813/87660>
- Bazzi, A. (2019). Mulheres Kaingang na frente de batalha: três gerações de lideranças feminina na Terra Indígena Toldo Chimbanguê. *Revista Aedos*, 11(25), 284-305.
- Beauvoir, S. (1962). *Brigitte Bardot and the Lolita Syndrome*. London: The New English Library.
- Beauvoir, S. D. (1949). *O segundo sexo*.
<https://etrihost.cl/dir/enjambre/wp-content/uploads/2021/09/Copia-de-SimoneDeBeauvoir-ElSegundoSexo-Completo.pdf>
- Beauvoir, S. D. (1962). *The ethics of ambiguity*, tr. Citadel Press.
- Beauvoir, S. D. (2009). *O segundo sexo*. Tradução Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EezJAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=Beauvoir+segundo+sexo&ots=RPzla-HOEn&sig=arpogulKSx1vphQ2adiRssEAPuQ#v=onepage&q=Beauvoir%20segundo%20sexo&f=false>

- Beauvoir, S. de (2009) [1963]. *A Força das Coisas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bessa, A. S. M. (2011). *A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real*. Tese (Doutorado em Arquitetura e urbanismo), Universidade de São Paulo.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-11072011-140556/pt-br.php>
- Bezerra, N. X. (Ed.) (2018). *Artesanato potiguara: Catu dos Eleotérios e Sagi Trabanda*. Natal: IFRN.
- Bicalho, T. E. F., Maia, E. H. G., & Quirino, R. (2020). Carreira profissional de homens e mulheres no setor de turismo: intersecção de profissão, carreira e divisão sexual do trabalho. *REVES-Revista Relações Sociais*, 3(4), 16001-16011. <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10405>
- Boley, B. B., McGehee, N. G., Perdue, R. R., & Long, P. (2014). Empoderamento e atitudes dos residentes em relação ao turismo: Fortalecendo a fundamentação teórica através de uma lente weberiana. *Anais de Pesquisa em Turismo*, 49, 33-50.
- Braga, M. B., & Selva, V. S. F. (2016). O Turismo de Base Comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento local?. *REDE-Revista Eletrônica do PRODEMA*, 10(1). <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/272>
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. (2015). Instrução Normativa nº 3, de 11 de junho de 2015. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 41-43. <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/6891>
- Brasil. Ministério do Turismo (2010). *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil. Ministério do Turismo (2010). *Ecoturismo: orientações básicas*. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo.
<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>
- Brasil. Ministério do Turismo (2010). *Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil. Ministério do Turismo (2010). *Turismo Cultural: orientações básicas*. 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo.

http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf

- Brasil. Ministério do Turismo (2022). *Mapa Brasileiro do Turismo Responsável*. <https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/6c7ee682-c424-4b78-b98a-5bf04e66309f/sheet/5589e238-576d-417c-a1a4-be6ec0087667/state/analysis>
- Brasil. Ministério do Turismo (2023). *Turismo Responsável no Brasil*. Brasília: MTur.
- Brazão, J. P. G. (2007). O diário de um diário etnográfico electrónico. *A escola sob suspeita*, 289-307.
- Burgos, A., & Mertens, F. (2015). Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do Turismo de Base Comunitária. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(1), 57-71.
- Bursztyn, I., Bartholo, R., & Delamaro, M. (2009). Turismo para quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In Bursztyn, I., Bartholo, R., & Sansolo, D. G. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 76-91). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble, Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge.
- Butler, J. (1996). Uma visão afirmativa. *Representações*, 55, 74-83. <https://online.ucpress.edu/representations/article-abstract/doi/10.2307/3043737/82706/An-Affirmative-View?redirectedFrom=PDF>
- Butler, J. (2003). Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade; Trad. Renato Aguiar, 8.
- Butler, J. (2020). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Buttrose, I., & Adams, P. (2005). *Motherguilt: Australian women reveal their true feelings about motherhood*. Camberwell: Penguin.
- Canabarro, J. R. S., & Salvagni, J. (2015). Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. *Revista de Gestão e Secretariado*, 6(2), 88-110.
- Cardoso, H. S. (2019). *A escola que os índios querem: experiência escolar indígena Potiguara no Catu dos Eleotérios em Canguaretama/RN*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

- Carvalho, G., Baptista, M. M., & Costa, C. (2015). Mulheres que viajam sozinhas: Reflexões sobre gênero e experiências turísticas. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 23, 59-67. <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/777>
- Carvalho, M. R. G. (1977) Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia.
- Carvalho, S. R. (2004). Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de Promoção à Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 20, 1088-1095.
- Casagrande, J. B. (1960). In the Company of Man: Twenty Portraits of Anthro-pological Informants.
- Cascudo, L. da C. (1995). *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, MEC.
- Castro, L. L. C., & Pinto, R. (2013). Sustentabilidade e turismo comunitário. *Caderno Virtual de Turismo*, 13(2), 213–226.
- Cave, P., & Kilic, S. (2010). The role of women in tourism employment with special reference to Antalya, Turkey. *Journal of Hospitality Marketing and Management*, 19(3), 280–292.
- Cavignac, J. A. (2003). A etnicidade encoberta: 'Índios' e 'Negros' no Rio Grande do Norte. *Mneme - Revista de Humanidades*, 4(8).
- Charles, M. (2011). A world of difference: International trends in women's economic status. *Annual Review of Sociology*, 37, 355–371. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102548>
- Chaves, K. A. (2021). Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 25(4).
- Chicico, F. D. J. (2012). *O turismo de base local como um possível indutor de desenvolvimento rural: uma análise da realidade e das potencialidades no distrito de Dondo-Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/18150>
- Christofides, L. N., Polycarpou, A., & Vrachimis, K. (2013). Gender wage gaps, "sticky floors" and "glass ceilings" in Europe. *Labour Economics*, 21, 86–102. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2013.01.003>
- Cole, S. (2018). Introduction: gender equality and tourism-beyond empowerment. In Cole, S. (ed), *Gender equality and tourism: beyond empowerment* (pp. 1-13). Wallingford UK: CAB International.

- Conceição, K. F. D. J. D. (2018). A invisibilidade do indígena no processo eleitoral brasileiro: as Organizações Indígenas e a luta pela representação política. <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/31979>
- Connell, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global* São Paulo, SP: Versos.
- Coriolano, L. N. M. T. (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In R. Bartholo, D. G., Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 277-287). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Cornwall, A. (2018). Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. *cadernos pagu*.
- Costa, C., Bakas, FE, Breda, Z., Durão, M., Carvalho, I., & Caçador, S. (2017). Gênero, flexibilidade e o 'trabalhador de turismo ideal'. *Annals of Tourism Research*, 64, 64-75. <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/20173181226>
- Costa, G. L. P., da Silva, J. A., & Costa, A. M. M. (2020). Coisa de índio: Educação Escolar Indígena no Catu dos Eleotérios-RN. *Mosaico*, 12(18), 200-221.
- Cunha, R. D. B., & ARAÚJO, P. C. D. A. Um olhar sobre as relações de gênero das mulheres indígenas no Brasil. III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, 26.
- Cyfer, I. (2015). Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista. *Lua Nova: revista de cultura e política*, 41-77.
- Dachary, A. C., & Arnaiz Burne, S. M. (2009). Pueblos originarios y turismo en América Latina: La conquista continúa. *Estudios y Perspectivas En Turismo*, 18(1), 69–91. Disponível em: <https://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V18/v18n1a5a.pdf>.
- Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. Boitempo Editorial. [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=HwIQDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT22&dq=Davis+\(2018\)&ots=yq-WYNU-LR&sig=Vvc3q4rp47LwtixdeyAp_67Sz6A#v=onepage&q=Davis%20\(2018\)&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=HwIQDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT22&dq=Davis+(2018)&ots=yq-WYNU-LR&sig=Vvc3q4rp47LwtixdeyAp_67Sz6A#v=onepage&q=Davis%20(2018)&f=false)
- Deere, C. D. (2002). *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre.

- Dzul, B. R. S, Damian, A. G., & Ramirez, A. R. M. (2020). O Turismo Cultural e as suas Construções Sociais como Contributo para a Gestão Sustentável dos Destinos Turísticos. *Rosa Dos Ventos-Turismo E Hospitalidade*, 12, 406-428.
- Eagles, P. F. J., McCool, S. F., & Haynes, C.D.A (2002). Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management.
- Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília.
<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/14215>
- Fabrino, N. H., Costa, H. A., & Nascimento, E. P. (2012). Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 5(3), 546-559.
- Fabrino, N. H., Nascimento, E. P. do, & Costa, H. A. (2016). Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(3). <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1178>
- Faria, N. (2005). Gênero e políticas públicas: uma breve abordagem das relações de gênero. In: *Sempreviva Organização Feminista–SOF*. Feminismo e Luta das Mulheres: análises e debates. São Paulo.
- Federici, S. (2017). Notas sobre gênero em O Capital de Marx. *Cadernos Cemarx*, (10), 83-111.
<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10922>
- Ferguson, L. (2010). Turismo, igualdad de género y empoderamiento de las mujeres en Centroamérica. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, 111, 123-133.
- Fernandes, J. F. A., Araújo, A. P. C., & Ribeiro, M. A. (2021). O Pantanal por elas: o trabalho da mulher pantaneira no turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, 21(1), 33-45.
<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1833>
- Ferreira, H. C. H. (2014). A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo sobre a Ilha Grande, RJ. *Caderno Virtual de Turismo*, 14(1).
https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=cat%C3%A3o+2014+turismo&btnG=

- Ferreira, J. M., & Nogueira, E. E. S. (2013). Mulheres e suas histórias: razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino. *Revista de Administração Contemporânea*, 17, 398-417.
- Figueiredo, K. (2016). Racismo: O instrumento disfarçado na negação de direitos: A luta dos indígenas da Terra Maró (PA). *Anais da Reunião Brasileira de Antropologia: Ética, Diversidade e Conflitos*, João Pessoa, PB, Brasil, 30.
- Gabrielli C. (2022). Análise das diretrizes internacionais sobre Gênero e Turismo e suas ausências nos Planos Nacionais de Turismo do Brasil *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 16 e-2310
<http://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2310>
- Gabrielli, C., Ferro, A. R., & Rodrigues, R. V. (2021). Turismo de Base Comunitária como prática da economia solidária: observações com ênfase em gênero no interior de São Paulo (Iperó). CIRIEC World Conference in Latin America.
http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/3204/3/Anais_Ciriec_2021.pdf
- Gil Arroyo, C., Barbieri, C., Sotomayor, S., & Knollenberg, W. (2019). Cultivando o empoderamento das mulheres por meio do agroturismo: evidências das comunidades andinas. *Sustentabilidade*, 11(11), 3058.
<https://www.mdpi.com/2071-1050/11/11/3058>
- Gomes, J. C., Almeida, K. P. G. D., & Silva, V. B. D. (2012). Por que a escola indígena é masculina?
- Gonzalez, D. D. F. (2014). Entre público, privado e político: avanços das mulheres e machismo velado no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 44 (151).
- Goulding, C. (2002). *Grounded theory: A practical guide for management, business and market researchers*. Sage.
<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=DFYjMb5XFtEC&oi=fnd&pg=PP1&dq=goulding+grounded+theory+a+practical+guide+for+management&ots=DWZmP8bKdM&sig=UnthFiIWmxFqcyhtFKjumjaHHnw#v=onepage&q=goulding%20grounded%20theory%20a%20practical%20guide%20for%20management&f=false>
- Graciano, P. F., & Holanda, L. A. D. (2020). Análise bibliométrica da produção científica sobre Turismo de Base Comunitária de 2013 a 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14, 161-179.
<https://www.scielo.br/j/rbtur/a/DHC6MdKvSXXJwBcDWhZm5sc/?lang=pt>
- Gramkow, M. M., & Sacchi, Â. (2012). Gênero e Povos Indígenas.
<https://ds.saudeindigena.iciet.fiocruz.br/handle/bvs/6881>

- Grünewald, R. A. (1999). *Os 'Índios do Descobrimento': tradição e turismo*. Rio de Janeiro: UFRJ/ MN/PPGAS. Tese em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Janeiro.
<https://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2012/08/TESE-SOBRE-O-SPATAX%C3%93-BAHIA.pdf>
- Guajajara, M. J. D. S. B., & Santos, S. C. (2020). Tecidos, linhas e agulhas: mulheres indígenas e a "costura" de interlocuções no contexto da pandemia. *Vukápanavo Revista Terena*, 3, 103-114.
- Guajajara, S. (2021) "A perspectiva indígena para um outro mundo" Conferência apresentada durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, 27 jul.
<https://www.youtube.com/watch?v=46IJ0z94NXQ&t=1518s>
- Guimarães, C. R. R. F., & Silva, J. R. (2016). Pay gap by gender in the tourism industry of Brazil. *Tourism Management*, 52, 440-450.
- Guzzatti, T. C., Sampaio, C. A. C., & Coriolano, L. N. M. T. (2013). Turismo de Base Comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). *Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)*, 6(1).
<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6230>
- Hallack, N., Burgos, A., & Carneiro, D. M. R. (2011). Turismo de Base Comunitária: estado da arte e experiências brasileiras.
<https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/11979>
- Herrera, K. M. (2013). Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 10.
https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf
- Honey, M. (1999). *Ecotourism and sustainable development. Who owns paradise?*. Island press.
- Hutchings, K., Moyle, CL, Chai, A., Garofano, N., & Moore, S. (2020). Segregação de mulheres no emprego no turismo na região da APEC. *Tourism Management Perspectives*, 34, 100655.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211973620300222>
- Iakovidou, O., Koutsou, S., & Partalidou, M. (2009). Mulheres empresárias no campo grego: uma tipologia de acordo com motivos e características do negócio. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 14 (02), 165-179.
<https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S1084946709001211>

- IBGE (2013). *O Brasil indígena*.
<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-dez/pdf-brasil-ind.pdf>
- IBGE (2021). Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil - 2a edição.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf
- IBGE (2023). *Censo Demográfico 2022 Indígenas: primeiros resultados*.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2018). *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes*. Brasília, DF: ICMBio.
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA (2013). *Plano de Manejo – APAPU*. Natal: IDEMA.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre Turismo de Base Comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- ISA (2020). *Mapa das organizações de mulheres indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental.
<https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil>
- Justino, A. P., Nóbrega, W. R., Ferreira, F. R. F., & Araújo, C. E. (2022). Caminhos da resistência: A recepção de visitantes como prática social discursiva à visibilidade dos povos originários no Rio Grande do Norte/rn, Brasil. *Gestión Turística*, (37), 28-61.
- Kaingang, A. (2012). Depoimento de uma militante. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 410-422.
- Kergoat, D. (2003). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 55-63.
<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf#page=55>
- Kleba, M. E., & Wendausen, A. (2009). Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e sociedade*, 18(4), 733-743.

- Krenak, A. (2015). Paisagens, territórios e pressão colonial. *Espaço Ameríndio*, 9(3), 327-327. <https://www.seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/61133>
- Landerdahl, M. C., Vieira, L. B., Cortes, L. F., & Padoin, S. M. D. M. (2013). Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. *Escola Anna Nery*, 17, 306-312.
- Landerdahl, M., Vieira, L., Cortes, L., & Padoin, S. (2013). Empoderamento feminino na construção civil. *Esc Anna Nery (UFRJ)*, vol. 17, n.2, pp. 306-312.
- Leite, M. L. M. (2000). Mulheres viajantes no século XIX. *cadernos pagu*, (15), 129-143.
- Lima, M. A. G. D., Irving, M. D. A., & Oliveira, E. (2022). Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, 2094. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2094>
- Lima, R. P., & Alves, A. D. (2023). Dificuldades e oportunidades do Turismo de Base Comunitária em Serra Grande/Uruçuca-BA. *CULTUR-Revista de Cultura e Turismo*, 17(1). <https://doi.org/10.36113/cultur.v17i1.3211>
- Lins, M. H. S. F.; Vasconcelos, O. O. (2004). A Questão Indígena No Nordeste. *Anais Congresso Brasileiro De Extensão Universitária*, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2.
- Little, J. (1987). Relações de gênero no meio rural: a importância do papel doméstico da mulher. *Jornal de estudos rurais*, 3 (4), 335-342. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0743016787900520>
- Luciano, G. J. D. S. (2006). "Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar": experiências dos povos indígenas do alto rio Negro (Doctoral dissertation). <https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/handle/bvs/925>
- Ludke, M., & André, M. (1986). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. *Em Aberto*, 5(31). https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=L%C3%9CDKE%2C+M.%3B+ANDR%C3%89%2C+M.+E.D.A.+Pesquisa+em+educa%C3%A7%C3%A3o%3A+abordagens+qualitativas.+S%C3%A3o+Paulo%3A+EPU%2C+1986.&btnG=
- Lunardi, R., Souza, M., & Perurena, F. (2015). O Trabalho de Homens e Mulheres no Turismo Rural em São José dos Ausentes: o "leve" e o "pesado". *Revista Turismo - Visão e Ação*, 17(1), p. 179-209. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v17n1.p179-209>

- Machado, J. A. S. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, 248-285.
- Maldonado, C. (2007). Fortalecendo as Redes de Turismo Comunitário – REDTURS – na América Latina. Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local. Turim, Itália: Centro Internacional de Formação da OIT, @local.glob, 4, 08-14.
Disponível em:
<https://www.nacionmulticultural.unam.mx/empresasindigenas/docs/2053.pdf>.
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In Bartholo, R.; Sansolo, D.; Bursztyn, I. (Orgs). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. (pp.25-44). Rio de Janeiro: Nova Letra.
- Matos, M. H. O. (1997). O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980). *Brasília: PPGAS/UnB*.
- Matos, M. H. O. (2012). Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementaridade ao lugar da especificidade. In A. Sacchi, M. M. Gramkow (Orgs.). *Gênero e povos indígenas* (pp. 140-171). Rio de Janeiro, RJ: Museu do Índio.
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/a5l00012.pdf#page=140>
- Mattos, C. L. G de, Castro, P. A. de. (2011). *Etnografia e educação: Conceitos e usos*. Campina Grande: Abeu.
- Medeiros Neto, C. G. D. (2019). *Saberes indígenas, cultura de movimento e interculturalidade: cenários na comunidade do Catu/RN*. (Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Medeiros, R. S. (2019) *Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Meguis, T., Farias, K., Viana, P., & Hamoy, J. (2015). Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 3(1), 98-120.
- Melo, H. P. D., Considera, C. M., & Di Sabbato, A. (2007). Os afazeres domésticos contam. *Economia e sociedade*, 16, 435-454. <https://www.scielo.br/j/ecos/a/p3KY9zcrNNfNmzTKrRR9z7M/?lang=pt&format=html>
- Mendonça, T. C. D. M. (2004). Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde, a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não secou. Dissertação

(EICOS – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Mendonça, T. C.M. & de Moraes, E. A. (2012). Reflexões emergentes sobre Turismo de Base Comunitária, à luz da experiência no “Paraíso Proibido”: Vila do Aventureiro–Ilha Grande–Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(17/18), 1169-1183. <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/index>
- Minasi, S. M., Mayer, V. F., & Santos, G. E. D. O. (2022). Desigualdade de gênero no turismo: a mulher no ambiente profissional no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16.
- Mitraud, S. (2003). *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil
- MMI, Carta da I Marcha de Mulheres Indígenas. (2019). *Território Nosso Corpo, nosso Espírito*. Portal Eletrônico da PBIP. <https://ispn.org.br/site/wpcontent/uploads/2019/08/DOCUMENTO-FINAL-MAR-CHA-2019>.
- Moncau, G. (2018). Sistema sexo-gênero-Gayle Rubin. *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. <https://ea.fflch.usp.br/conceito/sistema-sexo-genero-gayle-rubin>.
- Moraes, E. A., de Azevedo Irving, M., & Mendonça, T. C. M. (2018). Turismo de Base Comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. *Turismo: Visão e Ação*, 20(2), 249-265. <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/13161>
- Moraes, E. A., Mendonça, T. C. M., & Pinheiro, C. V. (2017). Trilhando o Turismo de Base Comunitária em Minas: um novo caminho das Gerais. *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, 11(1), 6-33.
- Moraes, E. L. (2005). *Relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional*. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, Departamento de Qualificação.
- Morales, J. C. S., Arias, F. E. O., & Bizuet, A. A. I. (2014). Turismo de Base Comunitária y experiencias locales. Estudio de caso la comunidad indígena Maravilla Tenejapa, Chiapas. *Ra Ximhai*, 10(3), 87-101. <https://www.redalyc.org/pdf/461/46131111007.pdf>
- Moreno, D. A., & Cañada, E. (2018). Editorial. In Dimensiones de género del trabajo turístico. Alba Sud editorial. <http://www.albasud.org/publ/docs/81.pdf>

- Morgado, H. F. M. (2006). Turismo comunitario: una nueva alternativa de desarrollo indígena. *AI BR. Revista de Antropología Iberoamericana*, 1(2), 249-264. <https://www.redalyc.org/pdf/623/62310205.pdf>
- Nascimento, F. G., & Lima, G. F. C. (2020). Turismo de Base Comunitária como alternativa para o desenvolvimento rural: a experiência da comunidade rural chã de Jardim, Areia-PB. João Pessoa: editora: CCTA.
- Nascimento, J. L. B., Gomes, E. L. S., & França, J. P. (2012). O “bem acolher” na prestação dos serviços turísticos de base comunitária do movimento de mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), Belém-PA. *Revista Hospitalidade*, 9(2), 254-272. <https://revhosp.org/hospitalidade/article/view/488>
- Neuhaus, E., & Silva, J. S. (2006). *Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico*. Fortaleza, CE: FBOMS/Instituto Terramar.
- Neves, S. C. (2021). Reflexões sobre o Turismo de Base Comunitária e os povos indígenas à luz do caso Pataxó (Bahia, Brasil). *Revista Turismo em Análise*, 32(2), 413-430.
- Oakley, A. (1972). *Sex, gender, and society*. San Francisco: Harper and Row.
- Oakley, A. (2017). Sexo e Gênero. *Revista Feminismos*, 4(1). <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30206>
- Oliveira, C. S., Boas, S. V., & Heras, S. L. (2016). Estereótipos de gênero e sexismo em docentes do ensino superior. *Revista iberoamericana de educación superior*, 7(19), 22-41. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-28722016000200022
- Oliveira, L. D. S. (2020). *A pandemia Covid-19 e seus impactos no etnoturismo: um estudo na Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios, Rio Grande do Norte/Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ONU MULHERES (2017). *Princípios do empoderamento das mulheres*. Movimento Mulher 360. https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf
- Ouchi, C. (2000). *O global e o local na construção da identidade: um estudo em marketing e antropologia de adolescentes* (Doctoral dissertation, Dissertação de Mestrado. Coppead/UFRJ, Rio de Janeiro).

- Paula, L., & Sant'ana, C. G. (2022). A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. *Fórum Linguístico*, 19(1), 7555-7574.
- Pereira, B. D. C. S. (2008). *Pesquisa etnográfica em marketing*. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade de São Paulo.
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-03092008-115700/publico/Dissertacao_Beatriz_Pereira.pdf
- Pimentel, M. J. D. S. (2021). *Análise do potencial de desenvolvimento do turismo étnico-criativo na comunidade indígena do Catu dos Eleotérios*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão do Turismo), Instituto Federal do Rio Grande do Norte.
- Piscitelli, A. (2006). Gênero, turismo, desigualdades. In Brasil, Ministério do Turismo, *Turismo social: diálogos do turismo - uma viagem de inclusão* (pp. 205–245). Rio de Janeiro: IBAM.
- Quijano, A. (2000). *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. v. 13. Buenos Aires: Clacso.
<https://www.uv.mx/jose-marti/files/2018/08/Anibal-Quijano-Colonialidad-del-poder.pdf>
- Ramos, E. U. (2019). *Mulheres lideranças indígenas em Pernambuco, espaço de poder onde acontece a equidade de gênero*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Rebolledo, L. (2001). Impacto dos estudos de gênero na democratização das instituições de Ensino Superior. *Revista de estudos de gênero: La ventana*, 2 (13), 75-93. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5202175>
- Reis, C. U. F. (2019). Trabalho e turismo: oportunidades e desafios do Turismo de Base Comunitária (TBC) para a equidade de gênero. *XXV Semana Paranaense de Turismo da UFPR-SEPATUR*.
<https://eventos.ufpr.br/sepatur/SPT/paper/viewPaper/1368>
- Ribeiro, D. (2017). *Os índios e a civilização*. Global Editora e Distribuidora Ltda.
- Richter, L. K. (2005). Exploring the political role of gender in tourism research. In W. F. Theobald (Ed.), *Global tourism* (3rd ed., pp. 426–439). Elsevier.
- Rinaldi, A., & Salerno, I. (2020). A diferença de gênero no turismo e seu potencial impacto no desenvolvimento dos países emergentes. *Qualidade e Quantidade*, 54(5-6), 1465-1477.
<https://link.springer.com/article/10.1007/s11135-019-00881-x>

- Rocha, C. C. (2010). O papel político feminino na organização social Kaingang. http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277601188_ARQUIVO_ApresentacaoFinal_formatada30junho.pdf
- Rodríguez, G., & Vizcarra, I. (2015). Turismo comunitário e gênero: a incorporação da mulher no projeto turístico de Ejido El Rosario, Ocampo, México. *Revista Española de Desenvolvimento Rural*, 6.
- Rubin, G. (1974). *A contribution to critique of the political economy of sex and gender dissemination*. Boston: Ed. Samois.
- Ruiz, E., Hernández, M., Coca, A., Cantero, P., & Del Campo, A. (2008). Turismo comunitario en Ecuador. Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 6(3), 418. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2008.06.031>
- Sacchi, A. (2003). Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista Antropológicas*, 14(1,2), 95-110.
- Sacchi, A. (2014). Violências e Mulheres Indígenas: justiça comunitária, eficácia das leis e agência feminina/Violences and indigenous women: community justice, effectiveness of laws and female agency. *Patrimônio e Memória*, 10(2), 62-74. <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/462>
- Sacchi, Â., & Gramkow, M. M. (Eds.). (2012). *Gênero e povos indígenas*. Museu do Índio-FUNAI.
- Sampaio, C. A. C. (2006) Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e Chile. *Anais do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*, Caxias do Sul, RS, Brasil.
- Santos, A. D. O. (2019). O Enegrecimento da Psicologia: Indicações para a formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 159-171. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222113>
- Santos, D. M., Matarésio, L. Z., Cardozo, I. B., de Freitas Leite, C., & de Souza Kaxarari, G. C. (2020). Kaxarari e Migueleno: perspectivas femininas sobre a organização de seus territórios. *Revista Presença Geográfica*, 7(2), 131-142. <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/5587>
- Santos, F. A., de Oliveira, M. C., & Dantas, C. M. B. (2023). Índia mulher: narrativa sobre identidade, corpo-território e autorreconhecimento. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, 23(2), e3397-e3397.

- Santos, I. S., Borges, A. A., Scrivano, P., & Freire, O. B. L. (2022). O que sabemos sobre a relação das mulheres com o turismo de aventura e ecoturismo? *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, São Paulo, 11(1), 175-209. <https://doi.org/10.5585/podium.v11i1.19545>.
- Sardenberg, C. M. B. (2012). Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista.
- Scheyvens, R. (1999). Ecoturismo e empoderamento das comunidades locais. *Gestão de Turismo* 20. P. (245-249).
- Scott, J. W., Louro, G. L., & Silva, T. T. D. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade*. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99.
- Sen, A. (2000). Introdução: Desenvolvimento como Liberdade. *Sen, A. Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Editora Companhia das letras, 17-26.
- Silva, B. Í. D. B. D. M., & Macedo, J. P. (2021). Povos Indígenas no Brasil e a Descolonização da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41.
- Silva, C. M. M. D. (2007). ... *Em busca da realidade...: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Silva, E. R. A. (2000). Efeitos da previdência social rural sobre a questão de gênero. In: Guilherme DELGADO e José Celso CARDOSO Jr. (orgs.), *A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90* (101-130). Brasília: IPEA.
- Silva, G. C. F. D. (2016). “*Nós, os potiguara do Catu*”: emergência étnica e territorialização no Rio Grande do Norte (Século XXI). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Silva, G. F. D., & Silva, A. P. D. (2020). Eventos culturais indígenas e experiências criativas associadas ao turismo: planejamento e organização da Festa da Batata da aldeia Catu. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão do Turismo), Instituto Federal do Rio Grande do Norte.
- Silva, K. T. P., Ramiro, R., & Teixeira, B. S. (2009). Fomento a Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In Bartholo, R., Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 359-373.

- Silva, L. C. F. B. (2022). A tese do Marco Temporal e o protagonismo indígena de mulheres: territorialidade em debate pelo Supremo Tribunal Federal. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/45301>
- Silva, M. D. G. S. N., Siva, J. da C., Waram, F. O., & Pinheiro, T. T. (2021). Organizações de mulheres indígenas na Amazônia. *Revista Ciência Geografica*, 25, 930-931.
- Silva, M. P. (2021). *Empreendedorismo feminino no Turismo: um estudo etnográfico com proprietárias de pequenos negócios de hospedagem em Santa Teresa, Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Federal Fluminense.
- Silva, P. T., Oliveira, N. A., & Spolle, M. V. (2020). Gênero e Turismo: um estudo exploratório-descritivo nos Programas de Pós-Graduação da área do Turismo no Brasil. *Anais do XVII Seminário da Anptur*. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/17/1869.pdf>
- Silva, T. M. C. D. (2021). *Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46884>
- Silva, V. P., & Filgueira, P. V. S. (2020). Diagnóstico rural participativo para avaliar a sustentabilidade da comunidade indígena Catu, Rio Grande do Norte. *Research, Society and Development*, 9(7), e291973791.
- Skewes, J. C., Zuñiga, C. H., & Vera, M. P. (2015). Turismo Comunitario o de base comunitaria: una experiencia alternativa de hospitalidad vivida en el mundo Mapuche. Tralcao Sur De Chile. *CULTUR - Revista de Cultura e Turismo*, 6(2), 73–85. <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/285>.
- Soares, A. M. P. S. (2021). Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, 30(2), e190396-e190396
- Souza, H. (2018). *Coletivo Cultarte: limites e possibilidades para autonomia e empoderamento de mulheres no antigo quilombo do Cabula*. Tese (Doutorado em Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento), Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26548>
- Stanistreet, D., Swami, V., Papa, D., Bambra, C., & Scott-Samuel, A. (2007). Empoderamento das mulheres violência e morte violenta entre homens e mulheres na Europa: um estudo ecológico. *Journal of Men's Health and Gender*, 4(3), 257-265.

- Stonich, S. C., Sorensen, J. H., & Hundt, A. (1995). Etnicidade, classe e gênero no desenvolvimento do turismo: o caso de Bay Islands, Honduras. *Jornal de Turismo Sustentável*, 3(1), 1-28.
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669589509510705>
- Swain, M. B. (2005). Las dimensões de gênero en la investigación sobre turismo: Temas globais, perspectivas locais. *Política e sociedade*, 42(1), 25– 37.
- Teixeira, R. M., & Bomfim, L. C. S. (2016). Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de casos múltiplos em agências de viagens. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 10(1), 44–64.
<https://doi.org/10.7784/rbtur.v10i1.855>
- Tucum, Rede Cearense de Turismo Comunitário (2020). *Comunidades*.
<https://www.equatorinitiative.org/2020/04/24/solution11128/>
- Tukano, A. (2017). Organização de Sérgio Cohn e de Idjahure Kadiwel. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.
- UNWTO (2019). *Global Report on Women in Tourism – Second Edition*. Madri: UNWTO. <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284420384>
- UNWTO (2020). *Alula Framework for Inclusive Community Development Through Tourism*. Madri: World Tourism Organization.
- Verdum, R. (Org.) (2008). *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*. Brasília: Inesc.
- Vieira, K. C. D., Araújo, M. D. N. F., Câmara, R. D. J. B., & Ribeiro, R. T. (2022). Protagonismo deminino e o turismo de base comunitária: um estudo das empreendedoras de Betânia e Travosa do município de Santo Amaro do Maranhão. *Revista Turismo Estudos e Práticas- RTEP*, 11(2).
<http://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/1011>
- Vizcaino, P., Jeffrey, H., & Eger, C. (Eds.). (2020). *Turismo e violência de gênero: Desafiando as desigualdades*. Cabi.
[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=nWf6DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=Vizcaino.+Jeffrey+e+Eger+\(2020\)&ots=_Uz4lg0UQw&sig=o_INccL-hUR0b6PtzRgrhr_uBWI#v=onepage&q=Vizcaino%2C%20Jeffrey%20e%20Eger%20\(2020\)&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=nWf6DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=Vizcaino.+Jeffrey+e+Eger+(2020)&ots=_Uz4lg0UQw&sig=o_INccL-hUR0b6PtzRgrhr_uBWI#v=onepage&q=Vizcaino%2C%20Jeffrey%20e%20Eger%20(2020)&f=false)
- Walkowski, M. D. C., Pires, P. D. S., Lopes, C. V., & Assing, L. (2021). Memórias Alimentares no Turismo de Base Comunitária da Acolhida Na Colônia, Santa Catarina, Brasil. *Rosa dos Ventos*, 13(1), 156-168.

- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9, 460-482.
- Wilkinson, P. F., & Pratiwi, W. (1995). Gênero e turismo em uma vila indonésia. *Anais de Pesquisa em Turismo*, 22 (2), 283-299.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0160738394000778>
- WTTC (2023). *Travel & Tourism: economic impact*.
- Xakriabá, C. (2020). Amansar o giz. *Piseagrama*, 14.
<https://piseagrama.org/artigos/amansar-o-giz/>
- Xakriabá, C. C. (2018). Célia Xakriabá defende produção acadêmica indígena. Entrevista. *UnBTV*. Recuperado de
<https://www.youtube.com/watch?v=gdlEP0v0CW8>
- Zaoual, H. (2006) *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: Editora DP&A.
- Zimmerman, M. (1995). Empoderamento psicológico: questões e ilustrações. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 581 - 599.

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS MULHERES QUE PARTICIPAM DO TBC NA COMUNIDADE

O presente estudo tem o objetivo de analisar o protagonismo das mulheres no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária na comunidade Catu dos Eleotérios e seus efeitos na dinâmica social indígena. A pesquisa possui fins acadêmicos e está sendo desenvolvida pela estudante da pós-graduação em turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

Mulheres que participam do TBC na comunidade	
Nome:	Idade:
Estado Civil:	Escolaridade:
Qual sua profissão?	
Relação da mulher na família e na comunidade/Objetivo 1	
1. Quais atividades você desempenha no seu cotidiano?	
2. Qual papel você desempenha dentro da comunidade indígena, quais são suas atribuições coletivas?	
3. Você se considera uma liderança da comunidade ou um representante?	
4. Existia alguma atividade que você desempenhava na comunidade e com a inserção do turismo deixou de ser realizada?	
5. Como as atividades foram impactadas ou influenciadas pelo turismo?	
6. Você participa das decisões que são tomadas na comunidade e dentro de casa, suas opiniões são consideradas?	
7. Na sua família ocorre algum tipo de divisão das tarefas, existem atividades específicas para as mulheres e para os homens, ou existem atividades em conjunto dentro e fora de casa?	
8. Como você se sente com essas atividades?	

9. Para você é importante que as mulheres não participem apenas das atividades domésticas, mas também participar de outras atividades na comunidade e fora de casa?
Olhar da mulher sobre o turismo na comunidade/Objetivo 2
1. Você participa de alguma atividade relacionada ao turismo na comunidade, se sim, qual e a quanto tempo?
2. O turismo é a sua principal fonte de renda?
3. Quais atividades você acha que pode desenvolver no turismo?
4. Você conseguiu realizar algum sonho ou objetivo depois que começou a participar do turismo?
5. Seu companheiro/marido participa com você nas atividades relacionadas ao turismo?
6. Os seus familiares e seu marido te apoiam na sua participação no turismo, nas suas decisões?
7. Como você se sente quando tem visita na comunidade?
8. Você acha que o turismo mudou a forma de você ser vista na comunidade?
Dimensões de empoderamento/ Objetivo 3
1. A participação no turismo gerou alguma mudança na sua vida, que mudanças foram essas?
2. O turismo te proporcionou alguma oportunidade/autonomia, seja econômico, pessoal ou profissional?
3. A sua situação econômica mudou com a participação no turismo, de que forma?

4. Você se sente ouvida na comunidade, se sente importante como membro da comunidade?
5. A relação com seus familiares mudou quando você começou a participar do turismo, se mudou, qual tipo de mudança?
6. Você sentiu alguma mudança negativa com a sua participação no turismo, existem desafios específicos que precisam ser superados?
7. Você participa do planejamento e implementação das iniciativas do turismo na comunidade?
8. Como você se vê antes e depois do turismo?
9. Você considera importante que outras mulheres participem do turismo na comunidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PESSOAS PRÓXIMAS ÀS MULHERS QUE PARTICIPAM DO TBC NA COMUNIDADE

O presente estudo tem o objetivo de analisar o protagonismo das mulheres no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária na comunidade Catu dos Eleotérios e seus efeitos na dinâmica social indígena. A pesquisa possui fins acadêmicos e está sendo desenvolvida pela estudante da pós-graduação em turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

Pessoas diretamente ligadas as mulheres que participam do turismo (familiares, companheiros e homens que trabalham com as mulheres)	
Nome:	Idade:
Estado Civil:	Escolaridade:
Qual sua profissão?	
Relação da mulher na família e na comunidade / Objetivo 1	
1. Quais atividades você desempenha no seu cotidiano?	
2. Qual papel você desempenha dentro da comunidade indígena, quais são suas atribuições coletivas?	
3. Você se considera uma liderança da comunidade ou um representante?	
4. Houve alguma mudança nas atividades desempenhadas na comunidade com a implementação do turismo, como essas atividades foram impactadas?	
5. Existem atividades que são realizadas apenas por homes ou mulheres, ou existem atividades mistas, que atividades são essas?	
6. Como acontece a divisão do trabalho dentro e fora de casa?	
7. Você acha que a opinião das mulheres são consideradas nas decisões tomadas dentro de casa e na comunidade?	
8. Para você é importante que as mulheres não participem apenas das atividades domésticas, mas também participar de outras atividades na comunidade e fora de casa?	

9. Você apoia as decisões tomadas pela mulher?
Percepção em relação ao turismo / Objetivo 2
1. Você participa de alguma atividade relacionada ao turismo na comunidade, se sim, qual e a quanto tempo?
2. O turismo é a sua principal fonte de renda?
3. Quais atividades você acha que a mulher pode desenvolver no turismo?
4. Você participa do turismo realizado na comunidade com alguma mulher?
5. Você apoia a participação da mulher no turismo?
6. Como você vê o turismo que é realizado na comunidade?
7. Você acha que o turismo influenciou a forma de como as mulheres são vistas na comunidade, se sim, de que forma?
Dimensões de empoderamento / Objetivo 3
1. Você acha importante a mulher participar do turismo na comunidade?
2. A participação da mulher no turismo gerou alguma mudança, se mudou, qual tipo de mudança?
3. A participação da mulher no turismo tornou ela mais independente, como você vê isso?
4. Na sua opinião, a situação econômica da mulher mudou com a participação no turismo, de que forma?
5. Você acha que a participação da mulher no turismo gerou visibilidade, elas estão mais participativas nas atividades desenvolvidas na comunidade?

6. Você sentiu alguma mudança negativa com a participação da mulher no turismo?
7. Na sua percepção, as mulheres que se envolvem com o turismo ganham mais autonomia em relação as que não participam?
8. Como você vê as mulheres antes e depois do turismo?
9. Você considera importante que outras mulheres participem do turismo na comunidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PESSOAS QUE NÃO PARTICIPAM DO TBC NA COMUNIDADE

O presente estudo tem o objetivo de analisar o protagonismo das mulheres no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária na comunidade Catu dos Eleotérios e seus efeitos na dinâmica social indígena. A pesquisa possui fins acadêmicos e está sendo desenvolvida pela estudante da pós-graduação em turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

Roteiro de entrevista para pessoas que não participam do turismo e lideranças	
Nome:	Idade:
Estado Civil:	Escolaridade:
Qual sua profissão?	
Relação da mulher na comunidade / Objetivo 1	
1. Quais atividades você desempenha no seu cotidiano?	
2. Qual papel você desempenha dentro da comunidade indígena, quais são suas atribuições coletivas?	
3. Você se considera uma liderança da comunidade ou um representante?	
4. Existem atividades que são realizadas apenas por homens ou mulheres, ou existem atividades mistas, que atividades são essas?	
5. Como você vê a divisão do trabalho na comunidade?	
6. Você acha que a opinião das mulheres é consideradas nas decisões tomadas na comunidade?	
7. Para você é importante que as mulheres participem das atividades e decisões tomadas na comunidade?	
8. Você apoia as decisões tomadas pelas mulheres?	
Percepção em relação ao turismo / Objetivo 2	
1. Quais atividades você acha que a mulher pode desenvolver no turismo?	
2. Você apoia a participação da mulher no turismo?	

3. Como você vê o turismo que é realizado na comunidade?
4. Você acha que o turismo influenciou a forma de como as mulheres são vistas na comunidades, se sim, de que forma?
Dimensões de empoderamento
1. Você acha importante a mulher participar do turismo na comunidade?
2. A participação da mulher no turismo gerou alguma mudança, se mudou, qual tipo de mudança?
3. A participação da mulher no turismo tornou ela mais independente, como você vê isso?
4. Na sua opinião, a situação econômica da mulher mudou com a participação no turismo, de que forma?
5. Você acha que a participação da mulher no turismo gerou visibilidade, elas estão mais participativas nas atividades desenvolvidas na comunidade?
6. Você sentiu alguma mudança negativa com a participação da mulher no turismo?
7. Na sua percepção, as mulheres que se envolvem com o turismo ganham mais autonomia em relação as que não participam?
8. Como você vê as mulheres antes e depois do turismo?
9. Você considera importante que outras mulheres participem do turismo na comunidade?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DA NORTE CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO/PPGTUR

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE (Res. 466/2012-CNS)

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: Turismo de Base Comunitária e o Protagonismo Feminino na Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios, que tem como pesquisadora responsável Maria José dos Santos Pimentel, mestranda em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR).

Esta pesquisa pretende analisar o protagonismo das mulheres no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária e seus efeitos na dinâmica social da comunidade indígena Catu dos Eleotérios, situado entre os municípios de Canguaretama e Goianinha, no estado do Rio Grande do Norte. O estudo busca compreender as dimensões pessoais, sociais, econômicas e políticas da participação feminina na comunidade e descrever como ocorre a participação das mulheres no processo de tomada de decisões no arranjo turístico local.

Os dados fornecidos pelos entrevistados serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos, eventos ou publicações científicas. Os procedimentos da pesquisa serão realizados com o máximo de respeito aos princípios éticos de pesquisa e com o consentimento dos participantes envolvidos. Os dados coletados serão guardados pela pesquisadora por um período de 5 (cinco) anos e poderão ser solicitados a qualquer momento por e-mail.

Caso decida participar da entrevista, o senhor(a) concorda em participar da pesquisa e declara estar de acordo com os termos e condições expressas, com o uso dos dados para fins acadêmicos aos quais se destina a pesquisa. Durante o período da pesquisa você poderá esclarecer suas dúvidas com Maria por e-mail (mariapimentel978@gmail.com) ou pelo Whatsapp (84) 9 99441-4685. Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

Como pesquisadora responsável pelo estudo, declaro e assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os direitos esclarecidos, assegurando aos participantes do estudo, manter sigilo sobre a identidade dos respondentes.

Após o esclarecimento sobre a importância e o modo que os dados serão coletados nesta pesquisa e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa: Turismo de Base Comunitária e o Protagonismo Feminino na Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas, desde que nenhum dos dados possa me identificar, exceto os trechos que venham ser utilizados na pesquisa.

(assinatura do participante/responsável legal)

(assinatura da pesquisadora responsável)

_____, ____ de ____ de ____

APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE**DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE**

Eu, Maria José dos Santos Pimentel, CPF nº 706.649.624-83, estudante do Curso de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, declaro que elaborei especialmente para este fim a presente Dissertação, cujo conteúdo e teor é autêntico e original e não contempla qualquer tipo de plágio, estando consciente e em conformidade com a Lei nº 9.610/98, que trata dos direitos autorais.

Natal, 01 de Fevereiro de 2024.

Assinatura (Aluno)